

livro aberto sobre o interior 2023

ensaio para o lançamento
do Festival Descobre
o Teu Interior 2023

investigação 
academia gerador

GERADOR



festival
**DESCOBRE O
TEU INTERIOR**



**O FESTIVAL
ITINERANTE PELO
INTERIOR DE
PORTUGAL ESTÁ
DE VOLTA EM
2023 COM
EXPERIÊNCIAS
CULTURAIS
ÚNICAS**



GERADOR



livro aberto sobre o interior 2023

ensaio para o lançamento
do Festival Descobre
o Teu Interior 2023

investigação 
academia gerador

GERADOR

2023, Associação Cultural Gerador
Largo das Conchas, Casa da Cidadania, 9
1750-155 Lisboa
geral@gerador.eu

gerador.eu

**Livro Aberto sobre o interior 2023
Ensaio para o lançamento do Festival
Descobre o Teu Interior 2023**

Autores

Clara Amante, Sarah Gonçalves
e Ricardo Arenga

Coordenação

Tiago Sigorelho

Revisão

Ana Salgado

Design

Sérgio Neves

Edição de 2023

Depósito Legal

gerador

Presidente

Tiago Sigorelho

Vice-presidente

Miguel Bica

Comunicação

Margarida Marques (diretora)
Carolina Esteves
Catarina Amado
Inês Roque
Priscilla Ballarín

Editorial

Tiago Sigorelho (diretor)
Amina Bawa
Analú Bailosa
Débora Cruz
Débora Dias
Flávia Brito
Isabel Patrício
Mariana Ribeiro
Sara Cunha
Sofia Craveiro

Parcerias

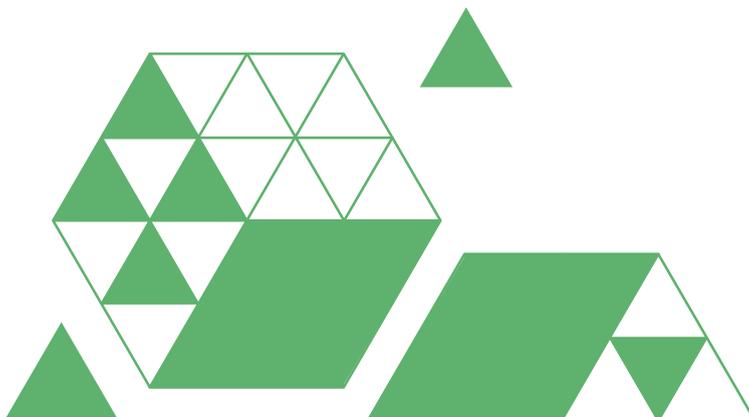
André Imenso (diretor)
Eva Barros

Produção

Miguel Bica (diretor)
Camila Fernandes
Martim Campos

Academia

Clara Amante (diretora)
Sarah Gonçalves





prefácio

O Gerador é uma plataforma para o jornalismo, cultura e educação, três ramos que procuramos trabalhar de forma complementar, concretizando iniciativas e projetos que garantam a produção de conhecimento e o estímulo a uma participação cívica mais ativa.

Centramo-nos em temas que dizem respeito à juventude, à cultura, à emergência climática, à desigualdade e à discriminação, e ao interior e às localidades de baixa densidade populacional. Este é um conjunto de matérias que está intimamente relacionado com dois factores: a nossa equipa ser composta maioritariamente por pessoas com menos de 35 anos, e a nossa audiência ser também ela maioritariamente jovem. Assim, pensamos estes temas hoje porque acreditamos na sua importância para o que vamos ser como sociedade amanhã.

Esta segunda edição do *Livro Aberto sobre o Interior* surge como um aprofundamento da edição que o antecedeu, a qual partia não só do festival *Descobre o Teu Interior*, como também da análise dos resultados de uma sondagem de opinião realizada a nível nacional. Embora este trabalho já se pretendesse contínuo, a publicação dos resultados dos Censos 2021 levou-nos a uma reflexão ainda mais urgente, que se caracterizou por uma procura de novos caminhos. Assim, esta edição distingue-se, por um lado, pelo desenvolvimento de um trabalho já existente, e, por outro, pela apresentação de um ângulo original sobre os desafios relacionados com as populações que vivem no interior do país



NOVOS OLHARES SOBRE A EDUCAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E SUSTENTABILIDADE



Ensino

Oferta original de cursos e *workshops* nas áreas de gestão cultural, jornalismo, cidadania, audiovisuais e desenvolvimento de competências pessoais.



Investigação

Dedicamo-nos à produção ativa de informação e ao estudo da sociedade nas áreas da cultura, interior do país, juventude, sustentabilidade ou jornalismo.

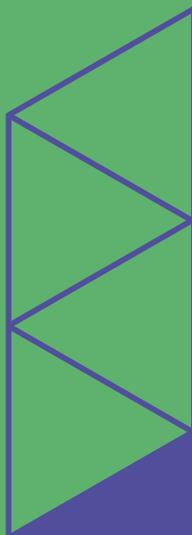


Sobressalto

Um projeto do Gerador e da Associação Zero, criado em 2021, para refletir sobre o papel da cultura na luta contra as alterações climáticas.

índice

▶	como o livro está organizado	09
▶	considerações principais	13
▶	quatro temas, quatro entrevistas	29
	entrevista a Beatriz Canas Mendes	31
	entrevista a Patrícia Pereira	39
	entrevista a Fátima Velez de Castro	49
	entrevista a Carla Magalhães	57
▶	entrevistas a representantes das câmaras municipais	69
	entrevista a Sérgio Oliveira	70
	entrevista a Paulo Jorge da Silva	73
	entrevista a Pedro Pimpão	81
	entrevista a Tiago Passão Salgueiro	87
▶	mensagem de Isabel Ferreira, secretária de estado do desenvolvimento regional	95
▶	mensagem de Nuno Fazenda, secretário de estado do turismo, comércio e serviços	99
▶	anexo: Concelhos identificados como sendo do Interior na Portaria nº208/2017	105





**como o livro
está
organizado**



considerações principais

Ao longo deste percurso analítico, temos vindo a confirmar que um conjunto de lacunas objetivas, como a falta de infraestruturas e o reduzido poder orçamental local, são aspetos que afetam profundamente estas regiões. No entanto, julgamos que é oportuno encontrar uma nova forma de olhar para os desafios relacionados com o interior, e, portanto, propomos neste capítulo um novo ângulo. Consideramos que a questão da baixa autoestima se junta às debilidades infraestruturais para continuar a alimentar uma relação desigual de poder entre litoral e interior, impedindo uma verdadeira coesão territorial. Apresentamos esta problemática através de três dimensões: disparidades, dualidades e diversidades.

entrevistas de profundidade a quatro elementos da sociedade civil sobre quatro temas relevantes

Com base nas entrevistas realizadas no âmbito do *Pequeno Livro Aberto do Interior 2021*, selecionámos quatro tópicos que procurámos aprofundar nesta edição, junto de pessoas que partilharam connosco as suas visões pessoais. Beatriz Canas Mendes falou-nos da perspetiva de uma jovem da área metropolitana de Lisboa que escolheu mudar-se para o interior de Portugal, enquanto Patrícia Pereira nos falou sobre mobilidade, relatando a sua experiência enquanto autora de uma petição para a melhoria dos transportes públicos do interior. Fátima Velez de Castro, professora na Universidade de Coimbra, refletiu acerca da imigração para o interior a partir das conclusões do seu doutoramento, e Carla Magalhães falou-nos sobre cultura, partilhando a sua experiência enquanto atriz e gestora cultural em várias localidades do interior.

entrevistas a representantes de quatro Câmaras Municipais

Convidámos os municípios participantes no festival *Descobre o Teu Interior 2022* a integrar esta edição do *Livro Aberto*. Entrevistámos Sérgio Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Constância,



Paulo Jorge da Silva, presidente da Câmara de Mesão Frio, Pedro Pimpão, presidente da Câmara de Pombal e Tiago Passão Salgueiro, vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, para ficarmos a saber um pouco mais acerca da realidade atual destes municípios. Quais são os desafios que enfrentam atualmente? Quais as estratégias que têm procurado implementar? Como se imagina o futuro em cada uma destas regiões?

mensagem dos secretários de estado Isabel Ferreira e Nuno Fazenda

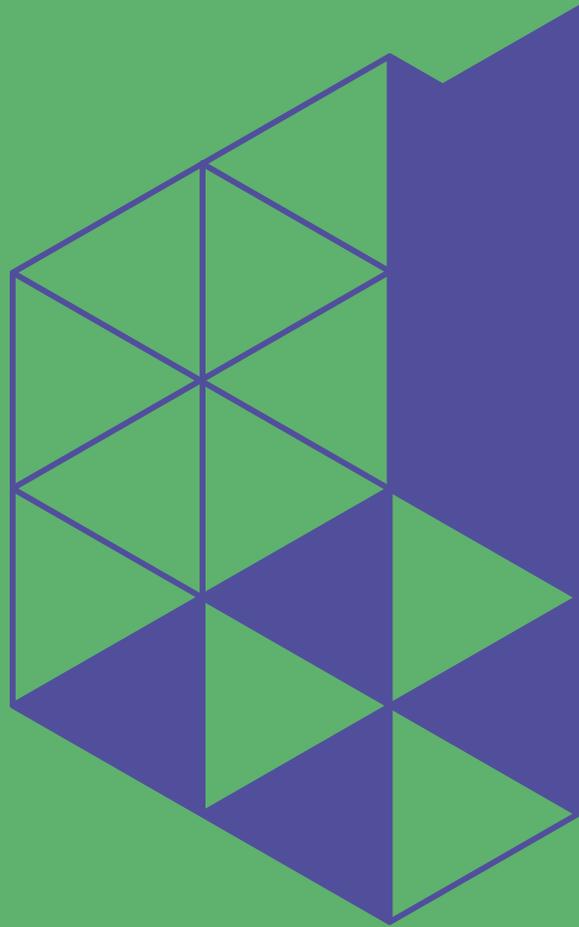
Isabel Ferreira, Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, reflete sobre a importância de uma estratégia que iguale oportunidades e corrija assimetrias. Perante alguns dos maiores desafios globais, observa o relevante papel do interior para a transição ecológica e digital de Portugal. Nuno Fazenda, Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, fala-nos também dos desafios climáticos e de uma estratégia para o futuro. As suas palavras encerram o livro sublinhando a importância de um turismo que esteja ao serviço destas regiões.

para fechar

Concluimos esta investigação com a sensação de que estamos, por um lado, a consolidar um trabalho já existente, mas, por outro, a dar início a um novo caminho, que pretendemos percorrer de forma a tornar esta reflexão cada vez mais profunda e consequente. Nesta secção, partilhamos um pouco sobre os próximos passos que o Gerador está a planear dar no âmbito desta temática.

anexo

Juntamos, ao final do livro, um anexo relevante para um melhor entendimento do seu conteúdo. Trata-se da lista de concelhos identificados como fazendo parte do interior, de acordo com a Portaria n.º 208/2017.





considerações principais

Desde o final de 2020 que o Gerador começou a olhar de forma mais estruturada para a problemática das comunidades que residem no interior do país e nas localidades de baixa densidade populacional. Particularmente depois da pandemia, num momento em que se olhava atentamente para as consequências da mesma no funcionamento da sociedade, este tema tornou-se muito presente nas nossas reflexões e passou a ser frequentemente abordado através da nossa dimensão editorial, mas também dos pilares cultural e investigativo.

Após a publicação dos Censos 2021, esta reflexão revelou-se ainda mais urgente, dado que se tornou evidente que o padrão de concentração da população no litoral se tem vindo a acentuar cada vez mais: cerca de 20 % da população do país concentra-se agora nos sete municípios mais populosos, que correspondem apenas a 1 % do território. Por outro lado, os 208 municípios menos povoados, que correspondem a cerca de 66 % da área total do país, concentram também apenas cerca de 20 % da população.¹

A investigação conduzida para a construção deste livro parte precisamente da vontade que temos de contribuir ativamente para um debate sobre estas disparidades. Ao longo do percurso analítico, que incluiu mais de quinze entrevistas, várias reportagens, dois *focus groups* e uma sondagem de opinião à população residente em Portugal, temos vindo a confirmar que um conjunto lacunas objetivas, como a falta de infraestruturas e o reduzido poder orçamental local, são aspetos que afetam profundamente estas regiões. Reconhecemos o profundo impacto que têm na vida das pessoas, resultando numa sistemática desvalorização do interior, uma tendência que se tem vindo a verificar nas últimas décadas e, tal como é possível observar através das várias entrevistas contidas neste livro, o discurso sobre os problemas do interior é extremamente marcado por estas questões. No entanto, as mesmas entrevistas fornecem, pontualmente, algumas pistas e indícios que nos levaram a caminhar noutra direção, a nosso ver menos explorada e mais arrojada, mas também merecedora de atenção. Julgamos que é oportuno encontrar uma nova forma de olhar para os desafios relacionados com o interior, necessária para que consigamos sair do ciclo habitual de problemas de difícil solução constantemente apontados.



Propomos, então, uma outra via para pensar o interior e as problemáticas que lhe estão associadas, mas sem nunca desacreditar as tais lacunas objetivas.

A nosso ver, para além da questão infraestrutural, esta temática é caracterizada pela prevalência de um estigma associado a ser-se do interior, existente tanto entre as próprias pessoas que vivem nesses territórios como por pessoas que vivem na faixa litoral. Assim, a questão da baixa autoestima junta-se às debilidades infraestruturais para continuar a alimentar uma relação desigual de poder entre litoral e interior, impedindo uma verdadeira coesão territorial.

Foi consensual nos *focus groups* que o problema não é as pessoas saírem do interior, mas sim não quererem voltar. O desafio que aqui propomos é o de pensarmos se esta resistência generalizada a um regresso se deve meramente à falta de oportunidades e condições de vida, ou se, eventualmente, poderá haver por detrás uma questão ainda mais profunda, intimamente relacionada com identidade. O que acontece quando a ideia de interior contém em si uma imensidão de identidades diversas, mas que se veem pouco representadas e dignificadas?

O filósofo Cornelius Castoriadis defende que as sociedades se estabelecem e se constroem, em primeiro lugar, através dos seus imaginários. Segundo o mesmo autor, todas as sociedades se veem perante questões fundamentais, tais como: quem somos enquanto colectivo? o que somos uns para os outros? onde estamos? o que queremos? o que desejamos? o que nos falta? estas perguntas são essenciais, afirma, para organizarmos o que, de outra forma, seria caótico e indiferenciado. «O papel das significações imaginárias é dar uma resposta a essas questões, uma resposta que, obviamente, nem a realidade, nem a racionalidade podem dar.»²

Propomos, então, pensar a identidade do interior através de três grandes dimensões não racionais: **disparidades, dualidades e diversidades**.



disparidades

o interior visto como o contrário do litoral

Quem vive no litoral tem tendência a definir o interior em oposição ao seu território de residência, criando um sistema de estigmatização difícil de derrubar. O litoral é jovem, rico, moderno, urbano, acelerado e global, enquanto o interior é visto como o oposto: envelhecido, pobre, antiquado, campestre, lento e autêntico.

Independentemente de serem características positivas ou negativas, parece existir a predisposição para que litoral e interior sejam vistos como opostos. A manutenção desta visão díspar não permite uma aproximação entre litoral e interior, da mesma forma que é impossível imaginar uma relação entre duas pessoas que se olham de forma totalmente oposta.

A maneira como as pessoas no litoral pensam sobre o interior, principalmente em Lisboa, onde os centros de decisão política, empresarial e mediática estão situados, tem um imenso peso na sua caracterização efetiva. Se um jornalista, empresário ou político estiver imbuído desses preconceitos, é natural que tal se reflita no seu trabalho diário e que, conseqüentemente, influencie mesmo quem está no interior.

Deixamos, aqui, uma breve lista de exemplos que detalham essa oposição.

juventude / envelhecimento

«Quando pensei no interior não me passou pela cabeça dizer juventude. Acho que é um lugar onde as pessoas se veem no fim de um ciclo, é um lugar para pessoas de 50 ou mais anos viverem», afirmou João Lopes, de 23 anos, natural de Tomar.

Ambos os *focus groups* reuniram, maioritariamente, jovens do interior, e, ainda assim, quando lhes pedimos que identificassem palavras que se relacionassem com o interior do país, surgiu sempre a palavra envelhecimento.

Paulo Silva, presidente da Câmara de Mesão Frio, teme que a região se transforme «numa espécie de estância para idosos, de classe média alta». Ao mesmo tempo, Tiago Salgueiro, vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, reconhece: «A vida para os jovens



de Vila Viçosa não tem sido fácil ao longo das últimas décadas. Muitos não tiveram opção que não fosse a procura de trabalho noutras locais, nomeadamente Lisboa e Évora, na sua maioria.» Também nos *focus groups* e na maioria das entrevistas, o desejo dos jovens de saírem das suas regiões para o litoral surge bastante marcado.

riqueza / pobreza

O litoral é inequivocamente mais forte em número e variedade de oportunidades de emprego, sendo também a zona onde se concentram os salários mais altos de Portugal.

Nos *focus groups*, a pobreza também foi apontada como um dos maiores problemas do interior e Frederico Gaspar, de 32 anos, que se mudou de Lisboa para Mourão, considera que quem vive no interior acaba por ter mais gastos, especialmente devido a uma maior necessidade de utilização do carro e aos elevados preços dos transportes públicos.

No entanto, factualmente, é interessante observarmos que Lisboa é a região do continente com maior desigualdade na distribuição de rendimentos.³

modernidade / tradição

Também é frequente associar-se a palavra tradição ao interior, enquanto que se pensa o litoral como lugar do progresso, da tecnologia e da modernização. Assim, mais uma vez, cria-se uma imagem de oposição entre ambos os polos.

E se, por um lado, a ideia de tradição pode acarretar alguma conotação negativa, no sentido em que a palavra está por vezes associada a algo que está desatualizado ou parado no tempo, a mesma também está associada a símbolos, memórias e práticas que fortalecem o sentido de unidade e identidade, o que pode ser extremamente positivo.

É interessante pensar como se podem criar relações mais descomplexadas com as tradições, sem as exacerbar ou objetificar.

cidade / campo

Natureza e ruralidade também foram duas palavras que surgiram frequentemente nos *focus groups* como estando associadas ao interior. Sofia Rocha e Silva, natural de Vila Real, disse-nos que «a perceção que as pessoas têm do interior é de quem vive numa



cidade como Vila Real ou Castelo Branco tem ovelhas à porta de casa. [...] Acaba por ser uma caricatura muito unidimensional e isso é claramente culpa da representação mediática». A correlação entre interior e campo não é de todo descabida, uma vez que o território denominado interior inclui, efetivamente, a maior parte das zonas rurais de Portugal. Contudo, por causa dessa associação e da correlação direta que se faz entre o litoral e os grandes polos urbanos, o importante papel das pequenas e médias cidades destas regiões é muitas vezes desvalorizado ou esquecido. David Carapinha, de 32 anos e residente em Montemor-o-Novo argumenta: «Acho que associamos automaticamente o interior à ruralidade, mas que, coletivamente, temos de olhar para ele de uma perspetiva diferente».

urgência / tempo

Calma, tempo, tranquilidade, pacatez e tempo livre foram alguns dos termos que mais surgiram nos *focus groups* como estando associados ao interior. Apresentam-se em oposição ao litoral, onde a vida é considerada como sendo muito mais acelerada e preenchida. No *Pequeno Livro Aberto sobre o Interior* (2021), Catarina Sales Oliveira, professora auxiliar no Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior lança uma reflexão sobre este tópico: «em Lisboa as pessoas gostam de morar num sítio onde há muita oferta cultural, mas depois, pelo próprio estilo de vida que levam, não conseguem usufruir dela», devido às distâncias, ao trânsito e ao próprio ritmo da vida social e cultural.

No mesmo sentido, Pedro Pimpão, presidente da Câmara de Pombal, argumenta que o interior tem algo para oferecer que os grandes centros urbanos não têm: «segurança, conforto, calma e serenidade».

Curiosamente, quando questionámos os participantes do focus group sobre que palavras associam a uma sociedade ideal, estas mesmas palavras também foram referidas, ilustrando como estes são pontos que podem funcionar a favor do interior.

globalização / autenticidade

No litoral do país, sentem-se cada vez mais os efeitos e as consequências da globalização, com todas as suas vantagens e desvantagens. É visível como, particularmente em Lisboa e no Porto, podemos encontrar muitas vezes as mesmas lojas, os mesmos cafés, as mesmas formas de vestir, ou o mesmo tipo de atividades que encontramos por muitas outras cidades da Europa fora.





Por outro lado, o interior, embora vivencie diariamente as consequências da globalização – por exemplo, na alteração dos padrões de produção de produtos alimentares – mantém ainda, de uma forma geral e em maior quantidade, características muito próprias de cada região.

Para além disso, como já vimos, a ideia de tradição e de património estão muito presentes quando pensamos nestas regiões. É também interessante observarmos que a maioria dos elementos nacionais classificados como Património Cultural Imaterial pela UNESCO são práticas sociais do interior do país. Laura Pereira, participante do focus group, expõe esta dualidade: «Acho que é preciso manter a identidade. Às vezes, é uma ameaça, um problema, mas é, essencialmente, o melhor que o interior tem para oferecer: a tradição.»

dualidades

como pensam as pessoas do interior sobre o interior

Acreditamos que a forma como os habitantes do interior projetam a sua própria identidade é um dos elementos mais críticos da nossa análise. Como nos diz, novamente, Castoriadis, «a imagem que o mundo tem de nós e a imagem que temos de nós próprios estão sempre relacionadas.»

A título de exemplo, no *Pequeno Livro Aberto sobre o Interior* (2021), a entrevistada Ana Carolina Gomes, residente em Viseu, diz-nos: «Às vezes estão a acontecer coisas incríveis, como festivais de teatro e de música, que ninguém sabe que existem. Há produção própria local com uma qualidade excecional, que simplesmente não é reconhecida a nível nacional porque a divulgação está muito mais focada no que é feito e produzido nos grandes polos urbanos.»

Na mesma edição, Rita Lucas Narra, natural de Beja, acrescenta: «Com as redes sociais, com a publicidade e com a televisão, há uma série de coisas que vemos que estão a acontecer, sobretudo em Lisboa, às quais queremos ter acesso e que se tornam formas de validação pessoal e de grupo. As redes sociais transformaram muito o nosso horizonte de expectativas e o que é que nós, enquanto jovens, acreditávamos que era desejável fazer com a nossa idade. E de facto viemos todos para Lisboa à procura disso.»

O impacto destes comportamentos na identidade é compreensível através da teoria da identidade social, de que nos fala John C. Turner, ao refletir sobre como certos «mecanismos psicológicos fazem com que as pessoas formem uma identidade de grupo.»⁴ Ora, se essa identidade for criada, em grande parte, a partir daquilo que se passa nos grandes centros urbanos, podemos pressupor que isso impacte fortemente o tipo de ligação que se cria com as localidades do interior. Talvez por isso, tenhamos detectado alguma dificuldade na autoafirmação destas identidades de forma coesa, algo que, acreditamos, pode ter impacto a nível de mentalidade e autoestima.

Esta secção, denominada Dualidades, aborda a forma como muitas pessoas que residem no interior olham para si próprias, através de dimensões quase contraditórias, que impossibilitam uma verdadeira ligação de pertença ao local onde nasceram e/ou residem.

caricatura / realidade

Existe muitas vezes um estigma associado a quem é do interior, em larga parte alimentado pelos *media*. Como observa Sofia Rocha e Silva, quando o interior é representado na televisão e nos jornais, «são sempre as mesmas notícias: as feiras gastronómicas, as histórias insólitas... o que cria uma imagem caricatural e unidimensional do interior.» Rita Dias, de 21 anos, relembra o estigma de que «no interior não há nada e em Lisboa é que há todas as infraestruturas e todos os concertos e todos os museus e todas as exposições...», mas diz que não acredita que seja assim, achando que este estigma é baseado em estereótipos, não refletindo exatamente a realidade.

Mas, ao mesmo tempo, quando é esta a imagem habitualmente transmitida, torna-se difícil que a mesma não seja interiorizada. «Há uma crença instalada de que uma pessoa do interior só pode singrar na vida se for para fora», argumenta Luís Brito, natural de Gouveia, Guarda, no *focus group*.

natureza / ruralidade

Segundo João Lopes, o interior é muitas vezes visto «como meio para criar culturas e alimentar as grandes cidades ou satisfazer as grandes indústrias». Quando questionamos que palavras os participantes dos *focus groups* relacionam com o interior, a ruralidade é uma das que mais surge. Frederico Gaspar, residente no concelho de Mourão, admite ter feito imediatamente essa associação, embora



pessoalmente não tenha qualquer prática considerada rural. Por outro lado, quando pedimos que caracterizassem uma sociedade ideal, a presença da palavra natureza foi um denominador comum, ao contrário da palavra ruralidade, que não foi referida.

A verdade é que a ideia de ruralidade surge muitas vezes com uma conotação negativa, como algo que é oposto à modernidade e ao progresso. Mas, ao mesmo tempo, a ideia da proximidade à natureza já é vista como um aspeto positivo destas regiões, surgindo, por sua vez, associada à calma e à tranquilidade, e revelando, assim, que esta contradição pode acabar por se tratar de uma questão de perspetiva.

comunidade / isolamento

Na sua entrevista, Beatriz Canas Mendes, jovem do litoral que se mudou recentemente para Vila Viçosa, afirma: «Sentimos que os nossos laços sociais mais próximos são beneficiados, porque temos oportunidade de falar com os vizinhos e de criar relações. Mudámos há menos de uma semana para esta casa, aqui no Redondo, e já conhecemos bastantes vizinhos à nossa volta.» O conceito de comunidade surge frequentemente associado a uma perceção de proximidade e de vizinhança que o litoral muitas vezes não permite.

No entanto, isolamento e solidão são palavras também frequentemente associadas a estas zonas do país. A taxa de suicídio na região alentejana – também mencionada nos *focus groups* – é o dobro da média nacional, região onde também se registam valores elevados de depressão, demência e ansiedade. Segundo Ana Matos Pires, diretora do serviço de Psiquiatria do Baixo Alentejo, a falta de recursos de apoio à saúde mental na região é o principal factor, mas o isolamento tem também um papel fulcral.⁵ No entanto, embora isto suceda numa região do interior, em Portugal, mais de 70 % dos maiores de 65 anos a nível nacional consideram sentirem-se sós, e essa percentagem é mais elevada precisamente no litoral, por ser acima de tudo nas cidades que se perdem as relações de vizinhança⁶, relações essas que, como já referimos, parecem perdurar melhor no interior, gerando assim uma situação complexa em que as ideias de comunidade e de isolamento coexistem em associação ao interior.

Podemos ainda pensar sobre o papel paradoxal que os fracos acessos podem ter precisamente na questão da proximidade: ao dificultarem o acesso a outras regiões e atividades mais distantes, obrigam a que as comunidades que estão fisicamente próximas se relacionem mais.



despovoamento / imigração

Conforme explica Fátima Velez de Castro na sua entrevista: «No caso do interior, o que se tem vindo a verificar é que tem havido um aumento significativo de imigrantes de algumas nacionalidades que anteriormente não eram tão habituais em Portugal, como é o caso de pessoas vindas da Índia, do Paquistão, do Bangladeche e da Tailândia. De uma forma geral, estamos a assistir um pouco a uma mudança de padrão, quer em quantidade, que está a aumentar, quer no próprio perfil.»

Conforme constatado ao longo de toda a pesquisa, o despovoamento é uma preocupação que assola muitos dos residentes do interior. No entanto, à medida que a imigração para estas regiões aumenta, surge, por vezes, algum desconforto ao verem-se os territórios a serem habitados por pessoas que não partilham a mesma cultura que os habitantes autóctones.

partilha / preconceito

Nos últimos anos, temos assistido a um aumento das Marchas de Orgulho LGBTQ+ por todo o país, incluindo em municípios do interior, como Bragança, Vila Real e Covilhã. Na edição do ano passado, entrevistámos Ana Carolina Gomes, membro da organização da Marcha LGBTQ+ de Viseu, que refletiu sobre como o facto de as comunidades serem reduzidas dificulta, por exemplo, que as pessoas sejam vocais contra um pensamento homofóbico, quando o mesmo é predominante.

Já Beatriz Realinho, de 21 anos, participante do *focus group*, fez parte da organização da Marcha LGBTQ+ na Covilhã e confessa ter estado muito nervosa durante todo o processo devido aos comentários e às ameaças que recebeu. «Eu adoro ir a casa e adoro estar na Guarda, só que depois quando lá estou não posso ser eu própria com medo dos comentários que vou receber. E acho que essa luta ainda é maior no interior, nem que seja porque no litoral há um anonimato maior, no interior as comunidades são mais pequenas e toda a gente se conhece», afirma.

Como expõe João Cardoso, natural de Macedo de Cavaleiros, a proximidade humana «pode ter um lado negativo». Assim, esta visão da existência de alguns preconceitos convive com uma percepção completamente oposta de uma tendência para a partilha e para a



entreadjudada. «Há um sentimento de grande proximidade no interior. As pessoas são muito mais próximas e vivem muito em comunidade», refere Pedro Fragoso Lopes, também da Guarda. É habitual a referência a um sentimento de preocupação e proteção do todo em relação ao particular, como se no interior todas as pessoas se interessassem mais pelo outro e estivessem a par dos seus desafios e preocupações.

qualidade de vida / falta de infraestruturas

A dupla mais contraditória talvez seja precisamente esta. Se, por um lado, a maioria dos participantes e dos entrevistados considera que a mobilidade e o acesso a serviços são essenciais numa sociedade ideal, é quase unânime que existe uma maior qualidade de vida no interior do país.

João Cardoso, no *focus group*, considera que existe de facto maior qualidade de vida, mas que é uma qualidade de vida «com reticências». «Temos de fazer um esforço adicional para aceder a certos serviços. Temos mais qualidade de vida, mas estamos a abdicar de algumas coisas em prol de outras», afirma Sofia Rocha e Silva.

O Gerador refletiu recentemente sobre esta questão, numa reportagem, partindo de um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos coordenado por Rosário Mauritti, do ISCTE, intitulado «Territórios de Bem-Estar: Assimetrias nos municípios portugueses» (2022). O presente estudo identificou em que medida o conceito de bem-estar é influenciado pelas diferenças territoriais de Portugal continental. Aspetos como o equilíbrio entre trabalho e a família, a saúde, habitação, participação cívica, educação, cultura, sociedade digital, segurança, trabalho digno e qualidade ambiental foram considerados para poder medir a perceção de bem-estar. A principal conclusão é que o conceito não significa o mesmo para todos, mas o território onde se vive influencia a perceção. Se, na vertente laboral e económica, Lisboa, Porto, Coimbra, Alcochete, Oeiras e Cascais – classificados como territórios inovadores – são os mais bem cotados, também são aqueles onde há maior desigualdade social e onde é mais difícil conciliar o trabalho com a vida familiar. Já nos territórios de baixa densidade, o equilíbrio entre o trabalho e a família está mais bem pontuado, pondo-se «acima da mediana nacional dos municípios». Também na habitação a cotação é melhor – por ser mais acessível e menos sobrelotada –, o que já não acontece na vertente da saúde, por exemplo.⁷



diversidades

como os territórios do interior são diferentes entre si

Por último, identificámos um terceiro grupo que nos permite compreender como tantas contradições acabam, de certa forma, por ser o reflexo de um enorme potencial: chamámo-lhe Diversidades.

É indiscutível a existência de interiores muito distintos: uma capital de distrito no interior pode até carecer de certas estruturas em comparação com uma cidade no litoral, porém, vai sempre diferenciar-se ainda mais de uma aldeia localizada no interior profundo. Existem múltiplas realidades que podem ser, muitas vezes, distinguidas de acordo com a distância a que se encontram da cidade mais próxima. Mas as diversidades não se esgotam aí: o interior é extremamente heterogéneo, e essa talvez seja uma das características que mais o diferencia dos grandes centros urbanos do litoral que, por seu lado, estão cada vez mais homogéneos.

A perceção do que é o interior é muito variável de pessoa para pessoa, mas a falta de população e de infraestruturas e o esquecimento por parte do poder central parecem ser consensuais. No entanto, será que podemos definir o interior apenas a partir do que lhe falta?

diversidade na geografia

São chamados territórios do interior, mas abrangem uma multiplicidade de regiões de norte a sul do país, contando, ao todo, com 165 concelhos e 73 freguesias de outros concelhos. Contêm pequenas e médias cidades, capitais de distrito, capitais culturais e sedes de concelho, mas também freguesias mais afastadas dos polos urbanos, vilas e aldeias mais isoladas, algumas com as infraestruturas essenciais e outras muito carenciadas.

A nível da agricultura, a geografia também dá origem a dois tipos diferentes de propriedade agrícola: o Norte sempre foi caracterizado pelo minifúndio e o Sul pelo latifúndio, o que significa que no Norte predominam, tradicionalmente, os pequenos produtores, enquanto o Sul se caracteriza por terrenos mais extensos e uma maior desigualdade no que toca à posse da terra, fazendo com que exista um número menor de produtores e um maior número de trabalhadores.

diversidade na política

Também a nível político existem diferenças entre os vários interior-



res que são, inevitavelmente, uma expressão de realidades distintas. O Norte do país é, tradicionalmente, mais conservador no que à política diz respeito, enquanto o Alentejo tem uma ligação histórica à esquerda que se mantém, embora tenha vindo a sofrer algumas mudanças nos últimos anos.

Além do mais, as eleições autárquicas têm um cariz muito próprio em localidades de menor dimensão. O facto de as pessoas conhecerem bem a sua comunidade faz com que a ideologia política dos vários partidos não seja, por vezes, o fator mais determinante no momento do voto. As relações interpessoais e o conhecimento pessoal dos candidatos, mais do que de um partido ou de uma ideologia, por vezes acabam por prevalecer.

Conforme fomos compreendendo através das nossas entrevistas, a relação das pessoas e das estruturas com as autarquias locais é, naturalmente, também ela muito diversificada. Não é incomum os cidadãos terem uma relação de proximidade com a sua junta de freguesia ou com a câmara municipal, conseguindo, muitas vezes, chamar a atenção para determinados problemas, articular soluções, implementar novos projetos ou beneficiar de apoio logístico e financeiro. Por outro lado, também surgem casos em que tal articulação não é tão frutífera e fluida, dificultando, muitas vezes, o desenvolvimento da região e contribuindo para que os cidadãos não se sintam ouvidos.

diversidade na religião

Apesar de Portugal ser um país católico na sua generalidade, um estudo realizado em 2018, intitulado «Geografia da religião em Portugal: minorias e diversidade religiosa», constata que existem mesmo concelhos na região do Alentejo, como Castro Verde e Grândola, onde a percentagem de pessoas agnósticas chega a ser superior à de Lisboa. O Alentejo foi «o pioneiro na desintermediação religiosa que começou por motivos políticos, onde se contrariou a força da Igreja Católica, ou do próprio padre, que servia os poderes instalados, os latifundiários, a ditadura do século XX».

Ainda que a religião católica seja predominantemente também nesta região do interior, a igreja dispõe de muito menos influência a nível social do que no interior norte, «onde o catolicismo é mais enraizado».⁸

diversidade na cultura

A cultura, na sua aceção mais geral, está intrinsecamente ligada ao

contexto onde existe, sendo influenciada, por exemplo, pela história, mas também por fatores como o clima e a geografia. Sendo tão diferentes na sua essência, é mais do que natural que cada uma das regiões que compõem o interior do país tenha uma cultura distinta e própria. Variam as tradições, a gastronomia e os sotaques, mas também os hábitos, a maneira de ser e de estar, as crenças, as histórias, e muito mais. Até dentro da mesma região, como por exemplo, o Alentejo, existem grandes diferenças: uma pessoa do alto Alentejo e uma do Baixo Alentejo podem ter muito poucos pontos em comum.

No que diz respeito às práticas artísticas e culturais, as diferenças também são muitas. A título de exemplo, podemos olhar para a entrevista de Carla Magalhães, produtora cultural com um percurso profissional que tem passado por várias localidades do interior, que descreve as diferenças que encontrou entre Évora, a Covilhã e Caminha no que toca à relação da população com a cultura e as artes. Existe, tradicionalmente, uma maior relação de certas zonas com determinados tipos de arte, como por exemplo a relação forte de Évora com o teatro e, muitas vezes, a existência (ou não) de certas infraestruturas e recursos acaba por condicionar também os hábitos culturais de determinadas populações.

diversidade nas pessoas

Com tantos fatores diferenciadores seria irrisório imaginarmos que a população do interior é una e homogénea, tal como é representada nas visões mais estereotipadas. Dependendo não só da região, mas também dos contextos sociais, económicos, culturais e pessoais, mas também geracionais, a população do interior é composta por muitas camadas de pessoas diferentes que, indubitavelmente, trazem diferentes valores a estas regiões.

Assim, concluímos que as várias regiões do interior partilham as mesmas lutas, mas nem sempre as mesmas características, o que é certamente um ponto a seu favor.

Parece haver uma ideia, algo paternalista, de que é preciso levar evolução do litoral para o interior, como se o interior precisasse de ser salvo. Defendemos que é necessário criar uma lógica inversa, uma narrativa que parta dos próprios territórios do interior e leve a sua multiplicidade ao litoral.



Como afirma o presidente da Câmara Municipal de Pombal, as múltiplas oportunidades e especificidades do interior «têm de ser exploradas e potenciadas, para que os territórios ganhem novas referências».

Para que possa haver uma mudança real, é necessário que o interior (ou os interiores) se pensem, se articulem, se façam representar e se projetem no futuro.

A falta de uma relação horizontal, materializada, por exemplo, no facto de a representatividade parlamentar estar dependente do número de habitantes de cada região, acentua a desvalorização destas regiões e alimentam uma ideia coletiva, mais ou menos consciente, de inferioridade e impotência.

Acreditamos que, por si só, a existência de infraestruturas não será suficiente para mudar o rumo do interior. As mesmas são, sem dúvida, extremamente relevantes, mas se os olhos do país continuarem postos nos grandes polos urbanos do litoral, será à imagem dos mesmos que se moldarão as políticas para o interior, e é a essas realidades que uma grande parte dos habitantes do interior continuará a aspirar.

(1) Censos 2021, Resultados Definitivos – Portugal, INE.

(2) CASTORIADIS, C. *L'Institution imaginaire de la société*, Les Editions du Seuil, 1975, p. 146–147. Tradução livre.

(3) Instituto Nacional de Estatística – Estatísticas do rendimento ao nível local. Indicadores de rendimento declarado no IRS: 2017. Lisboa: INE, 2019. Disponível em: <https://www.ine.pt/xurl/pub/384207665>. ISBN 978-989-25-0523-7.

(4) TURNER, J. C. «Social identification and psychological group formation». In TAFJEL, H (org.). *The social dimension: European developments in social psychology*, vol. 2. Cambridge University, 1977.

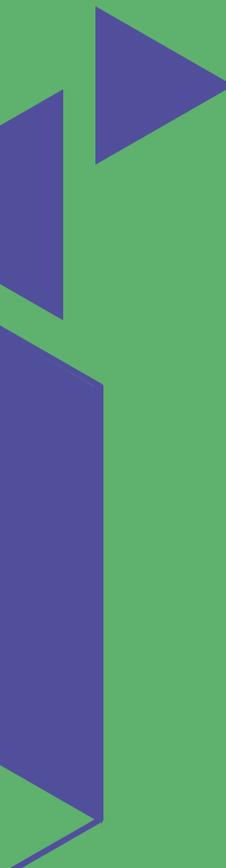
(5) «Taxa De Suicídio No Alentejo É O Dobro Da Média Nacional». *JN*, 24 de setembro, 2021, www.jn.pt/especiais/descobrir-mentes/-taxa-de-suicidio-no-alentejo-e-o-dobro-da-media-nacional-14155492.html.

(6) «70 % Dos Idosos Em Portugal Sentem-se Sós – Renascença». *Rádio Renascença*, 26 de maio, 2022, rr.sapo.pt/noticia/pais/2022/05/26/70-dos-idosos-em-portugal-sentem-se-sos/285783.

(7) Reportagem «O despovoamento do interior persiste, mas há jovens a querer inverter a tendência», de Sofia Craveiro, na *Revista Gerador 40*, <https://gerador.eu/o-despovoamento-do-interior-persiste-mas-ha-jovens-a-querer-inverter-a-tendencia/>.

[8] FRANCA, M., FERNANDES, J. L., CRAVIDÃO, F. (2018), «Geografia da religião em Portugal: minorias e diversidade religiosa», *Cadernos de Geografia n.º 38*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.





quatro temas, quatro entrevistas

jovens e a mudança
para o interior

transportes e mobilidade

imigração

cultura

jovens e a mudança para o interior

No Gerador, refletimos regularmente sobre as preocupações e necessidades dos jovens, centrando-nos em temas como o emprego, a educação, a habitação, a sustentabilidade ambiental e a discriminação. Pomos este segmento da população no centro das nossas atenções por considerarmos que o seu olhar pode ter um papel fundamental na criação de um futuro melhor para todos. Como tal, seria inevitável não incorporarmos neste trabalho algumas visões acerca do o que o interior tem para oferecer aos jovens, enquanto procuramos perceber como é e como poderá vir a ser a sua relação com estes territórios.

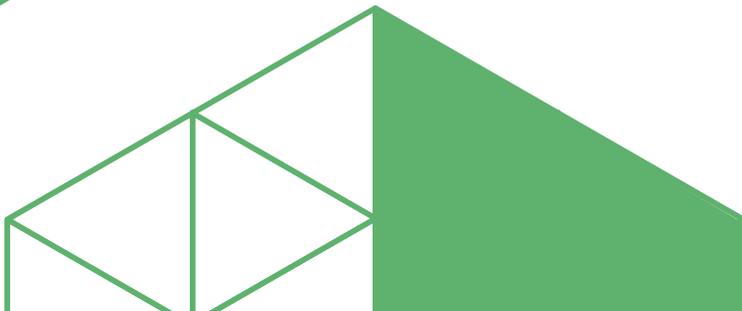
Para além de falarmos com quem sempre residiu no interior, partimos também de um momento em que o teletrabalho parece ter vindo para ficar, para explorar as possibilidades que existem para aqueles que, vindos do litoral, queiram fazer do interior a sua casa.



entrevista a Beatriz Canas Mendes



Beatriz Canas Mendes, nascida em 1995, é professora e formadora, licenciada em Comunicação e Cultura pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e pós-graduada em Escrita de Ficção e em Psicologia Positiva Aplicada. Viveu na periferia de Lisboa antes de se mudar para Banguécoque, uma das cidades mais populosas do mundo, experiência que a fez pensar que talvez estivesse à procura exatamente do oposto. Foi assim que, ao regressar a Portugal e impulsionada pela possibilidade do teletrabalho, acabou por se mudar para uma vila no interior alentejano, enquanto frequenta, atualmente, um mestrado na Universidade Aberta, através do ensino a distância.



Gerador: Fizeste o caminho inverso ao que talvez seja expectável na maioria das vezes, ou seja, mudaste-te de Lisboa para Vila Viçosa. Para começar, podes contar-nos um pouco quais foram as principais motivações para esta mudança?

Beatriz Canas Mendes: Em primeiro lugar, antes de me mudar para Vila Viçosa, vivi em Banguedo durante quase dois anos e percebi que a vida de uma cidade tão grande não era para mim. Ao ter essa experiência, fiquei a perceber que possivelmente poderia gostar muito mais do oposto. Antes de ir para Banguedo, ainda queria muito viver em Lisboa, porque cresci na Margem Sul e trabalhava e estudava em Lisboa, mas nunca cheguei a viver lá. Só que, apesar de gostar muito da cidade, ao voltar de Banguedo, tive a certeza de que a vida de cidade continuava a não ser para mim. Tanto eu como o meu namorado percebemos que gostaríamos de viver fora das grandes cidades e, durante o primeiro ano da pandemia, ele, que é médico, foi colocado no centro de saúde de Vila Viçosa e, então, decidimos mudar-nos. Isto foi motivado, claro, pela minha facilidade em trabalhar online. Eu já trabalhava como professora de português para estrangeiros, mas antes da pandemia tinha um gabinete, num escritório de *coworking*, onde trabalhava e recebia alunos presencialmente. No entanto, depois da pandemia, mudei totalmente para o *online*. Pensámos que seria o momento certo para nos mudarmos para o interior, uma vez que tínhamos, ambos, uma oportunidade. O que nos motivou foi não só o estilo de vida, mas também o facto de ser muito mais barato viver no interior sem

estar muito longe de Lisboa. Para quem já tinha vivido em Banguedo, a 24 horas de distância da minha família, viver a uma hora e meia de distância não é nada.

G: A experiência em Banguedo terá sido certamente muito mais intensa do que em Lisboa, claro.

B: Sim, sem dúvida. Vivem-se todos os problemas, tal como também se vivem os benefícios de viver numa grande cidade. E esse ambiente foi uma experiência-limite para mim, em que percebi: "OK, vou tentar em Lisboa." Mas em Lisboa também não funcionou. Começámos a aperceber-nos do aumento das rendas, mas também da dificuldade de acesso a certos serviços, até uma mera marcação para as finanças era um empecilho. E aqui, apesar de parecer às vezes que as coisas correm de uma forma mais lenta, conseguimos ter acesso a esses serviços com muito maior facilidade. Por exemplo, marcar consultas médicas é muito mais simples. E também estamos relativamente perto de Évora, portanto, é fácil.

G: Sentiste algum tipo de estigma associado ao facto de teres saído de Lisboa para o interior?

B: Não, muito pelo contrário. Penso que há muita gente a fazer o mesmo neste momento, portanto, nós acabámos por seguir a tendência dos tempos da pandemia e já estamos nesta região há quase dois anos. Conseguimos perceber que há muita gente interessada em viver no interior, que já percebeu que a cidade pode ter os seus benefícios, sim, mas se calhar também é possível experimentar o



inverso. E, aliás, vemos precisamente no Gerador e também vemos noutros meios de comunicação social esta preocupação em mostrar que é possível descentralizar e criar condições para os jovens viverem no interior.

G: Em relação a infraestruturas associadas a serviços essenciais, como clínicas e hospitais ou estabelecimentos de ensino, consideras que os meios atualmente existentes em Vila Viçosa e no Redondo são suficientes para servir a população local?

B: Até é engraçado, porque entre todos os hospitais que, na altura do verão, tiveram dificuldades com as urgências, o de Évora foi um dos poucos que foi escapando. Claro que tememos, como todos os portugueses neste momento, que os serviços de saúde não sejam suficientes daqui a algum tempo, mas quanto aos restantes serviços, como as Finanças ou a Segurança Social, há repartições suficientes. Temos muitas clínicas, tanto privadas como centros de saúde. Temos facilidade de acesso aos cuidados de saúde, sem dúvida, porque ainda não há falta de médicos em Vila Viçosa. E temos também a noção de que é fácil encontrar escolas e creches, por exemplo. Existe oferta suficiente para as crianças que há, e em Vila Viçosa há bastantes crianças. Apesar de ser uma zona do interior, é uma zona bastante jovem e com uma população bem distribuída em termos de faixas etárias, tem um bom equilíbrio.

G: Sentiste algum tipo de dificuldade no processo de transição do litoral para o interior?

B: Penso que a maior dificuldade neste momento é estarmos mais longe das famílias, especialmente com o aumento do preço dos combustíveis e também com o aumento progressivo das portagens, torna-se cada vez mais caro visitar Lisboa. Ainda assim, nós temos a possibilidade de o fazer, ou seja, os nossos rendimentos permitem-nos fazer essas viagens de vez em quando, mas talvez seja essa a maior dificuldade. Para mim, pessoalmente, que sou uma pessoa muito apegada aos meus amigos, sinto muita falta de estar à distância de uma chamada para os poder convidar para vir cá, porque às vezes é difícil combinar as agendas. Quando vivia perto de Lisboa, e até trabalhava na zona do Marquês de Pombal, chegava a ligar a amigos só para beber um café e em meia hora estávamos juntos e já era suficiente. Agora, quando orquestramos um encontro, é sempre com a expectativa de que vamos estar um dia inteiro juntos para não ser um desperdício de tempo estarmos a ir de um sítio para o outro.

G: Quais consideras serem as maiores vantagens e desvantagens para uma jovem que vive no interior do país?

B: A maior vantagem para mim é, sem dúvida, a relação custo-qualidade de vida. Ganhámos muita qualidade de vida, porque gostamos de estar em zonas mais silenciosas, com menos movimento e ainda assim com uma vida de vila, ou seja, uma vida de proximidade bastante rica, sempre com boas relações com os nossos vizinhos. Portanto, por um lado, temos uma renda muito mais baixa e, por outro, até sentimos que os nossos laços



sociais mais próximos são beneficiados, porque temos oportunidade de falar com os vizinhos e de criar relações. Mudámos há menos de uma semana para esta casa, aqui no Redondo, e já conhecemos bastantes vizinhos à nossa volta, porque toda a gente está interessada em perceber quem é este casal jovem que vem viver para o meio do centro histórico do Redondo, onde as casas estão devolutas e onde quase não há movimento e só há pessoas bastante mais velhas. Além disso, temos uma casa bastante grande, que seria impossível termos em Lisboa. E acabamos por viver numa zona que é bastante central: fica perto de Évora, mas também fica relativamente perto de Espanha e fica mais ou menos a 1h30/2h de Lisboa.

No entanto, claro que temos o privilégio de ter trabalho nesta zona e nunca tivemos dificuldade em encontrar essas oportunidades. Isso também é algo que nós percebemos que pode ser benéfico ao mudarmo-nos para para o interior: há oportunidades de trabalho que ainda não estão bem exploradas, por exemplo, no distrito de Évora. Claro que pode não ser, por exemplo, para o setor terciário, mas há muitas ofertas de trabalho que os jovens desconhecem, e o mercado de trabalho não está saturado, como está em Lisboa. E, obviamente, nós temos um projeto de vida que passa por viver numa zona mais sossegada e menos urbana, por isso, para nós, esse é o benefício mais relevante. Quanto às desvantagens, mais uma vez é não estarmos tão perto das nossas famílias e dos nossos amigos, e isso pode vir a ser uma dificuldade maior, principalmente um dia que queiramos ter filhos.

G: Voltando a essa questão das relações de proximidade, queríamos perguntar-te como foi criar raízes num meio mais pequeno e no qual tinhas poucos ou nenhuns conhecimentos à partida.

B: Na verdade, eu sou uma pessoa muito faladora e então tenho essa facilidade em conhecer outras pessoas. Começo pelos vizinhos e depois as pessoas acabam por falar umas com as outras. O casal jovem que veio viver para um sítio pequeno no interior torna-se facilmente uma novidade e surge naturalmente um entusiasmo nas pessoas e uma vontade de perceberem quem nós somos. Além disso, o facto de o meu namorado ser um médico jovem, no Centro de Saúde de Vila Viçosa, é logo um cartão de visita. E temos essa facilidade também de sermos pessoas afáveis, de fácil interação, as pessoas fazem-nos perguntas e começamos logo a criar raízes em todos os sítios onde estamos.

G: Mudando agora de tema, estavas a falar, há pouco, da facilidade que tens em trabalhar em teletrabalho, o que te leva a precisar de uma boa ligação à Internet. Tiveste alguma dificuldade nesse sentido?

B: Em Vila Viçosa, a única dificuldade que tive foi em perceber qual era a operadora com maior cobertura, porque há operadoras que não funcionam na região, e eu tive de mudar. Agora, aqui, no Redondo, ainda estamos a instalar-nos, por isso ainda não sabemos como é que é o sinal da Internet, mas a vila já está equipada com fibra, inclusivamente, há Internet grátis em todo o lado. Claro que é uma Internet com uma velocidade mais reduzida, mas é um sítio que oferece, tal como Vila Viçosa, a pos-



sibilidade de ter Internet grátis nos centros mais movimentados da vila.

G: Tendo em conta que o Gerador se debruça habitualmente sobre questões relacionadas com a cultura, não podíamos deixar de levantar também uma questão mais direcionada para este setor. Como é que descreverias a oferta cultural em Vila Viçosa e a relação da população com a cultura?

B: Em Vila Viçosa, a vida cultural até é bastante rica. Acaba por ser um sítio que consegue atrair e manter muitos jovens devido à fundação da Casa de Bragança e a todos os monumentos. A verdade é que foi a vila onde nasceram Florbela Espanca e Bento de Jesus Caraça, e, portanto, a ideia de preservar o património está muito presente.

A própria vila, neste momento, tem um executivo que transparece essa ideia de valorização da cultura. No entanto, a cultura em Vila Viçosa prende-se mais com os museus e ao património, e não necessariamente ao cinema ou ao teatro. Essa falta de oferta de artes performativas e mesmo o facto de não existir, por exemplo, uma livraria, ou um espaço cultural permanente, é, sem dúvida, uma falha que se sente na vida cultural. Para mim, essa é uma das maiores desvantagens de viver em Vila Viçosa, porque ainda fica a uma hora de Évora, que já tem uma oferta bastante boa de eventos culturais, de espetáculos e de cinema. Nós mudámo-nos para o Redondo exatamente porque já fica a meio caminho entre Vila Viçosa e Évora, dado que o nosso objetivo era ficarmos mais perto dessa vida cultural e social. Neste momento, estamos a 40 minutos de Évora, o que já é bastante acei-

tável para conseguirmos ter uma vivência mais rica em termos culturais.

G: E, no Redondo, já conseguiste perceber como é a oferta cultural?

B: Sim, já me apercebi de que estão a investir muito nas feiras do livro. Houve a Feira do Livro do Redondo há pouco tempo, que até convidou escritores bastante conhecidos e, sem dúvida, capazes de atrair um público mais vasto à vila. Foi bastante boa, especialmente tendo em conta a dimensão do concelho. Há poucos dias, houve outra feira do livro, de uma freguesia mais pequena, que eu não visitei, mas fiquei surpreendida por uma aldeia ter criado também essa iniciativa. Além disso, o Redondo já há mais de 20 anos que tem um prémio literário, e isso também me parece que acaba por atrair as atenções do meio cultural literário. Para além disso, também tem um cineteatro ativo, que é o que não existia em Vila Viçosa, porque em Vila Viçosa o cineteatro está em remodelação há anos, e, portanto, quem lá vive está à espera da recuperação deste património e de uma melhoria da vida cultural.

G: Consideras voltar a viver em Lisboa, no futuro?

B: Sim, nós pensamos talvez estar mais próximos de Lisboa, mas continuando num sítio que nos permita ter este estilo de vida. Já pensámos em ficar no distrito de Évora, mas mais próximo do distrito de Setúbal, por exemplo, mas tudo depende das circunstâncias futuras. Talvez mais tarde, quando tivermos filhos e sentirmos a necessidade de estarmos mais próximos da família, aí, sim, poderemos repen-

sar, mas por agora não está nos nossos planos voltar.

G: Atualmente, fala-se bastante em incentivar a repopulação das zonas do interior. Achas que este é um discurso vazio ou sentes que existem, de facto, esforços tangíveis sobre este aspeto?

B: Não tenho a certeza. Na verdade, essa pergunta é muito difícil, porque para mim o discurso de "Mudem-se para o interior, a vida é maravilhosa!" tem o seu quê de questionável, já que depende sempre das nossas circunstâncias pessoais. Nós não precisamos de estar num grande centro, onde continua a haver uma maior variedade de trabalhos, de posições, de funções, de necessidades (principalmente no setor dos serviços). Além disso, não nos importamos de viver relativamente longe das nossas famílias e dos nossos amigos, porque também estamos a apoiar-nos muito um no outro. É uma vida muito vivida para dentro de casa e de que nós gostamos. Não fazemos questão de viver numa zona perto da vida noturna, por exemplo, ou de uma vida cultural intensa. Quando queremos realmente participar na vida cultural, vamos a Évora, vamos a Lisboa, vamos a outras zonas. Temos também Badajoz relativamente próximo de nós, por isso não temos essas dificuldades. Agora, eu sei que há amigos meus que nunca viveriam numa zona tão pequena quanto esta, sem oferta cultural imediata, sem a facilidade no transporte público (porque os transportes públicos aqui também são reduzidos), temos de ir de carro para todo o lado, praticamente. Mas há uma série de circunstâncias que

nos fazem achar que esta é uma vida que nós preferimos a qualquer outra hipótese de vida na cidade, tendo em conta as circunstâncias atuais.

G: O que sentes que é necessário fazer para que mais jovens sejam atraídos a viver no interior?

B: Em primeiro lugar, a facilidade em encontrar trabalho no setor dos serviços, porque estas zonas são muito agrícolas, portanto, grande parte da economia baseia-se na agricultura e, mais perto de Évora, também na indústria aeronáutica. Por exemplo, alguém que estudou economia não encontra tão facilmente oportunidades de trabalho no interior. Seria necessário criar uma indústria e criar também necessidade de serviços nestas zonas para atrair os jovens, porque ainda não existem assim tantas oportunidades para certos setores da economia. Para mim será até relativamente fácil, porque um professor é sempre necessário, um médico é sempre necessário, mas, se calhar, nem toda a gente precisa de um programador no meio do Alentejo. E para isso, por um lado, é preciso haver pessoas para haver necessidade de serviços, mas também é preciso haver necessidade de serviços para as pessoas se fixarem nesta zona, e isso terá de vir de um planeamento talvez não só municipal, mas também nacional. Que tipo de serviços é que queremos criar? Que tipo de oportunidades para a economia é que queremos criar nestas zonas que não estão perto de Lisboa?

G: Para terminar, queremos perguntar-te que conselhos darias a outros jovens que



estivessem a considerar mudar-se para o interior?

B: Todos os conselhos que eu possa dar têm mais que ver com avaliarem bem se realmente querem viver aqui e ponderarem todas as circunstâncias de trabalho, mobilidade e estilo de vida, para perceberem se é mesmo apropriado. Talvez fosse interessante alguém que se queira mudar para o interior experimentar temporariamente, por exemplo, durante um mês, vir viver para uma vila ou para uma aldeia e perceber se é esse estilo de vida que quer, porque facilmente, durante um mês, conseguimos ter a perceção da essência da vida na vila. Outro conselho é começarem a procurar ofertas de emprego numa região onde gostassem de viver, começarem a tentar perceber como é que funcionam a indústria e os serviços nessa zona, tirarem a carta de condução para poderem ter carro e poderem sempre deslocar-se nestas zonas, porque não há muita oferta de transportes públicos, apesar de haver agora um programa de incentivo ao uso dos mesmos.



transportes & mobilidade

Através da mobilidade e dos transportes, conectam-se pessoas, culturas e lugares de diferentes escalas. Quando pensamos em transportes coletivos de proximidade, falamos, por exemplo, daqueles que permitem aos cidadãos deslocarem-se entre as suas casas, os seus locais de trabalho, as escolas, os serviços sociais, os equipamentos de saúde e as atividades culturais e familiares. Em 2019, foi implementado o Programa de Apoio à Redução Tarifária, que permitiu uma redução da tarifa dos passes mensais em zonas como as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. No entanto, ao longo das entrevistas que temos vindo a realizar entre 2021 e 2022, uma questão é frequentemente levantada: que impacto têm medidas como essa no interior do país, onde os transportes existentes em muitas localidades têm permanecido irregulares, pouco frequentes, com tarifas elevadas e com horários indefinidos ou pouco divulgados?

Constatamos também que o desinvestimento na ferrovia ao longo dos últimos anos, acompanhado da falta de manutenção de várias estradas, assim como do aumento das portagens e dos combustíveis, dificulta a circulação entre distritos e até dentro dos mesmos.

Qual a importância dos transportes e da mobilidade para o interior? Que consequências têm os atuais modelos em vigor? E que potencialidades de mudança?



entrevista a Patrícia Pereira



Patrícia Pereira, nascida em 1991, é licenciada em Engenharia Agronómica e pós-graduada em Ordenamento do Território pela Escola Superior Agrária de Ponte de Lima. Trabalhou durante quatro anos numa empresa de consultoria de projetos, nas áreas da natureza, turismo e sustentabilidade, e, atualmente, é mãe a tempo inteiro. Desde sempre residente no interior, viveu de perto o desinvestimento que considera existir no setor dos transportes, algo que começou a procurar combater em 2020, através do lançamento da petição "Mais e melhores transportes públicos no interior do país". Apesar de ter encontrado múltiplos obstáculos neste caminho, acredita que é nos municípios e na educação, sobretudo dos mais jovens, que reside o segredo para a transformação individual e coletiva.

Gerador: Queremos começar por abordar o conceito de interior, uma vez que os territórios são muito diversificados, abrangem uma multiplicidade de regiões, de norte a sul do país, mas quanto ao seu caráter demográfico e socioeconómico têm algumas semelhanças. Tendo em conta a sua experiência pessoal e profissional, o que é para si o interior?

Patrícia Pereira: Posso falar com algum conhecimento de causa, porque trabalhei de perto com algumas câmaras municipais em ordenamento do território, nomeadamente em projetos de ordenamento florestal e agrícola. A verdade é que somos um país onde o grosso da população está fixado no litoral, porque é onde estão os grandes focos atrativos. Há uma série de coisas, como a empregabilidade e os aeroportos, que estão concebidos para as grandes metrópoles. E Portugal, apesar de ser pequenino, é um país riquíssimo do ponto de vista de fauna e de flora, mas o interior tem um potencial enorme que tem ficado esquecido, nomeadamente em três âmbitos: a agricultura, a pecuária e a parte florestal. Eu já estou no interior, mas sei que, à medida que vamos avançando, há freguesias que estão ainda mais isoladas do que a minha. Por exemplo, Melgaço ainda é mais interior do que o sítio onde eu estou, onde ainda consigo ter bons acessos ao hospital distrital de Viana do Castelo. Portanto, apesar de estar muita gente no interior, dentro do interior há diferentes escalas de urgência. Eu estou entre Ponte de Lima e Arcos de Valdevez, portanto não estou na situação mais crítica, mas acredito que se formos mais para Vila Real, por exemplo, a situa-

ção possa ser ainda mais grave. Nós temos vindo a esquecer o interior. Até podemos fazer aqui uma comparação: se olharmos para nós, seres humanos, ligamos muito à parte exterior e pouco ao nosso interior, à nossa saúde mental, à nossa saúde emocional. E isso aconteceu com o nosso país. Esquecemos que o setor primário, localizado nestes territórios, era, no fundo, o sangue que fazia pulsar tudo o resto. E como fomos negligenciando isto, foram retirados daqui os focos de funcionamento para estas populações e, apesar de virem a ser criados alguns apoios, eles, na sua maioria, não funcionam. Para mim, o interior tem aqui fortes questões que precisam de ser tratadas.

G: Enquanto natural e residente no concelho de Arcos de Valdevez, quais são os principais problemas com que a Patrícia se tem vindo a deparar ao longo da sua vida no interior do país?

P: Sou natural de Arcos de Valdevez e era lá que morava, mas neste momento estou a residir em Ponte de Lima, que é um concelho vizinho.

A nível de problemas, penso que territórios com a escala de Arcos de Valdevez, que é um concelho integrante do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), têm um poder e um dever acrescido na questão da sustentabilidade, porque até fazem uso desses valores para a questão turística. Não podemos esquecer que a agricultura e a floresta alimentam o turismo, porque criam paisagens. Ao criarmos paisagens, estaremos, conseqüentemente, a criar turismo. E isto é um ciclo. Acho que pessoas que estão nas posições de poder têm



de ter sensibilidade para cuidar e nutrir o património que estão a gerir. Infelizmente, sinto que Arcos de Valdevez está a fazer muito pouco ao nível da sustentabilidade. Sinto que devia haver mais trabalho com as populações em incentivos à reciclagem, à redução, e deviam haver também mais ecopontos. Sinto também que, apesar de termos muitos quilómetros de rede viária, temos muitas estradas degradadas e a precisar de sinalética. Até mesmo nas aldeias é preciso sinalética interpretativa do património que lá está e é preciso envolvermos associações e juntas de freguesia nesse processo.

Em relação à água, não nos podemos esquecer de que estamos numa altura de alterações climáticas e que é importante também sensibilizar para esta temática.

E, naturalmente, a questão dos transportes públicos, que, no interior, quase não existem. Como é que podemos utilizar um serviço quando não sabemos quando ou como é que ele funciona? Dou um exemplo: se for a uma paragem qualquer do interior, até mesmo nas vilas ou nas cidades próximas, não há um folheto com os horários das camionetas. Como é que vamos a um restaurante se não sabemos a ementa? Não pode ser. Nós temos as nossas vidas e os serviços têm de funcionar para realmente nos servirem. Eu já falei disto com o presidente da câmara municipal, mas fico muito triste quando não compreendem a mensagem e me dizem que o serviço não funciona, porque as pessoas não o usam, quando eu digo que é exatamente o contrário: as pessoas não o usam, porque o serviço não fun-

ciona. Se realmente fosse feito um bom *marketing* e se o serviço fosse bom, as pessoas iriam aderir, especialmente numa altura de tanto desemprego, com as alterações climáticas e com os combustíveis ao preço que estão. Volto a dizer: se tivéssemos realmente um serviço que funcionasse, tenho a certeza de que as pessoas iriam utilizá-lo. Estas são as principais dificuldades que encontro aqui, porque a outros níveis estamos muito bem, temos muita qualidade de vida. Desse ponto de vista, estamos melhor do que numa grande cidade.

G: Em relação à petição “Mais e melhores transportes públicos no interior do país”, que criou em 2020, quais eram os principais objetivos que pretendia alcançar?

P: Criei-a numa altura em que já estávamos em pandemia, nasceu sobretudo de uma preocupação económica e ambiental. Ainda não estávamos com este quadro de guerra que estamos a viver atualmente, mas o desemprego já tinha subido. E eu, como sou agrónoma de formação, senti mesmo a necessidade, como mãe e como cidadã, de fazer alguma coisa. Aqui, em Arcos de Valdevez, e, nomeadamente, em territórios de cota, não há alternativas para os transportes. E aqui, no interior, quando não há escola, quase não há autocarros, porque os autocarros funcionam muito em função dos horários escolares. Então isto piorou quando veio a pandemia, devido à ausência das escolas. E, portanto, o objetivo da petição era recolher quatro mil assinaturas para poder levar este tema à Assembleia da República, para que o mesmo fosse debatido. Mas talvez por

sermos um povo muito obediente, senti muitas dificuldades na recolha das assinaturas. Primeiro, porque sou mãe a tempo inteiro e tinha muita dificuldade em sair à rua. Depois, porque as pessoas não se queriam mobilizar, não queriam dar a cara. Além disso, também havia a questão da proteção de dados e as pessoas não queriam ceder dados. Pedimos ajuda a juntas de freguesia, que também não se quiseram pronunciar politicamente em relação a esta questão. Portanto, as dificuldades da petição foram várias. E no último ano, em 2021, acabei por pôr isto em *stand-by*, porque também sofri uma desilusão muito grande com a sociedade em geral. Senti que as pessoas até percebiam a causa, mas que não a queriam abraçar. Nós desejamos a mudança, mas não queremos ser agentes de mudança e, portanto, é muito difícil construir coisas diferentes quando assim é. Nós temos força num todo, individualmente fazemos pouco.

G: E enquanto procurava recolher assinaturas, de certeza que foi contactando com os habitantes de algumas cidades do interior, sobretudo com populações mais envelhecidas. O que é que foram partilhando consigo? Quais as necessidades que foram referindo, ao nível dos transportes, e que não lhe tinham ocorrido inicialmente?

P: Na altura, quando falei da temática dos transportes, as pessoas não manifestaram muitas outras necessidades. Até houve pessoas que surpreendentemente me disseram que eram contra a petição, porque tinham carro. Mas não fizeram contas para perceberem quanto pagam para terem

direito à mobilidade. Por exemplo, eu e o meu marido temos um carro. Ele vai para o trabalho dele, e eu fico com os nossos filhos. Se houver qualquer urgência, ele tem de largar o trabalho e vir-me buscar, ou então eu tenho de chamar um táxi. E, portanto, têm de se fazer as contas a estas situações, aos seguros, aos selos, a toda a despesa inerente à manutenção do carro, ao combustível, etc. Isto, multiplicado, é uma grande fatia do que nós ganhamos e do que nós pagamos em impostos para depois termos um carro à nossa porta. E este valor é duplicado, no mínimo, por agregado familiar. Portanto, nós estamos a tirar muito dinheiro que podíamos gastar noutras coisas, em viagens, em educação, em lazer, férias... Estamos a gastá-lo aqui, quando é um direito, porque as pessoas têm direito a ir para o trabalho delas. E estes apoios de transportes públicos, que funcionam muito bem nas grandes metrópoles, no interior não funcionam, porque não se pode dar apoio a algo que não está funcional. É uma questão de mudarmos um bocadinho também as mentalidades. Eu consegui chegar com a minha petição a muitos locais, por meio de rádios locais, jornais locais e através das minhas redes, porque as grandes cadeias de comunicação social barraram-me a porta. Tentei todos os canais generalistas que vocês possam imaginar e toda a gente me fechou a porta. Só mesmo nas pequenas é que eu consegui entrar. Isto dá que pensar.

G: E sente, então, que não conseguiu atingir os objetivos a que se propôs quando criou a petição?

P: Não, não consegui atingir nada. Na



altura, tentei reunir com a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez e pedi para, pelo menos, colocarem um panfleto com os horários. Não foi colocado. Disseram-me que sim, mas não foi colocado. Portanto, tudo aquilo que eu me propunha, que era melhorar a parte da informação, do *marketing*, do aumento da frequência, dos autocarros serem mais pequenos e mais regulares no tempo, serem mais inclusivos do ponto de vista de pessoas com pouca mobilidade, nada disto foi conseguido. Foi um problema que se chutou para a frente. As pessoas disseram “Sim sim, isto é muito giro, muito engraçado”, mas depois foi esta roda do rato, ou seja, “Não vamos gastar dinheiro, porque as pessoas não usam”. E assim ficámos. Se bem que saíram algumas notícias enganosas a dizer que as câmaras iam gastar dinheiro em transportes públicos e gastaram, sim, mas foi com o transporte escolar, transporte este que funciona apenas de manhã e à noite. Portanto, alimentou-se a ideia de que realmente iam fazer alguma coisa, até porque, entretanto, houve uma campanha eleitoral autárquica e convinha muito que saísse alguma coisa, mas não passou disso, infelizmente.

G: No *Pequeno Livro Aberto sobre o Interior*, editado o ano passado pelo Geração, a professora Catarina Sales Oliveira, docente na Universidade da Beira Interior e doutorada na área da Sociologia das Mobilidades, referiu que os problemas na área da mobilidade, no interior, são resultado da falta de estratégia e de investimento no setor nestas regiões. Partilha da mesma opinião?

P: Eu acredito que haja dinheiro. O dinheiro já foi, por exemplo, utilizado para vários estudos. Gasta-se muito na contratação de empresas para questionários, mas depois as coisas não saem do papel. E há uma coisa que não podemos esquecer: tem de se envolver todo o território no desenho desta estratégia. Estes territórios têm associações, têm juntas de freguesia e, por isso, este não é um trabalho que deva ficar só a cargo das câmaras. Têm de se envolver todas as partes e tem de haver aqui muita sensibilização por trás, para os serviços se tornarem efetivamente funcionais.

Eu sei que, por exemplo, há um programa do Fundo Ambiental (fundo criado em 2016, pelo Governo vigente, que tem como objetivo o apoio a políticas ambientais em âmbitos como as alterações climáticas ou a conservação da natureza e biodiversidade) que tem algumas reservas para isto e sei que alguma coisa já foi feita, só que, depois, ficamos com um caminho a metade, nomeadamente nos transportes públicos. O fecho de algumas redes ferroviárias, por exemplo, só nos tem prejudicado. Ninguém está à espera da contratação e da funcionalidade de um serviço de mobilidade para ele ser gratuito ou para dar prejuízo. No fundo, se a estratégia for boa, conseguimos que ele seja lucrativo. Por exemplo, temos os países nórdicos, onde é praticamente impensável de fazer-se qualquer viagem de carro. Há países em que se consegue viajar pelo país todo de comboio ou de autocarro. Não é o caso de Portugal. Ou se o fizermos, vai demorar-nos imenso tempo. Nós temos de seguir os bons exemplos e adaptá-los,

porque se os outros conseguem, nós também conseguimos. Eu acredito piamente nisso. Agora, é questão de fazermos um investimento, sim, mas depois pormos este investimento a ser funcional e lucrativo, porque é possível que isto gere postos de trabalho, é possível gerar receita e ainda é possível diminuir a nossa pegada ambiental. Se pensarmos na quantidade de estradas que temos criado, na quantidade de parques de estacionamento que temos de criar para esta carga automóvel... Se invertermos tudo isto, vamos é todos lucrar muito, ou seja, vamos libertar este espaço para criar outras coisas. E há dinheiro, certamente, para isto, ele está é mal aplicado, não tenho a menor dúvida.

G: E considera que a criação de medidas de dinamização do setor deve ser da responsabilidade dos organismos locais, como as câmaras municipais, ou que só através da elaboração de um plano a nível nacional, por parte do governo central, é que este problema começará efetivamente a ser corrigido?

P: Acho que nós temos de parar de olhar para o macro e olhar para o micro, porque isto é como numa fotografia: é o pequeno píxel que, na junção de muitos, dá a qualidade da fotografia. Eu acredito muito que é à pequena escala que reside o segredo. A mesma coisa com a agricultura: nós também desvalorizámos o pequeno agricultor para dar lugar à agricultura de escala, e isto tem trazido muitos impactos negativos a nível ambiental e económico. E, portanto, temos de olhar para o micro e ir ao encontro do presidente da junta, ir à associação local, ir à câmara e ir territó-

rio a território. É no micro que as pessoas conhecem as necessidades e é no micro que as pessoas lhes podem responder melhor. Até podemos aproveitar esta dinâmica criada pelos alojamentos turísticos, porque mesmo que os locais não usem sempre os serviços, há a possibilidade dos turistas usarem. As pessoas querem ir, por exemplo, à Gavieira e vão, vão os turistas e vêm os locais até à vila. Faz-se este intercâmbio das coisas, e os serviços acabam por funcionar. Agora, os serviços têm de ser criados e as pessoas têm de se reunir, têm de debater, têm de ter melhores horários, têm de parar de pensar em grandes camionetas e pensar em pequenos autocarros e começar a fazer, começar a testar. Isto vai por tentativa e erro, claro. Claro que vai haver épocas do ano em que os autocarros não vão chegar para a carga e claro que vamos ter alturas do ano em que vêm duas ou três pessoas. OK, tudo bem. O importante é não desistir, porque os serviços são como tudo: temos alturas em que estão lotados, temos alturas em que estão em época baixa. Mas, no fundo, acredito que a estratégia deve ser baseada numa visão micro.

G: Um dos principais problemas no setor dos transportes é precisamente a falta de oferta, como referiu. Em 2020, o Governo vigente anunciou a criação do Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público (PROTransP), programa este que continua ainda em vigor. Dois anos após a sua implementação, pode verificar alguma alteração a este nível no interior?

P: Pelo menos na minha zona não, não



verifiquei alteração nenhuma. Embora eu, em 2020, tenha debatido este tema e tenha falado com alguns representantes políticos aqui da região, na minha ótica, daquilo que eu vou vendo, continua tudo igual.

G: As tarifas são também outro dos problemas que afetam o setor nestas regiões. O Programa de Apoio à Redução da Tarifa (PART), anunciado em 2019 pelo governo vigente, tem apresentado resultados ou continua a não verificar também grande mudança?

P: Lá está, aqui o uso é muito sazonal, a não ser com o pessoal da escola, que tem um passe escolar, os autocarros vão vazios, porque ninguém quer ir a uma vila ou a uma cidade às 8 da manhã se só puder voltar ao fim da tarde. Portanto, aqui, nesta zona, não tenho verificado alterações. No entanto, acredito que estas medidas foram muito vantajosas para localidades mais no litoral, nomeadamente para grandes metrópoles.

G: E para além deste programa, não foi feito mais nada, mesmo a nível local, para que esta situação fosse corrigida?

P: Não houve investimento. O que estava, continua a estar, não tenho sentido alterações na minha zona geográfica em particular. Quando a petição saiu, os órgãos políticos mexeram-se um bocadinho e as águas ficaram ligeiramente agitadas, mas depois as coisas desvaneceram e, portanto, não senti mesmo alterações nenhuma. Nem a nível de preços, nem a nível de ofertas, nem a nível de informação, nem a nível de sensibilização. Portanto, tudo aquilo que eu entendo que devia ser

feito não foi. O território de cota continua sem oferta, não há carrinhas que façam a ligação, porque os autocarros só passam nas estradas nacionais e todas as vias secundárias continuam completamente abandonadas. Uma pessoa quer ir a uma feira ou a um médico e não tem serviço. E até estamos a falar de territórios de cota que ainda têm uns quilómetros até chegarem à estrada nacional e, normalmente, quem mora nesses territórios de cota, nem uma padaria lá tem, não tem nada. Portanto, nós abandonámos os nossos povos, deixámo-los à sua própria sorte.

G: Queremos agora passar do presente para um futuro próximo e perguntar-lhe onde é mais importante atuar de momento e quais são os próximos passos, em relação à mobilidade no interior?

P: Nas escolas. Eu acho que tudo começa aí. Os “grandes” já não têm muita solução, mas os “pequenos” são o futuro. Eu olho para os meus filhos como o futuro. Temos de mudar no presente aqueles que são o amanhã e, portanto, é nas escolas o trabalho de sensibilização mais importante. Por exemplo, há poucas semanas ensinei o meu filho acerca da reciclagem e ele já doutrina toda a gente. Se alguém deitar um papel fora do ecoponto, ele já vai pôr na reciclagem. Portanto, acho que é por aqui, acho que o caminho é nas escolas. E eu tentei envolver a comunidade escolar, na altura da petição, e fiquei muito desiludida quando mandei alguns *emails* para conselhos diretivos e ninguém me respondeu. E não esqueçamos que são as comunidades escolares que mais usam os transportes públicos, porque não têm transporte

próprio. Portanto, quando não nos envolvemos e quando nós, professores, não temos esta sensibilidade e a consciência de perceber que aqueles meninos hoje são meninos, mas amanhã são adultos e que se nós não lhes dermos ferramentas para se tornarem pensadores, com participação cívica na sociedade, então não estamos aqui a ensinar nada, porque não interessa saber muito sobre história ou sobre geografia. Isso interessa, sim, mas não é o mais importante. O mais importante é nós termos espírito crítico e interventivo sobre aquilo que é o nosso mundo.

G: Gostávamos de falar também um pouco consigo acerca da relação dos jovens com o interior, uma vez que nasceu no interior e continua a residir aí. Como é, para os jovens adultos, viver em Arcos de Valdevez ou em Ponte de Lima? Sente que os jovens têm mais tendência para saírem ou para permanecerem no território?

P: Acho que agora estamos, talvez, num equilíbrio. Sinto que muitos dos que estão na faixa dos 20 saem da região e outros, que já estão na faixa dos 40, voltam. Portanto, isto está a equilibrar um pouco, mas sinto que os que vêm, vêm com ideias para mudarem isto aqui. Os que vão, vão com alguma desilusão. É aquilo que eu sinto, mas, se calhar, a minha amostra é muito pequena para falar assim, com conhecimento de causa.

Também conheço alguns imigrantes que vêm da Suíça, por exemplo, que têm uma componente ambiental muito forte, vêm realmente com vontade de fazer, de empreender, de mudar. São muito críticos na forma como nós gerimos os resíduos

e do estado em que estão as rodovias e as ciclovias. Aqueles que vão, estão um bocado adormecidos, porque cá está, voltando à questão da consciência, da educação, nós vemos que as coisas estão mal, mas acharmos que não somos parte da solução, então empurramos um bocado a coisa com a barriga. Portanto, eu sinto que os que saem ainda vão fazer um caminho de aprendizagem e os que vêm, possivelmente, contribuirão para a melhoria.

G: Mas é bom crescer como cresceu em Arcos de Valdevez?

P: Sim. Infelizmente, há muita coisa que se tem vindo a perder, lá está, com esta questão de trabalhar as massas e a perspectiva macro. Recentemente, as aldeias têm vindo a perder muita visibilidade, o que é pena, porque os jovens nem conhecem o seu próprio território, não conhecem as pessoas da sua aldeia. Por exemplo, a carga horária das escolas tem aumentado e não lhes deixa tempo para brincar nem para pensar sobre eles mesmos, nem sobre nada que os rodeia. E são muito voltados para as tecnologias, então estão pouco observadores e pouco pensantes, portanto, sinto que esta questão de voltar à pequena escala era importante, mas, ainda assim, a nível de qualidade de vida, continuamos a ter muita riqueza, nem que seja por toda a natureza que ainda nos envolve.

G: E o que considera ser importante para que um maior número de jovens opte por permanecer nestas regiões, tal como aconteceu com a Patrícia?

P: Acho que o interior precisava de rees-



trutar muitas coisas, nomeadamente o setor primário, porque com os incêndios, com a desflorestação estamos a tornar um país de serviços e não um país de produção. Estamos a desvalorizar muito o nosso interior, aquilo que é nosso, como os nossos produtos alimentares. Estamos a ir buscar muito fora, e isso vai trazer-nos graves consequências com o aumento dos preços, com a inflação. Acho que, cada vez mais, temos de produzir para nós e valorizar aquilo que é nosso. Eu sinto que teria mesmo de se valorizar e incentivar um regresso à produção primária nestas regiões, porque é aqui que também reside alguma da nossa saúde, alguma da nossa autossuficiência, da nossa paisagem. O que acontece é que depois queremos o turismo, mas não podemos negligenciar esta parte. E também não estamos bem a nível de serviços, com fechos de serviços de saúde, por exemplo. Lá está, voltamos à questão da globalização e da massificação das coisas. Queremos tudo muito grande e depois esquecemo-nos de que, para ir a um hospital, temos de fazer 30, 40 quilómetros para cada lado, que muitas vezes temos de pagar portagens e, por exemplo, para quem tem crianças pequenas, fazer 30 ou 40 quilómetros não é propriamente fácil. Eu sinto que o foco da atratividade é exatamente aí. Não sinto dificuldades de colocar o meu filho na escola, mas como não o quero colocar em qualquer escola, sinto dificuldades em colocá-lo na escola que eu quero, porque as escolas que servem o meu propósito encontram-se longe, em Braga ou em Viana do Castelo, e ainda estamos a falar de alguma dis-

tância. Sinto que teríamos mesmo de dar condições e, se calhar, reduzir o IVA, facilitar a questão da restauração de algumas casas, em detrimento dos loteamentos e das novas construções, e criar algum tipo de incentivos nestas questões.

G: Para finalizar, gostaríamos de abordar a questão da representatividade parlamentar, uma vez que os distritos do interior têm perdido cada vez mais deputados, tendo em conta que esta representatividade está associada à quantidade de população residente nas regiões. Considera que existe uma necessidade de reformulação da representatividade parlamentar para que o interior possa ter mais voz na Assembleia da República, sobretudo em questões como os transportes?

P: Sim, sem dúvida. Por acaso nunca me envolvi politicamente, porque com filhos não é fácil, mas sinto que nós, jovens, temo-nos demitido desta função, às vezes, por medo de sermos associados a um partido, às vezes por desinteresse ou porque temos outras coisas para fazer, mas, na verdade, acho que é realmente importante. Vivemos numa democracia e as diferentes opiniões são todas elas válidas e importantes. E reparei que realmente perdemos muita representatividade nas últimas eleições, o que me entristece, porque depois somos sujeitos ao que os outros escolhem por nós e quem conhece as coisas é quem cá mora, não podemos negligenciar isso. Portanto, parece-me que sim, que é importante. Mas isto é uma questão que deveria ser trabalhada desde a escola, para que os jovens, quando crescerem, possam ser mais interventivos.



imigração

Desde 2016 que se tem verificado, ano após ano, um aumento do número de imigrantes estrangeiros residentes em Portugal. Segundo o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo de 2021, elaborado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), verificou-se em 2021, mesmo num cenário de pandemia, um crescimento de 5,6 % face a 2020, sendo que, em 2020, já havia sido auferido um aumento de 12 % face a 2019. Embora a maioria dos migrantes registados residam no litoral, há uma percentagem significativa (cerca de 30 %) que está espalhada pelo resto do país. Quisemos, então, perceber como será a vida para estes residentes do interior, como se desenvolvem as relações com os habitantes locais, que desafios surgem e que boas práticas estão a ser implementadas pelas câmaras municipais e outras instituições locais do interior. Ao mesmo tempo, consideramos crucial pensar a relação da agricultura intensiva com as condições precárias em que vivem muitos dos trabalhadores migrantes no interior do país. Refletiremos, ainda, acerca da importância da imigração para o desenvolvimento de regiões de baixa densidade populacional; os benefícios e riscos que podem advir do aumento de migrantes vindos de países mais ricos comparativamente a Portugal e as novas possibilidades de mudanças nos padrões residenciais trazidas pela pandemia.



entrevista a Fátima Velez de Castro

Fátima Velez de Castro é licenciada em Geografia, mestre em Estudos sobre a Europa, doutora em Geografia e pós-doutorada em Literatura. Trabalha como docente no Departamento de Geografia e Turismo da Universidade de Coimbra e tem desenvolvido investigação acerca da relação da imigração com o desenvolvimento de territórios do interior do país. Nesta entrevista, falou-nos um pouco sobre os contextos que conhece e chamou a atenção para a necessidade de uma política concertada para o interior do país. Deixa-nos, ainda, um desafio hipotético: “O que aconteceria se retirássemos todos os ministérios que estão sediados em Lisboa e os colocássemos em cada capital de distrito?”



Gerador: No seu doutoramento, intitulado *Imigração e desenvolvimento em regiões de baixas densidades. Territórios de fronteira no Alentejo (Portugal) e na Extremadura (Espanha)* constata que “[...] em pequenas cidades do interior de ambos os países, assim como em áreas rurais, a presença dos imigrantes é uma realidade cada vez mais comum.”

Que principais diferenças e semelhanças destacaria entre os imigrantes dos centros urbanos e os que optam pelo interior de Portugal?

F: Diria que temos diferentes padrões de distribuição de migrantes pelo país, principalmente tendo em conta aquilo que é a sua origem geográfica. Por exemplo, no que diz respeito a imigrantes africanos, há um padrão mais concentrado na Área Metropolitana de Lisboa. No caso dos migrantes oriundos do Brasil, verifica-se, desde sempre, que têm uma maior tendência para a dispersão. Houve uma fase em que se notava que, embora se concentrassem nas áreas urbanas, havia também alguma concentração na região centro e na região norte, algo que tinha que ver com as próprias origens e raízes familiares. Já a imigração chinesa, por outro lado, é uma imigração muito ubíqua, que se consegue encontrar em praticamente todo o país. Apesar disto, em termos demográficos, a população imigrante segue muitos padrões da população autóctone, sendo atraída pelos principais centros urbanos, onde se encontra uma maior oferta de emprego. Falando de outros grupos, temos verificado um fenómeno relativamente recente, e até evidenciado pela pandemia

da covid-19, que são os imigrantes que vêm trabalhar na agricultura. Já há estudos feitos sobre este tema, por autores como a professora Lucinda Fonseca, Aline Esteves ou o professor Jorge Malheiros, entre outras(os), que trabalharam a região de Odemira. Atualmente, há uma enorme falta de mão de obra em vários setores de atividade, dos quais destaco dois: a agricultura e a construção civil. Também poderia destacar outros, como a hotelaria, que é outro setor onde há muita falta de mão de obra e cujo mercado de trabalho tende a ser preenchido por migrantes, porque não há mão de obra nacional suficiente para suprir as necessidades. No caso do interior, o que se tem vindo a verificar é que tem havido um aumento significativo de imigrantes de algumas nacionalidades que anteriormente não eram tão habituais em Portugal, como é o caso de pessoas vindas da Índia, do Paquistão, do Bangladesh e da Tailândia. De uma forma geral, estamos a assistir um pouco a uma mudança de padrão, quer em quantidade, que está a aumentar, quer no próprio perfil.

Se recuarmos aos anos 50 ou 60, nas regiões de fronteira, o que tínhamos era muita presença de população vinda de Espanha, relacionada com a proximidade geográfica, com as condições de trabalho, com as relações afetivas e matrimoniais, mas também com fenómenos específicos passados, como, por exemplo, a Guerra Civil Espanhola. Depois, temos também outra alteração de padrão: os migrantes a que nós chamamos migrantes *lifestyle*. São aqueles que vêm do norte e centro da Europa, não só em idade de reforma, mas também em idades mais jovens, ainda ati-



vos no mercado de trabalho. Este foi um segmento no qual tivemos um grande *boom* nos anos 80, no Algarve, sobretudo com a população reformada, e, ao longo do tempo, tem-se vindo a verificar que já há uma procura por outros pontos do país. Na minha tese de doutoramento, acabei por ter essa surpresa: ao estudar o interior, ia à espera de migrantes laborais de um lado e do outro da fronteira, mas depois apareceram-me áreas como a serra de São Mamede, com uma concentração de migrantes *lifestyle*, com diferentes idades, com um poder económico muito significativo, que decidiram vir viver para países do sul da Europa e para o interior, justamente pelas características da paisagem e da dinâmica social e comunitária.

G: Segundo o que teve oportunidade de apurar através da sua investigação, existem diferenças significativas entre zonas urbanas e zonas menos povoadas no que toca à relação desenvolvida entre os habitantes locais e os imigrantes?

F: Aqui destacaria o relatório publicado todos os anos pelo Alto-Comissariado para as Migrações (ACM), que faz um estudo geral sobre a perceção dos portugueses face aos migrantes e que nos dá uma ideia geral do assunto. Não me quero arriscar a dar uma resposta muito concreta a nível regional, mas posso falar da minha observação empírica, tendo em conta aquilo que foi o estudo de caso que realizei no doutoramento. De uma forma genérica, os migrantes diziam que os portugueses tinham uma atitude muito positiva face à sua vinda. Mas não podemos dizer que não haja situações de fricção

social, porque ela existe, e, muitas vezes, há casos particulares em que a fricção social acaba por se generalizar a grupos.

No caso dos migrantes *lifestyle*, este é um grupo que se sente frequentemente bem acolhido pela população local. Percebi que, apesar de muitas vezes não falarem a mesma língua, comunicavam por gestos, para questões tão simples como fazer troca de alimentos ou situações em que a vizinha faz um bolo e vai levar à vizinha estrangeira por uma questão de cortesia. Mas claro que estou a falar de casos pontuais, a viver numa determinada comunidade, no Alentejo, onde havia uma certa reciprocidade entre as pessoas, até porque, por vezes, as pessoas também estavam casadas com portuguesas ou portugueses. Eram situações em que havia, no momento inicial, uma certa curiosidade e estranheza, sendo que depois as pessoas acabavam por ser envolvidas na comunidade.

Também penso que há uma diferença significativa entre aquilo que é a integração no tecido urbano e a integração nas áreas rurais. Muitas vezes, nas áreas urbanas, há mais a ideia de *cluster*, ou seja, as pessoas convivem com outras da mesma nacionalidade, quase que não sentem a necessidade de interagir com os nacionais. Mas isso também tem que ver com a própria natureza humana, uma vez que tendemos a desenvolver relações com pessoas com as quais partilhamos algum tipo de ligação. Posso falar, por exemplo, de dois casais que entrevistei, de origem chinesa, que participavam em atividades culturais da comunidade, onde toda a gente os conhecia e com a qual se davam bem. Mas havia

aqui um fator importante: quer um quer o outro casal tinham filhos que estavam na escola. Esse é um aspeto muito relevante para a questão da integração: muitas vezes a integração e a inclusão fazem-se através da geração dos filhos. São os filhos que dominam a língua, são os filhos que têm de estabelecer relações entre pares na escola e, portanto, acaba por haver essa interação. Mas era interessante tentarmos perceber, na academia, se essa componente é comum entre aquilo que são áreas urbanas e as que designamos como áreas rurais.

G: E agora uma pergunta mais geral: como é que a Fátima acredita que a imigração pode contribuir para o desenvolvimento em regiões de baixa densidade populacional em Portugal?

F: Primeiro, podemos começar por pensar como é que os imigrantes podem contribuir para o desenvolvimento do país como um todo. Muitas vezes faço o seguinte exercício com os meus alunos: imaginemos que, por magia, fazemos desaparecer do país toda a sua população estrangeira. Chega-se sempre à conclusão de que, em algumas circunstâncias, haveria setores inteiros a parar. Pensando no caso das regiões de baixa densidade, a verdade é que não podemos imputar aos imigrantes a responsabilidade de salvar o interior (se é que o interior precisa de ser salvo!). A verdade é que os migrantes laborais ajudam a assegurar a sustentabilidade do próprio sistema económico. Depois, no grupo dos migrantes *lifestyle* que estudei na serra de São Mamede, havia, por exemplo, população estrangeira que estava a comprar, a reconstruir e a recuperar pequenas quintas e hortas. Isto

é algo que faz toda a diferença em termos de ordenamento do território, pois deixamos de ter essas áreas ao abandono. É claro que, e faço sempre esta ressalva, há que ter bem presente que isto pode vir a criar um problema de gentrificação, como aquele a que estamos a assistir, por exemplo, em Lisboa, e não só, embora a outra escala. Pode haver, naturalmente, um inflacionamento dos preços, o que significa que deixa de haver capacidade por parte da população nacional autóctone para poder estar também ela ativa no mercado. Por outro lado, temos também muito investimento externo na agricultura do interior. Este investimento tem até dado origem a duras críticas pela forma como algum tipo de agricultura está a ser feito, num regime muito intensivo e extremamente esgotante em termos de recursos dos solos. Mas isto vai muito além do facto de ser população estrangeira ou não, porque tem que ver com políticas públicas na área da agricultura.

Mas, em suma, os imigrantes podem ajudar a manter certos setores de atividade e a revitalizar património material, muitas vezes até dotando de infraestruturas áreas que não tinham água, luz, ou saneamento, enquanto ajudam também na manutenção daquilo que é a paisagem autóctone.

G: Tem conhecimento de boas práticas que câmaras municipais ou outras instituições locais do interior estejam a aplicar no âmbito do aumento da imigração nos seus territórios?

F: Em termos de políticas públicas, sei que, aqui há alguns anos, em Vila de Rei, houve uma tentativa de trazer para este concelho algumas famílias oriundas do Brasil. Subli-



nho que aquilo que eu sei é o que fui retirando da comunicação social, não tenho dados que o comprovem. Mas penso que houve uma certa fricção social com a população local, que sentia que não eram dadas as mesmas ajudas aos emigrantes portugueses que aos imigrantes que chegavam à região. Dizia-se: "Os emigrantes também gostariam de ter condições para regressar, porque é que não ajudam antes essas pessoas?" Não me parece que tenha havido alguma situação de fricção social em concreto, mas houve esse questionamento. E depois o que aconteceu é que, segundo o que foi dado a conhecer, as pessoas foram saindo do concelho e acabaram por procurar áreas urbanas, a Área Metropolitana de Lisboa, eventualmente, onde tinham mais oportunidades de trabalho. Ou seja, não me parece que tenha sido uma experiência bem-sucedida, no sentido quantitativo, digamos assim, mas acabou por ser uma experiência-piloto, que nos veio mostrar que as políticas públicas não são propriamente fáceis de levar a cabo, porque vão muitas vezes contra aquilo que são princípios fundamentais do que é o projeto migratório, do que é o projeto de vida das pessoas. Por exemplo, na questão das oportunidades de emprego, não há comparação possível entre o que é um município no interior e o que é um município na Área Metropolitana de Lisboa. Claro que há outro tipo de vantagens, como nós sabemos. O que eu tenho verificado é que as boas práticas acabam por não ser estratégias organizadas em termos de políticas públicas, mas sim situações espontâneas.

Muitas vezes, as boas práticas estão a jusante, ou seja, depois da população

migrante estar no território é que se geram condições para as pessoas se instalarem ou se integrarem. Dou um exemplo: na altura em que fiz o doutoramento, a escola Garcia da Orta, em Castelo de Vide, tinha aberto duas turmas de portugueses como língua não materna, porque se começou a aperceber de que, no concelho, havia muitos imigrantes de países do norte e do centro da Europa que não falavam português, mas que queriam aprender. Lá está, isso é uma boa prática, mas a jusante do processo, depois dele acontecer, não ao contrário. O que muitas vezes ocorre é uma integração naquilo que são as vivências das comunidades de uma forma muito orgânica, muito espontânea. Ou seja, não há propriamente aquela necessidade "vamos criar aqui uma política que seja para acolhimento de imigrantes". Como as comunidades são pequenas, as pessoas acabam por se integrar dentro daquilo que são as dinâmicas territoriais das áreas.

G: Voltando a um assunto no qual a Fátima já pegou brevemente: temos acompanhado os problemas graves que envolvem a agricultura intensiva no interior do país, onde um grande número de imigrantes, muitas vezes, vivem e trabalham em condições precárias. Um caso bastante conhecido é dos trabalhadores imigrantes agrícolas em Odemira, no Alentejo. Como acredita que situações como estas podem ser evitadas?

F: Infelizmente, é um fenómeno global que se alimenta de populações muito vulneráveis, que vêm de países com baixos níveis de desenvolvimento. As próprias pessoas que se dispõem a fazer este tipo de migra-

ção são pessoas com rendimentos baixos, com muito pouco capital de mobilidade, com níveis académicos muito baixos e que acabam por ser facilmente enganadas, até porque essas redes constroem aquilo que se designa por imagem territorial, ou seja, criam expectativas e constroem uma imagem dourada do destino migratório. Depois também há a questão da migração para a Europa, no sentido em que se entende a Europa como um todo: onde há muito bons salários, onde se consegue uma vida digna. A migração para países como Portugal acaba por ser atrativa, porque pode abrir a porta a outros países ainda mais atrativos, como é o caso da Alemanha. É natural que estes imigrantes acabem por entrar nessas redes, pois, muitas vezes, o que acontece é que as pessoas que fazem parte das redes são da mesma nacionalidade, ou seja, transmitem uma falsa sensação de segurança e, portanto, acabam por gerar este tipo de situações. É claro que alguns empregadores estão a permitir que isto aconteça e a alinhar em todo o processo de tráfico humano. E, portanto, nesse sentido, é muito importante não só o papel das autoridades locais, mas também o papel da comunidade de uma forma geral, todos nós acabamos por ser responsáveis por aquilo que vamos vendo e aquilo que vamos ouvindo.

G: Para terminar: apesar do aumento de imigração verificado nos últimos anos, este valor ainda é considerado baixo, somado a isto o número de emigração muito elevado do país (na última década, saiu do país, via emigração, 10 % da população residente de nacionalidade portuguesa) e uma taxa de fecundidade baixa,

um cenário de diminuição da população residente em Portugal parece ser inevitável. Quais as consequências destas previsões para Portugal de forma geral e especificamente, para o interior do país?

F: Se olharmos para as projeções, quer da população residente, quer daquilo que foi a evolução da população rural e da população urbana, verificamos que este fenómeno de crescimento das áreas urbanas não é novo. Ou seja, há previsões que dizem que em 2050, 80 % da população mundial estará a residir em áreas urbanas e, portanto, isto parece-nos inevitável. Ou seja, é muito difícil parar esse tipo de dinâmica. Ora, o que acontece é que agora, quando ocorreu a pandemia, houve aqui uma aparente possibilidade de haver mudanças naquilo que eram os padrões residenciais das pessoas, com a questão do teletrabalho. Não digo de forma massiva, mas acho que se criou uma oportunidade para as pessoas repensarem a questão da relação entre o local de trabalho e o local de residência. Muitas vezes, ou quase sempre, é a dimensão do emprego que acaba por ser o fator de imobilidade ou de mobilidade das populações. É engraçado que, entretanto, a pandemia, felizmente, já passou, mas parece que nada mudou. Embora haja casos pontuais de pessoas que decidiram por outros projetos de vida, não se verifica uma alteração massiva. Isto faz-me lembrar algumas ideias do sociólogo Manuel Castells, que escreveu um livro intitulado *A Galáxia da Internet*, há mais de 20 anos, e que trata da questão das redes de comunicação e das redes sociais, no sentido das conexões das pessoas ao território, e diz uma coisa muito interessante: mesmo que as pessoas pudessem ficar em teletrabalho,



continuar-se-ia a optar pela área urbana e não pela área rural. Diz-nos que, em termos de tendência geral, há algumas dimensões da vida da pessoa que a área rural não oferece, como, por exemplo, no caso de quem teve filhos, fazer atividades extracurriculares, a oferta mais diversificada em termos de produtos e serviços culturais, mais mobilidade, mais oferta em termos de saúde. No entanto, deixo a ressalva de que acho que esta dicotomia que se faz entre o que é rural e urbano, às vezes, é muito redutora, embora seja tentador de ser feita.

Mas, quanto ao futuro, ele pode passar pelo teletrabalho, sem a menor sombra de dúvidas, mas pode passar, por exemplo, também pelas gerações posteriores ao êxodo rural, ou seja, por pessoas que mantêm casas de família e segundas residências no interior. O aumento de segundas residências é algo que tem vindo a acontecer.

Depois também há aqui outra questão que é, para o interior ser levado a sério, tem de haver um compromisso muito forte dos governos, porque dificilmente os municípios conseguem reverter sozinhos situações desta natureza sem que haja uma política global concertada.

Podemos fazer o seguinte exercício: se retirássemos todos os ministérios que estão sediados em Lisboa e os colocássemos em cada capital de distrito, se calhar, as coisas mudavam. Isto é uma questão muito utópica e hipotética, mas a verdade é que muitas vezes as pessoas se sentem abandonadas e com razão. Quando nós temos deputados eleitos por círculos eleitorais, que conhecem muito mal as regiões ou que lá foram muito poucas vezes, isso vai, inevitavelmente, refle-

tir-se nas políticas públicas globais. É essencial que quem trabalha com políticas públicas, conheça bem o território e isso implica trabalho de campo, contato com as populações.



cultura

Acreditamos que a cultura pode ser um dos fatores determinantes para a prosperidade de um país e, por essa razão, temos procurado perceber qual a relação do interior de Portugal com a cultura, a nível não só da participação cultural, mas também da presença de agentes culturais na região, da manutenção de infraestruturas, de apoios locais e nacionais, entre muitos outros fatores.

No estudo de opinião realizado pelo Gerador e pela Qmetrics em 2021 e publicado no *Pequeno Livro Aberto Sobre o Interior*, constatámos que não existem diferenças significativas entre a satisfação com os espaços culturais por parte dos moradores que consideram residir no interior e no litoral, com apenas cerca de 50 % a afirmarem estar satisfeitos em ambas as regiões. No entanto, em relação ao papel que a cultura tem na sua vida, cerca de 40 % das pessoas no interior afirmam que é importante, mas que não lhe dedicam tanto tempo como gostariam, enquanto que no litoral apenas 26 % optam por esta resposta.

Ambicionamos, então, perceber quais as especificidades do papel da cultura nesta multiplicidade de territórios considerados interior e quais os desafios com que se depara.



entrevista a Carla Magalhães

Atriz e gestora cultural

Carla Magalhães estudou em Évora, onde se formou em Economia e Teatro. Tem uma pós-graduação em Artes Cénicas e um mestrado em Educação Artística, sendo, atualmente, doutoranda em Estudos Culturais pela Universidade do Minho. Como atriz e encenadora, começou o seu percurso profissional em 1998, no Teatro das Beiras, na Covilhã e, hoje, é presidente e diretora artística da Krisálida, Associação Cultural do Alto Minho, uma companhia de teatro que desenvolve o seu trabalho na região de Caminha. Nesta entrevista, Carla Magalhães leva-nos numa viagem pelos vários interiores que conhece, refletindo acerca das diferenças e semelhanças que foi encontrando entre eles ao longo do seu percurso. Fala-nos ainda acerca da importância do desenvolvimento de públicos e também sobre as dificuldades específicas do interior no que diz respeito à divulgação e ao financiamento de projetos artísticos.



Gerador: O interior inclui, oficialmente, 165 concelhos e 73 freguesias outros concelhos, tão diversificados quanto às características da área geográfica onde se encontram, mas próximos no seu caráter demográfico e socioeconómico. A Carla, que conhece vários interiores diferentes, tem certamente consciência destas diferenças. Tendo em conta a sua experiência pessoal, o que é para si o interior?

C: Neste momento, vivo na região de Viana do Castelo, que geograficamente está no litoral. No entanto, considero o concelho de Caminha, que pertence ao distrito de Viana do Castelo, onde trabalho e está sediada a companhia que dirijo, uma região que, do ponto de vista socioeconómico, é bem diferente de outras regiões do litoral, onde a maioria das suas freguesias são consideradas predominantemente rurais, com uma densidade populacional reduzida e envelhecida, onde as oportunidades de acesso à fruição cultural são reduzidas e onde o acesso a um conjunto de serviços é dificultado. Portugal está cheio de assimetrias territoriais ou regionais e os grandes centros urbanos ou as áreas metropolitanas são bem diferentes de outras cidades por esse país fora, quer interior, quer se situem no litoral.

Évora localiza-se no interior alentejano, mas o seu caráter socioeconómico apresenta características bem diferentes, pelo menos nos anos que lá vivi, entre 1992 e 1998, Évora era uma cidade jovem, turística, dinâmica e pujante. Claro que o meu olhar era o de uma jovem estudante que foi viver para o centro de uma cidade que

é património mundial, reconhecida pela UNESCO, com uma universidade e uma escola de teatro. Nesses seis anos, enriqueci muito culturalmente, porque havia uma oferta cultural e artística variada. Havia também muitos turistas, que é uma coisa que não tem comparação com aquilo que hoje, passados 30 anos, eu vivo nesta região onde tenho esta companhia. Claro que estou a falar da realidade do centro urbano, da cidade, se falássemos das periferias de Évora, de algumas freguesias à volta, estou certa de que a realidade era completamente diferente, como hoje todos temos noção.

Portanto, falo do interior do ponto de vista não da sua localização geográfica, mas do ponto de vista das igualdades de oportunidades, do ponto de vista social, económico e sobretudo cultural.

G: Em 2002, fundou a Quarta Parede, uma associação de artes performativas, na Covilhã. Se pensarmos nesta região, a que necessidades procurava responder, quando fundou essa associação e também, comparativamente a Caminha e Évora, como vê a Covilhã?

C: Fui para a Covilhã trabalhar para a única companhia de teatro profissional ali existente, o Teatro das Beiras. Depois, fiz parte dos órgãos sociais fundadores da Quarta Parede, juntamente com alguns amigos, que surgiu da vontade de desenvolver uma nova linguagem artística que não encontrávamos no Teatro das Beiras, numa altura em que queríamos explorar outras formas de fazer teatro. Eu vivi a realidade da Covilhã entre 1998 e 2000 que foi, durante muito tempo, uma referência nacional na indústria



dos lanifícios, com grandes unidades industriais, mas que por esta altura já se encontrava em decadência. Contudo, a existência da Universidade da Beira Interior, na Covilhã, permitiu voltar a dinamizar a economia da cidade, mas, em termos culturais e artísticos, não tinha muita oferta. Hoje em dia, já não é assim, mas naquela altura só o Teatro das Beiras é que levava o teatro à população, não só da cidade, mas também em toda a periferia. Chegava também a zonas rurais e fazia um tipo de trabalho semelhante ao que eu faço hoje em dia com a Krisálida.

É que a periferia destas cidades do interior tende a ser pobre em termos artísticos ou culturais e, na realidade, há uma grande dificuldade em trazer pessoas aos centros para determinadas atividades. O teatro é uma delas. Hoje em dia, vivemos uma era em que é mais fácil sentar no sofá, ligar a televisão ou ir à *Netflix* e ver um filme. Não preciso de apanhar frio ou de apanhar transportes ou de esperar em filas, estou confortável na minha casa. É mais difícil conseguir que as pessoas saiam para irem ver espetáculos ou visitar um museu, por exemplo. Se não houver quem leve a arte a estes sítios, não se cumpre o estabelecido na Constituição de que todos têm direito à fruição cultural, porque as coisas não circulam para fora dos grandes centros.

Mas a Covilhã é uma zona que eu considero muito semelhante àquela em que eu vivo hoje, ao contrário de Évora. Embora já não faça parte da Quarta Parede, esta continua a ser uma companhia que trabalha as artes performativas e cada vez mais se dedica a um trabalho com a comunidade. Acho que só assim se justifica o trabalho

de uma associação cultural deste género numa região como esta. Quem é o nosso primeiro público? É a comunidade onde estamos inseridos. Esta é uma grande diferença que há entre uma companhia de teatro que está sediada numa zona mais periférica ou mais interior e outra que está sediada num grande centro urbano.

Por exemplo, deve haver, na Área Metropolitana do Porto, umas dezenas de companhias de teatro. Têm muito mais população, com hábitos culturais bem diferentes da população residente em áreas predominantemente rurais e é por isso que elas existem nesse número e podem explorar formas artísticas diversas nos seus projetos. Não quer dizer que eu, em Caminha, não possa apresentar um espetáculo com linguagens mais contemporâneas, com grandes experiências artísticas e estéticas. Mas, se só houver isto, provavelmente vou criar um nicho que gosta dessas propostas, mas vou estar a excluir um outro conjunto de pessoas que não gosta e que não se identifica. Como eu sou a única companhia deste concelho, desafio-me a chegar a todos e, portanto, a ter uma oferta que também dê para outras pessoas que não gostem nada deste tipo de linguagem.

Logicamente há quem discorde desta minha posição, mas estando nós inseridos num ambiente social e económico bem distinto dos grandes centros, a minha opção artística tem, forçosamente, de estar próxima do público, que construímos passo a passo, peça a peça. Ninguém gosta daquilo que não conhece ou que não sabe que existe!

G: Até porque é mais fácil conseguir que as pessoas vão experimentar coisas que não conhecem quando já se garantiu uma credibilidade através de oferta que também lhes interessa.

C: Exato. Se eu fizer uma sondagem aqui e perguntar às pessoas com quem me cruzo na rua que tipo de espetáculo de teatro querem ver, a maioria vai responder que quer ver uma comédia. Mas se eu só fizer comédia, também não lhes vou estar a dar nada de novo e vou fazer da minha companhia uma companhia de comédia. A mim interessa-me oferecer alguma comicidade nos espetáculos, mas não ir ao encontro do estereótipo de comédia. O trabalho que a Krisálida está a fazer é tentar dizer que nem só a comédia é interessante enquanto género teatral. O nosso primeiro trabalho foi dizer: “Nós existimos, nós fazemos teatro e queremos que vocês nos conheçam.” E fizemos isso durante quatro anos, indo diretamente às populações de todas as freguesias do concelho de Caminha, depois começámos a tentar fazer com que a população viesse também às salas de espetáculo, porque também é importante que conheçam os equipamentos culturais que existem no seu território. E no concelho de Caminha, por acaso, existem dois teatros e é bom que as pessoas saibam que existem e que os conheçam e frequentem.

G: Ao longo do seu percurso, enquanto artista e também enquanto gestora cultural tem sentido que existe diferença na forma como a comunicação cultural realiza a cobertura dos eventos culturais nos

grandes centros urbanos e no interior do país?

C: Sim. Quando eu comecei esta carreira, existia a figura de crítico de teatro, que agora existe muito pouco, e quando existe, é em Lisboa ou nalgum outro grande centro urbano. Essas críticas davam validação e conhecimento do trabalho que se realizava em todo o país. Depois, as coberturas noticiosas são sempre muito difíceis, pelo menos a nível nacional. No nosso caso em concreto, sempre que temos uma estreia, fazemos uma nota de imprensa chegar à comunicação social local, regional e nacional, mas, na maior parte das vezes, tirando na imprensa local e/ou regional, não temos grande retorno nos media. Porquê? O que nós fazemos não tem importância para o resto do país? Não me parece que seja o caso. Acontece que, se tivermos sorte, se o título da nota de imprensa for chamativo por alguma razão específica, pode ser completamente diferente. Por exemplo, em 2019, fizemos um projeto sobre a temática dos plásticos no mar e a sua poluição, e foi um projeto que apareceu no momento certo, porque, nessa altura, falava-se muito da questão ambiental e da erradicação do plástico de utilidade única. Então o nosso projeto, de repente, chamou a atenção da comunicação social e toda a gente me ligou, jornais digitais, jornais impressos, rádios, televisões, revistas... Mas e todos os outros projetos que fizemos antes e depois? Não têm importância? Não despertaram interesse nos media porquê?

Eu posso dizer que há variadíssimas companhias, sediadas em regiões semelhan-



tes, que têm o mesmo problema que nós. Isto tem gerado um fenómeno interessante: se sozinho não consigo chegar a mais lado nenhum, então vou fazer parcerias com outros que estão na mesma situação que eu. E, portanto, o que tem acontecido muito, sobretudo com companhias de teatro (não sei se acontece com outras áreas) é que vamos mostrar o trabalho ao espaço uns dos outros. Essa é uma forma de nos divulgarmos e de conseguirmos mostrar o nosso trabalho a nível nacional. Como é que eu consigo dar-me a conhecer se não tiver ajuda da comunicação social para dizer que existe uma companhia de teatro, em Caminha, que faz este tipo de trabalho? Eu não tenho cobertura noticiosa que chegue, por exemplo, ao Algarve. Então a única hipótese que eu tenho é ter parceiros. Divulgamos o nosso trabalho também em canais digitais e já aconteceu recebermos inscrições nas nossas atividades para famílias, de pessoas que vinham de Lisboa passar o fim de semana a Caminha e foram procurar o que havia nessa data e nós tínhamos uma atividade à qual decidiram juntar-se. Aí vê-se como o alcance da informação é importante.

Por outro lado, pensando no interior, se eu quiser chegar à população da Serra d'Arga, (dou o exemplo da Serra d'Arga, porque é a freguesia mais afastada que nós temos e mais rural do concelho de Caminha), a maior parte é mais envelhecida, não têm, com certeza, redes sociais. Esse tipo de divulgação nunca chegará a essas pessoas. Portanto, nós temos de ter estratégias diferentes. As redes sociais são espetaculares para chegar a muita gente num

curto espaço de tempo, mas também há uma franja da população (e quando falamos do interior, temos de pensar também nesta população mais envelhecida) a que nós precisamos também de chegar. E como é que chegamos a eles? Nós, para divulgarmos os nossos espetáculos nesses locais, temos já estabelecidas estratégias bem populares, como, por exemplo, pedir ajuda na divulgação ao pároco da freguesia. Outra coisa que também fazemos é um percurso pela freguesia de carro, com um altifalante, a dizer que, no próximo sábado, vai haver teatro. E a verdade é que notamos que essa estratégia chega às pessoas, ao contrário, por exemplo, de outra estratégia que já não utilizamos tanto: os panfletos, porque percebemos que muita gente os deita ao lixo sem ler. E a verdade é que também temos de ir percebendo junto das pessoas o que é que funciona e o que é que não funciona.

Para concluir, de facto, temos muita dificuldade em que aquilo que nós fazemos chegue, a nível nacional, aos meios de comunicação, mas mesmo dentro da própria localidade onde estamos inseridos temos de, nós próprios, criar estratégias para além da comunicação social regional e fazer um outro trabalho, mais de proximidade, nestas freguesias mais interiores e rurais.

G: Tendo em conta a sua experiência, considera que existe uma articulação em rede entre os vários concelhos do interior e as respetivas infraestruturas culturais?

C: Só posso falar por aquelas que conheço e não sei se todas funcionam da mesma maneira, mas, nesse aspeto, nós temos um apoio grande do município de Caminha,



que nos permite usar os equipamentos culturais das diversas freguesias, também porque eles são nossos parceiros neste trabalho. E, portanto, quando nós fazemos um projeto e queremos chegar a todas as freguesias, fazemo-lo também com o apoio quer financeiro, quer logístico do próprio município, que faz chegar às juntas de freguesia e aos presidentes de junta esta informação, para que depois eles próprios nos deixem usar as instalações que têm. Nós somos um concelho onde isso acontece. Não sei se acontece em todos, sei que há muita gente que tem muitas dificuldades em ter alguma articulação com os municípios para chegar a todo o território. Há bons exemplos, mas há outros exemplos que são precisamente o contrário. Agora uma articulação em rede entre os vários concelhos do interior, aqui na nossa região, não temos. O que temos é a CIM Alto Minho que promove, entre os vários municípios, projetos que envolvem organizações de vários concelhos, para intervirem em todo o seu território. Mas conheço uma dessas redes, na Beira Baixa, promovida por uma companhia de teatro e que se chama Projeto Rede Interior, constituído pelos municípios de Belmonte, Covilhã, Fornos de Algodres, Fundão, Gouveia, Manteigas e Seia, com o intuito de promover e valorizar o património histórico-cultural e sensibilizar a comunidade a participar ativamente na afirmação destes territórios. Mais redes destas fazem falta!

G: E ao que é que considera que se deve essa ausência dessa relação em rede entre os municípios e algumas companhias e infraestruturas?

C: Falta de visão política. O que nós verificámos por esse país fora é que muitas vezes não há uma política cultural em certos concelhos e regiões. Muitas vezes fazem-se um conjunto de atividades sazonais que servem, sobretudo, para dar nas vistas, para captar votos. Feiras medievais, grandes concertos na rua... Mas que, na realidade, são tudo coisas muito pontuais. Não tendo uma política cultural pensada a longo prazo para a população toda, depois também não há interesse em fazer coisas para além disso.

G: E, para além da questão da divulgação, que outros desafios encontra?

C: Principalmente, a questão financeira. A falta de apoio às artes ou o seu subfinanciamento, continuam a ser o grande obstáculo dos projetos artísticos, sejam eles quais forem e, sobretudo, para quem trabalha em zonas do interior ou fora dos centros urbanos. Quem decide esta política pública de apoio às artes está em gabinetes em Lisboa e não conhece a realidade de quem está, por exemplo, no concelho de Caminha. Por isso, muitas vezes o que eu noto é que as políticas que são aplicadas a nível nacional estão ajustadas, sobretudo, aos grandes centros urbanos.

Dando um exemplo: quando nós concorremos ao apoio às artes, através da Direção-Geral das Artes, concorremos na região norte, o que inclui toda a Área Metropolitana do Porto. Isto quer dizer que nós estamos a concorrer com companhias que têm características totalmente distintas da nossa. E há critérios nestes concursos que são muito difíceis, para quem tem um trabalho nestes interiores, competir com quem tra-



balha nos grandes centros urbanos. Aqui há dias, estava numa palestra sobre financiamentos e alguém defendia que os públicos que nós temos nas salas de teatro deveriam ser o elemento de validação para se ter, ou não, financiamento. Ora, se formos por aí, nós estamos automaticamente excluídos, porque, logicamente, não só a população é mais reduzida, como os hábitos culturais também são diferentes.

Outro exemplo é: por vezes, há pontos que são atribuídos às candidaturas se houver inclusão de comunidades ou minorias nos projetos. Ora, se nas nossas freguesias, muitas vezes, não existem determinadas comunidades, não podemos trabalhar para esses pontos. Isto é só um exemplo para dizer que muitas vezes as políticas públicas de apoio às artes estão muito centradas no universo global e esquecem-se do particular.

G: Que papel considera que a cultura pode ter nos territórios de baixa densidade populacional e de que formas se pode potenciar esse papel?

C: Cada vez mais eu acredito que temos de fazer um trabalho não só para a comunidade, mas com a comunidade. Por exemplo, o Sérgio Godinho fez um concerto em Caminha, a convite do município, no âmbito do programa *Cultura Para Todos*, com a participação de um Coro das Velhas. O coro foi criado por um conjunto de senhoras de todas as freguesias de Caminha que quiseram vir participar no concerto. Se o Sérgio Godinho tivesse vindo fazer um concerto, digamos, normal, ele teria o seu público, com certeza, mas aquelas senhoras todas que lá estive-

ram a fazer coro provavelmente não iam ao concerto. E assim, elas vieram, participaram naquele concerto e ainda trouxeram, muito provavelmente, família, amigos e conhecidos para ver, para as verem a elas também. Isto pode despertar nessas pessoas a vontade de voltarem a ver outro concerto ou de participarem noutra projeto artístico, caso tenham essa oportunidade. E por isso é que eu acho que cada vez mais estes projetos devem também ter esta componente de trabalhar não só para, mas também com a comunidade, porque traz outras formas de enriquecimento cultural e artístico ao território. De repente, desperta nas pessoas uma coisa sobre si próprias que desconheciam. E também as obriga a sair de casa, que eu acho que é cada vez mais importante. É preciso motivarmos as pessoas a saírem de casa, desse conforto, e a procurar outro tipo de conforto, nomeadamente, o conforto do convívio com os outros.

G: A Carla é presidente e diretora artística da Krisálida – Associação Cultural do Alto Minho. Como tem sido a relação da Krisálida com as localidades situadas no interior?

C: Diria que ótima! Como disse há pouco, nós nunca fizemos um trabalho fácil no sentido do que é entendido como “popularucho”, sem depreciar esta ideia do popular, mas nunca foi essa a nossa intenção. Sempre montámos espetáculos que achávamos que traziam consigo uma mensagem ou pensamento que pudessem fazer com que as pessoas quisessem falar sobre aquela temática depois do espetáculo, tirar as suas ilações, discutir, discordar. E por-

tanto fomos, no fundo, construindo este percurso. Começámos por circular pelas freguesias do concelho de Caminha, mas também fomos levando o nosso trabalho a outras localidades, umas mais urbanas, outras mais interiores. E, na realidade, eu não vejo grande diferença, para dizer a verdade, do público que vai ver os espetáculos no interior e em zonas mais urbanas, porque o entendimento é semelhante. Eu posso entender uma coisa diferente daquilo que quem vive numa zona urbana entende, mas cada um tira sempre alguma coisa consoante a sua perspetiva. Nós tentamos sempre fazer uma conversa no final para tentar desmistificar coisas, tirar dúvidas ou simplesmente deixar as pessoas conhecer os artistas. E é muito interessante, acabamos por desconstruir os nossos próprios preconceitos. Podemos achar que pessoas que não têm tantos hábitos culturais têm mais dificuldade em entender um espetáculo com uma linguagem mais concetual e, às vezes, somos surpreendidos com comentários que nos mostram que houve pessoas que entenderam aquilo de uma perspetiva super interessante, na qual às vezes nem nós tínhamos pensado. Portanto, a nossa experiência tem sido sempre muito positiva, temos sido sempre muito bem recebidos e somos sempre surpreendidos desse ponto de vista. Às vezes, somos nós que trazemos certos preconceitos connosco, e aquilo que eu sinto cada vez mais é que as pessoas só precisam de ter a oportunidade de ver, porque, ao ver, vão interpretar à sua maneira, vão pensar sobre alguma coisa nova, e isso já é um bom ponto de partida.

G: Queremos agora tocar num outro ponto relacionado com as políticas

públicas que foram aplicadas durante a pandemia e também no pós-pandemia. Na sequência dos impactos sofridos pelo setor cultural, o Governo apresentou programas como o *Programa de Estabilização Económica e Social* e o *Garantir Cultura*. Consegue fazer uma análise do impacto deste tipo de programas no meio artístico no qual se insere? Considera que foram suficientes?

C: O período que nós vivemos foi uma tragédia para o setor. Esta pandemia veio mostrar a precariedade dos profissionais do setor cultural.

Entre as medidas adotadas pelo Governo na área da Cultura, lembro-me de que as direcionadas aos trabalhadores independentes foram as que registaram maior contestação. Com críticas às condições de acesso, às limitações de quem era abrangido, aos montantes atribuídos e à lentidão dos processos. Mas também houve muitas críticas aos ajustes nas condições e nos procedimentos por parte do Ministério da Cultura, que reconheceu, perante as contestações, as suas limitações na gestão destes apoios, assim como as especificidades do trabalho e das relações laborais existentes no setor e a necessidade de adoção de medidas específicas. Para além dos artistas, passaram a ser visíveis as profissões técnicas do espetáculo e foi dado a conhecer um conjunto de instituições que mantinham trabalhadores com falsos recibos verdes.

Os critérios de elegibilidade também criaram muita controvérsia, porque havia um conjunto de situações-exceção que não foram contempladas, como atores



que davam aulas com contratos de poucas horas e que isso inviabilizava receber o apoio, por exemplo. Do ponto de vista dos montantes, o valor também era muito pouco por trabalhador.

Do ponto de vista da nossa associação tivemos acesso ao apoio de emergência e ao apoio bienal, na sequência da operação de resgate das candidaturas elegíveis sem dotação orçamental. Contudo, mantenho-me apreensiva relativamente ao futuro e a quão danificado e fragilizado ficou o tecido criativo e laboral da cultura. Por isso, espero expectante o que vai trazer o Estatuto do Artista, que, entretanto, entrou em vigor (o Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura, em vigor desde janeiro de 2022).

Nós fomos apoiados pelo *Garantir Cultura*, que foi, de facto, um apoio interessante, do ponto de vista da ajuda à criação de novos projetos, mas que apresentava também muitas lacunas. A primeira foi a data-limite para a candidatura, que era até esgotar a dotação orçamental. Logicamente, como em Portugal estamos habituados a um subfinanciamento crónico das artes, esta informação deu origem a que se submetessem candidaturas muito apressadamente para evitar termos bons projetos, mas já não haver dinheiro. Depois, acabou por haver um reforço do dinheiro. Também houve muitas críticas em relação aos atrasos nos pagamentos. Nós, pessoalmente, não temos queixa de atrasos, porque tudo foi cumprido dentro dos prazos previstos e os pagamentos também. Mas sei que muitos artistas que se juntaram em grupos informais para montar projetos tiveram muitas dificulda-

des para contornar burocracias na documentação solicitada e nos pagamentos. Penso que as políticas adoptadas foram um penso rápido e não uma sutura que veio fechar a ferida que há muito este setor tem.

G: Em relação ao Plano de Recuperação e Resiliência, está previsto um investimento de cerca de 243 milhões de euros no setor da Cultura, divididos em duas grandes áreas de investimento: Redes Culturais e Transição Digital, e Património Cultural. No entanto, a Cultura tem direito apenas a três páginas e o interior não é diretamente mencionado em nenhuma delas. Quais considera serem os desafios das novas políticas culturais para o interior e como podem ser ultrapassados estes desafios?

C: Mantenho aquilo que defendi há pouco. As políticas públicas de apoio às artes refletem-se nas políticas do PRR: são, efetivamente, pensadas em gabinete, pensadas para uma realidade que não é a realidade de todo o país. E enquanto forem pensadas no global e não no particular, teremos sempre muitos desafios no interior.

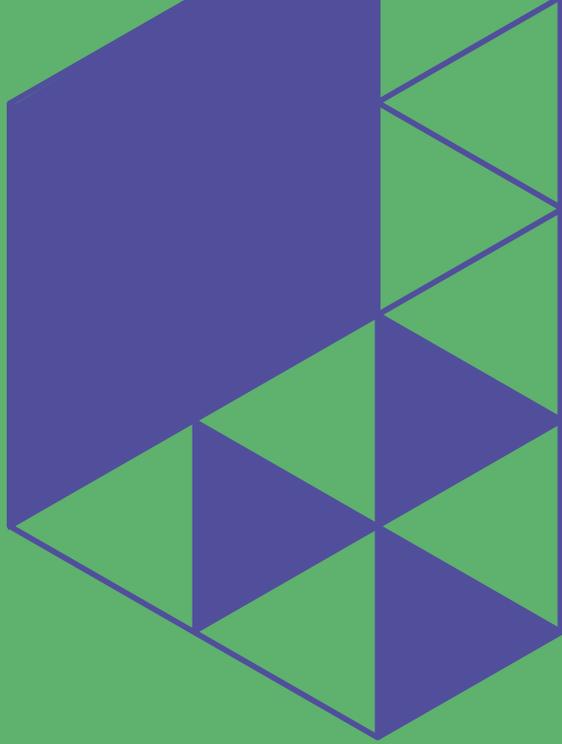
G: Para finalizar, gostaríamos ainda de abordar a questão da representatividade parlamentar, uma vez que os distritos do interior têm perdido deputados, tendo em conta que esta representatividade está associada à quantidade de população residente nas regiões. Considera que existe uma necessidade de reformulação da representatividade parlamentar, para que o interior possa ter mais voz na Assembleia da República, sobretudo em questões como a Cultura, por exemplo?



C: As mudanças em termos económicos, sociais e até culturais não se fazem de um dia para o outro. Fala-se muito no princípio da igualdade em Portugal e diz-se que as condições têm de ser iguais para todos os cidadãos. Eu acho que não é possível o interior dar um salto enquanto não houver, da parte do poder central, uma discriminação positiva mais acentuada, mais motivadora e que possa ser apresentada com o conhecimento do território. Por isso, essa representatividade seria importante. Era bom que houvesse essa obrigatoriedade, de termos representantes de cada região a falarem das regiões e a defenderem-nas, porque só assim as tais políticas públicas poderiam ser pensadas com conhecimento de causa e serem efetivas e promotoras de mudança.









entrevistas a representantes das câmaras municipais

entrevista a Sérgio Oliveira

Presidente da Câmara
Municipal de Constância

No encontro do Tejo com o Zêzere, encontra-se o município de Constância, pertencente ao distrito de Santarém, com cerca de quatro mil habitantes. Nesta entrevista a Sérgio Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Constância, o autarca falou-nos um pouco sobre as potencialidades do interior e de Constância, a relação dos jovens com o concelho e o papel da cultura no desenvolvimento da região.





Gerador: Como é, para os jovens e jovens adultos, viver em Constância? Sente que os jovens têm mais tendência para sair ou para ficar/regressar ao território?

Sérgio Oliveira: Considerando as condições que o concelho tem para oferecer, julgo ter condições para afirmar que os jovens gostam de viver em Constância.

O nosso concelho não é exceção e um pouco como acontece por todo o interior, muitos jovens terminam o ensino secundário e têm de sair do concelho para frequentar o ensino superior. Destes, uns voltam ao território, outros acabam por fazer vida noutros locais. Relativamente a quem por aqui termina o secundário e começa a trabalhar ou faz alguma formação profissional especializada, verifica-se que há uma tendência para ficar a residir, constituir família e manter-se no território.

G: Como podemos atrair pessoas do litoral para trabalhar no interior? Quais são as variáveis fundamentais para essa mudança no município de Constância?

S: A oferta ao nível do parque habitacional, a política fiscal, o mercado de emprego, as infraestruturas de ensino, as telecomunicações, a segurança, a oferta desportiva e cultural, e os diversos apoios na área social são fatores determinantes para atrair pessoas ao interior.

No que concerne ao concelho de Constância, a segurança, as infraestruturas ao nível do ensino, as telecomunicações, o emprego, a oferta cultural, desportiva e social, bem como a centralidade do concelho têm tido um papel fundamental na atração de pessoas para o território.

G: Quais considera serem os maiores obstáculos ao desenvolvimento do interior do país e à batalha contra a despovoação?

S: Os principais obstáculos ao desenvolvimento do país prendem-se com a dificuldade em captar investimento e fixar pessoas, na existência de territórios pouco atrativos e pouco competitivos, com a pouca valorização de alguns produtos endógenos e a fraca capacidade empresarial.

G: Para além de medidas mais estratégicas, que medidas imediatas, que possam ser implementadas no prazo de um ano, podem produzir um efeito relevante no desenvolvimento do interior e, concretamente, de Constância?

S: A continuidade das nossas políticas de captação de investimento e o consequente aumento progressivo da oferta de emprego, a política fiscal, a venda de lotes de terrenos municipais a baixo preços, o investimento na melhoria da oferta cultural e desportiva, e os apoios sociais são medidas que tem reflexos imediatos no desenvolvimento.

G: Qual o papel do acesso à Internet de alta qualidade para estimular o desenvolvimento no interior? Qual a percentagem de território em Constância que está coberta por fibra ótica e 4G ou 5G?

S: As redes de quarta e quinta geração são vitais para promover o desenvolvimento de outros serviços e fundamentais para a transformação digital, como armazenamento, *cloud computing* e Inteligência Artificial. Além disso, eixos como a produtividade, estruturação territorial, sustentabilidade de infraestruturas TIC, diminuição



do fosso digital, redução das emissões de carbono e melhoria da qualidade de vida da sociedade são vetores que irão conhecer um impulsionamento significativo com a disseminação do 5G.

G: Qual a importância do turismo na criação de valor para o interior de Portugal? Especificamente no caso de Constância, como acredita que o turismo pode atuar de forma a valorizar esta região?

S: O turismo é um setor vital para a criação de valor no interior do país, trazendo inúmeros benefícios para a comunidade, através do desenvolvimento de novos produtos, serviços e da promoção do comércio local e das pequenas empresas.

Em Constância, é fundamental dar continuidade às estratégias de desenvolvimento do turismo cultural, científico e da natureza, pois são esses os segmentos com que o concelho se tem afirmado no âmbito da região onde está inserido, o Médio Tejo, e também no país e no estrangeiro.

G: Como podem as alterações climáticas afetar este município?

S: As alterações climáticas afetam o município de Constância tal como acontece com todos os outros. No entanto, as autarquias locais são as entidades que mais próximas estão dos seus municípios, as que melhor conhecem a sua realidade, tendo de estar muito atentas para que possam implementar medidas a fim de proteger eficazmente os cidadãos e os ecossistemas. Se nada for feito face às alterações climáticas, os consumidores continuarão a suportar os seus efeitos,

com menor disponibilidade de recursos naturais, o que terá impacto direto na alimentação, energia, água, saúde e qualidade de vida.

G: Como se relaciona a imigração com o desenvolvimento dos territórios do interior e, especificamente, de Constância?

S: No concelho de Constância, existem algumas famílias de imigrantes que escolheram o território para aqui viver e/ou trabalhar, no entanto, não são em número muito significativo. A Câmara Municipal tem constituído, formalmente, o Gabinete de Apoio ao Imigrante e, até ao momento, é uma resposta sem qualquer tipo de solicitação.

G: Falando agora de cultura, como pode a mesma ser um ativo para o desenvolvimento da região e atrair novas pessoas para viverem e trabalharem em Constância?

S: A cultura, tal como o turismo, são vetores fundamentais para o desenvolvimento dos concelhos, das regiões e do país.

Assente na identidade do território, a cultura é primordial para a educação e para a formação, para o desenvolvimento de novos produtos e serviços, e para a salvaguarda e promoção dos patrimónios.

G: Como imagina que será Constância daqui a 30 anos?

S: Daqui a 30 anos, sem descurar as necessárias alterações decorrentes das mudanças naturais da vida, Constância deverá ser o fruto da sua atual orientação estratégica, tendo como visão: "Constância, concelho de excelência e futuro", com base na missão "Constância solidária, competitiva, atrativa moderna e integrada".



entrevista a Paulo Jorge da Silva

Presidente da Câmara
de Mesão Frio



Conhecida como a “Porta do Douro” devido à colocação, no século XVIII, dos primeiros marcos pombalinos na região, o concelho de Mesão Frio é um município do distrito de Vila Real que conta com uma população de cerca de 4500 habitantes. Nesta entrevista a Paulo Jorge da Silva, presidente da Câmara Municipal de Mesão Frio, o autarca apresentou-nos aqueles que considera serem os principais obstáculos ao desenvolvimento do interior e do seu concelho, mas também as potenciais soluções para estes e para a atração de investimento para Mesão Frio.



Gerador: Pode começar por nos fazer um enquadramento do concelho de Mesão Frio, contando-nos como é viver neste concelho, em particular, para os jovens?

Paulo Jorge da Silva: Este é um concelho no interior dos interiores. É pequeno, com pouca gente, poucas empresas, pouco valor acrescentado, pouca receita... O próprio município, em termos de Estado, tem um orçamento diminuto, que não nos permite fazer investimento. Só a título de exemplo: nós recebemos, de transferências do Estado português, 3 700 000 €, sendo que mais de 3 000 000 são para salários da responsabilidade do município. Acresce a gratuitidade de transportes para as crianças, alimentação escolar, todo o apoio que se dá aos idosos, ação social... Tudo isto é suportado pela câmara. O aumento dos salários decretados pelo Estado, o aumento da energia, suportado pela câmara, o aumento de bens essenciais, alimentícios, transportes, tudo isso, não é compensado pelo Estado. Antes pelo contrário. Nós, este ano, ainda tivemos menos dinheiro do Orçamento de Estado. A nível de investimento direto, nos últimos dez anos, o Estado investiu um total de zero euros em Mesão Frio. Não há aqui uma obra, um equipamento, nada de nada. Portanto, o que se vai fazendo, e digamos que é “para inglês ver”, são aquelas obras de reabilitação suportadas pela União Europeia. E, mesmo aí, a câmara tem de dispor de 15 % de capitais próprios, que obrigam a endividamentos a 20 anos. Portanto, é este o quadro de Mesão Frio. Das duas uma, ou damos aqui a volta a isto e o Estado olha para estes municípios com outros olhos, alterando a lei do

financiamento das autarquias locais, ou nós não temos hipótese de fazer nada. E aqui aparece então a resposta à questão dos jovens. A tendência dos jovens é, de facto, sair daqui para fora. Isto porquê? Porque, por exemplo, não temos Internet fiável. Relativamente a emprego, também não há. Os maiores empregadores são a Câmara Municipal, que emprega, neste momento, cerca de 150 pessoas (e estamos aqui já a incluir parte dos operacionais das escolas) e temos a Santa Casa da Misericórdia, também com 100 funcionários, e pronto. O resto são empresas com dois, três, quatro colaboradores. Empresas de grande porte, de grande faturação, grande negócio, não há. Portanto, a realidade de Mesão Frio é esta. O que é que o jovem tem aqui? Um emprego na câmara, a ganhar 705 euros por mês, ou então, a outra opção é fazer as malas e abalar. Tínhamos aqui uma perspetiva boa, na faixa etária dos 40, 50 anos, dado que hoje em dia as empresas lhes deram a possibilidade de trabalhar a partir de casa, mas como é que o podem fazer se não tiverem Internet? E depois deparam-se com outros problemas, por exemplo, a acessibilidade.

G: Quais considera serem os maiores obstáculos ao desenvolvimento do interior do país e à batalha contra a despovoação?

P: Acima de tudo, o maior obstáculo é a falta de investimento. Por exemplo, a nível de saúde e de acessibilidades, estamos a cerca de uma hora do primeiro hospital. É esta a realidade. O Hospital de Vila Real, que é o mais próximo, está a 45 quilómetros daqui, em estrada sinuosa. Nós, em termos reais, estamos a mais de uma hora



de distância do hospital. Isso é assustador. Eu fui comandante dos bombeiros durante 25 anos e sei quantas pessoas morreram a caminho, mesmo com todo o sistema de emergência em alerta. O nosso centro de saúde não tem médicos e os que tem, quem os arranja sou eu e só consigo médicos que venham cá dar uma ou duas horas por dia, portanto as pessoas só podem ter urgências nesse horário. Em termos de educação, os professores não querem vir para cá, porque não têm condições no território para passarem o seu tempo. Não há infraestruturas culturais relevantes, um teatro, um cinema... É um concelho que está a definir, e o Estado tem conhecimento disto. Eu prefiro falar no Estado para não particularizar setor a setor, mas o Estado tem conhecimento, toda a ordem política tem conhecimento, assim como a Associação Nacional de Municípios tem conhecimento e, no entanto, ninguém faz nada. Nestas condições não é possível nós mudarmos o que quer que seja. O município não tem receita. Há municípios que conseguem tê-la, porque podem simplesmente aumentar o IMI. Ora, nós, em Mesão Frio, não podemos fazer isso. Portanto, só conseguimos governar-nos com o dinheiro que o Estado nos dá. E se eles aumentam os salários, deveriam aumentar-nos também o orçamento. É um problema do país ter os salários tão baixos, portanto, eu acho muito bem que se aumente o salário mínimo e que se revejam as carreiras, porque também sou trabalhador e também gosto de ver valorizado o meu trabalho e as minhas condições de vida. Agora, os salários aumentam, mas a câmara é que paga e a questão que se

põe aqui é: com o quê? Este ano, prevê-se um aumento da massa salarial de cerca de 200 000 €. Onde é que eu os vou buscar? É esta a nossa realidade. Se tivéssemos um investimento, nem que fosse mínimo, e uma boa aplicação de recursos, dava-se facilmente a volta a concelhos como este, que são apenas meia dúzia no país. Não chega para fazer *lobby*. Há situações em que atribuem milhares de milhões de euros a projetos e a nós, que estamos aqui a morrer à fome, porque é esse mesmo o termo, nem um euro nos dão.

G: Como se poderiam atrair pessoas do litoral para trabalhar no interior ou contribuir para que os jovens de cá se fixassem no seu concelho?

P: O que é que faz um jovem radicar-se em Mesão Frio? Eu estou a imaginar-me com 20 anos. Ao que é que eu aspiro? A uma terra onde tenho acesso à saúde, à educação, à cultura e à habitação. Sem estas quatro premissas, nenhum casal jovem vem para cá. Mesmo assim, a câmara procura apoiá-los. Subsidia-os nos seus estudos, que é uma tarefa que competia ao Estado. Todos os anos lhes damos um cheque que lhes paga na íntegra as propinas nas universidades e damos-lhes transportes gratuitos. Já que não conseguem viver aqui, pelo menos vão por esse mundo fora. Gostávamos que esse dinheiro tivesse um retorno. O que eu lhes digo todos os anos, quando atribuímos essa ajuda, é para se formarem, ganharem o conhecimento e o *know-how*, e, depois, darem um bocadinho do mesmo ao concelho. Se por cada dez que forem, regressar um já é excelente. Mas nem isso conseguimos, porque

onde é que eu os vou empregar? Esta é a realidade de Mesão Frio, um dos concelhos mais pequenos e mais pobres do país. Eu tenho pena, porque com este discurso, não se atrai o investidor, mas, por outro lado, julgo que há uma grande oportunidade de negócio, porque cá não há nada. Há muito espaço, por exemplo, na restauração e no turismo. Mas, para isso, temos de ter condições para acolher o tecido empresarial. E isso passa pelas vias de comunicação quer territoriais, quer a nível da Internet e das comunicações. Tudo o que nós não temos.

G: Qual a população atual em termos numéricos? E como a descreveria a nível socioeconómico?

P: Em termos de censos, são cerca de 3500 pessoas, mas não é um número muito preciso. Há muitos emigrantes que estão registados no estrangeiro, mas que vêm cá todas as semanas ou de quinze em quinze dias e têm cá as suas famílias e as suas vidas. Portanto, a população real ronda os 4500 habitantes. E depois temos uma população flutuante, por exemplo: temos aqui uma rua, que é maioritariamente habitada por pessoas do Porto, que têm aqui algumas raízes ou que vieram cá ter por acaso e compraram ou fizeram uma casinha para passarem a reforma. É gente que vive cá, mas que está recenseada no Porto. É cá que nós arcamos com o custo dos lixos, com os custos da água, do saneamento, da eletricidade, da iluminação pública, manutenção de estradas. Essa despesa é nossa, mas quem usufrui é o Porto, porque é lá a sua principal residência. Temos uma população bastante

envelhecida, pouco formada, com poucos recursos, com pensões de 250 a 300 euros, com casas indignas, sem viaturas próprias... Nós temos transportes gratuitos das freguesias para o centro de saúde, porque as pessoas não têm dinheiro para um táxi. Aqui não temos transportes públicos, mas as pessoas em Lisboa e no Porto têm passes baratos e bicicletas públicas, têm tudo. E nós não temos nada, mas todos pagamos impostos. Isto não é justo, não é digno.

Há muitas pessoas aqui a viver mal, a viver na miséria. Nós distribuimos mais de 150 cabazes de comida por mês. A Santa Casa tem um dispositivo móvel que apoia o idoso em casa, também com mais de cem visitas diárias. E isto tudo suportado por nós.

A nível económico, este é um concelho essencialmente agrícola, embora, agora, esteja a despertar aqui muito o turismo. O concelho tem cerca de 28 quilómetros quadrados de área, nos quais há cerca de novecentos produtores de vinho. Portanto, não têm escala e não conseguem investir nos seus terrenos, primeiro porque não têm recursos e depois porque não têm área nem produção para serem abrangidos por candidaturas, por ajudas que possam ter. A vinha acaba por ser, para eles, uma segunda ocupação e, salvo raras exceções, não é sustentável enquanto negócio em grande escala. Mas, felizmente, nos últimos tempos, começaram a aparecer aqui alguns produtores de marca, que já começam a ter algum rendimento, fruto desse investimento que fizeram, mas é residual. O papel da Ade



Cooperativa de Mesão Frio é também determinante na defesa e salvaguarda dos pequenos produtores. E a câmara está a apoiar todas estas entidades em tudo o que puder. Os produtores não têm grande capacidade para ir a feiras nem nacionais, quanto mais internacionais, portanto, nós suportamos os custos para que eles possam estar presentes e visíveis no maior número de eventos possível.

G: Qual a importância do turismo na criação de valor para o interior de Portugal? Especificamente no caso de Mesão Frio, como acredita que o turismo pode atuar de forma a valorizar esta região?

P: O turismo foi uma grande porta que se nos abriu. Neste momento, temos cerca de 42 alojamentos locais e de agroturismo, um hotel de cinco estrelas e duas unidades médias de alojamento, vocacionadas para um público com mais capacidade financeira, que estão sempre superlotadas. Traz-nos vantagens na medida em que os turistas que vêm têm normalmente algum potencial económico e, por vezes, acabam por ver uma casa degradada, uma ruína, um terreno pequeno e compram, constroem e optam por fixar-se. Por outro lado, também há turistas que depois investem eles próprios no turismo, isto é, vêm passar aqui uns dias, gostam e depois procuram um terreno para construir ou comprar e fazer também eles uma unidade hoteleira. Neste momento, temos em apreciação na câmara três hotéis de pequena dimensão, também fruto disto. O Douro está na moda, está-se a vender bem e, portanto, é com isso que a gente conta. Também está a decorrer a recuperação do célebre Solar

da Rede, estamos a falar de um grande hotel, que vai ter também um centro internacional de conferências, uma coisa bem pensada e em grande. Estão a ver a importância de uma coisa destas para um concelho como o nosso? Mas também está sempre assente em promessas, se estas ligações rodoviárias que nós não temos acabarem por não se concretizar, vai ser um problema para todos, porque os investimentos podem cair.

G: Qual o papel do acesso à Internet de alta qualidade para estimular o desenvolvimento no interior? Qual a percentagem de território em Mesão Frio que está coberta por fibra ótica e 4G ou 5G?

P: A rede disponível é fraca e a cobertura é residual, conforme recente relatório da Anacom. Apesar de a União Europeia obrigar os Estados a investir na chamada Internet rural, nunca o fizeram. Não é rentável para as empresas, então elas não o fazem com a eficácia necessária. Atualmente, a fibra ótica, o 4G, o 5G, têm uma utilização residual... Instalámos até uma rede *wireless* gratuita e pública, que foi também participada pela União Europeia, mas tínhamos apenas quinze mil euros e, por esse valor, a dimensão possível é muito reduzida. É só a vila que o tem. Sendo este um concelho no interior, um concelho de montanha, temos uma população espalhada pelas diversas freguesias e temos jovens que não conseguem estudar aqui, porque não têm uma Internet fiável. Eu já nem digo rápida, não a têm sequer. Até me ri há dois anos, durante a pandemia, com a célebre distribuição de meios informáticos aos miúdos, para poderem assistir às aulas em casa, mas, aqui,

não tinham Internet para os conseguirem utilizar. A alternativa foi a câmara comprar setenta equipamentos de Internet móvel e distribuí-los, que, neste momento, estão perdidos, porque ficaram com os jovens quando eles saíram para a faculdade ou para o mercado de trabalho.

G: Falando agora de cultura, como pode a mesma ser um ativo para o desenvolvimento da região?

P: Estamos ainda a dar os primeiros passos no desenvolvimento de uma estratégia cultural. Também há aqui culpa de poderes anteriores, onde eu me incluo. Temos uma biblioteca excelente, num edifício realmente moderno, com ótimas condições. Começámos a fazer lá algumas atividades e queremos ir mais longe, mas para isso precisamos de algum apoio. A cultura também é inteiramente financiada pela câmara, que está a promover o teatro, atividades culturais e de lazer, tanto aqui, como nas aldeias. Mas faltam-nos, claro, infraestruturas. Temos, por exemplo, um auditório com capacidade máxima para cem pessoas. Também procuramos, por exemplo, levar o teatro às aldeias, em vez de atuarem aqui, vão atuar, por exemplo, no salão paroquial, mas é tudo improvisado. Nós devemos ser o único concelho do país que não tem essas infraestruturas: não temos multiúso, não temos um salão de mostra de produtos endógenos, não temos um anfiteatro com capacidade para sequer 300 pessoas. Aqui, a cultura mostra-se em parques de estacionamento, beiras de rio e montes. Temos uma antiga residência de estudantes onde acolhemos muita gente que vem para projetos da cul-

tura, por exemplo. É um edifício histórico que foi a câmara que adaptou e reconstruiu a então ruína, sendo que depois, o Ministério da Educação ficou com a mesma para residência de estudantes, mas já não funciona há mais de 20 anos e desde aí que andamos a pedir que volte a ser propriedade da câmara. Veio finalmente o sim, mas agora são precisos meio milhão de euros para recuperar aquilo que eles deixaram degradar. Está, desde abril, a funcionar como centro de acolhimento de refugiados, uma medida que foi decretada pelo Estado, mas para a qual ainda não recebemos nenhum apoio financeiro. O Governo decreta, mas depois as coisas para eles parece que não existem. Estamos a sustentar estas pessoas e a tentar arranjar-lhes emprego sem ajuda nenhuma. Está na nossa génese ajudar o nosso semelhante, por isso iríamos sempre fazê-lo, mas digo isto apenas para se perceber que, muitas vezes, quando as televisões dizem "o Estado vai fazer", são as câmaras quem vai realmente fazer! Muitas vezes sem qualquer contrapartida. Por exemplo, as transferências de competências são, frequentemente, transferências de encargos. Entregaram-nos a escola para pagarmos aos funcionários e fazermos a manutenção. Agora digam-me como é que eu faço a manutenção do Parque Escolar, dois edifícios monstruosos, com 20 mil euros por ano? Não dá para comprar sequer a tinta para pintar a fachada. Mas nós aqui estamos e continuamos a tentar dar resposta.

G: Como imagina que será Mesão Frio daqui a 30 anos?

P: Há dois cenários possíveis. Se esta situa-



ção se mantiver assim, o que se vai ver daqui a trinta anos são vinhas a monte, casas abandonadas (que, aliás, já temos) e uma espécie de uma estância para idosos, daquela classe média alta, que pode ter cá as suas casas. No entanto, seria fácil as coisas alterarem-se. Como disse, é um concelho pequeno e, com um investimento mínimo, o Estado resolveria o problema. E quem diz o Estado diz outras entidades que podem ajudar a tornar isto realmente atrativo. Para isso, temos de ter uma boa ligação à autoestrada, que não temos. Com a concretização do célebre IC26, ficaremos a pouco mais de meia hora do Porto. Neste momento, estamos a mais de uma hora e com uma estrada muito complicada. Isso faz toda a diferença. A eletrificação da Linha do Douro também é um passo gigante para a mobilidade e até é melhor do que a rodoviária, mais tranquila e mais segura. Quando andaram a arrancar a linha do comboio, eu disse: "Caramba, os ingleses e os espanhóis andam a apostar na linha férrea e nós vamos arrancá-la." E agora? Agora, vamos repô-la. Chegaram a essa brilhante conclusão. Como quem toma as decisões vive em Lisboa e tem o metro à porta, não dá conta, não precisa. Só quando cá vêm é que reparam. Até achei piada, há pouco tempo, estive numa feira dos vinhos ali em São João da Pesqueira e houve uma série de representantes do Estado que chegaram lá enjoados, porque fizeram dez quilómetros numa estrada nacional periférica. Assim é que ficam a perceber o que são as estradas do Douro.

O que a ordem política quer é exterminar o interior. E eu estou à vontade para

falar, porque sou do partido do Governo, mas eu já não tenho dúvidas sobre isso. O interior tem, de facto, potencial, mas não o querem aproveitar. Basta olhar até para o exemplo do Alentejo. O Alentejo era o celeiro da Europa. Destruíram aquilo tudo. Para quê? E como é que agora querem que as pessoas se fixem lá? Só dá para apresentadores de televisão comprarem montes para receberem os amigos e beberem uns copos.

E Trás-os-Montes tem tanto potencial. Até para além do vinho, tem potencial para os frutos secos, para o mel, para a seda, para o pinhal, para a exploração de madeiras, para o trigo...E não se vê nada nesse sentido. A ideia que eu tenho é que eles querem mesmo que isto acabe, de maneira a ficarmos com o país inclinado ainda mais para o litoral. Ora, quando no litoral não tiverem água, que vai acontecer, quando não tiverem nem hortaliça para comer, a não ser que venha do estrangeiro, aí eles vão lembrar-se do interior outra vez, mas já vai ser tarde. Porque as novas gerações, se não forem educadas no campo, dificilmente vêm ao campo. É uma coisa que eu tento incutir aqui, e nós temos uma universidade de referência, que é a UTAD [Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro], que forma jovens na pecuária, na agricultura, na viticultura. Mas, depois, para onde é que eles vão? A tendência é desaparecer também a agricultura e a pecuária, porque se os jovens não derem continuidade, acaba-se tudo. É um problema que as novas gerações vão ter daqui uns anos. Vão ficar aí os senhores das grandes quintas e vamos ver se vão conseguir ter gente para tratar a terra, porque o que se



está a verificar hoje em dia é que se está a ir buscar gente à Europa do Leste e a África para tratarem da vinha. E está-se a explorar essas pessoas, a tratá-las como escravos. Ter quatro, cinco, seis, sete pessoas numa sala a dormir e a comer. E isso não pode ser. Um Estado que se diz digno não pode permitir este tipo de situações. Mas cá já não há gente para trabalhar nisto. E daqui vão-se para outras políticas, como o RSI (rendimento social de inserção). Essas políticas de apoio social, que acho muito bem que existam, mas que deveriam ser uma ajuda e não um ordenado. Porque as pessoas até querem trabalhar, mas não podem, porque perdem o direito ao subsídio. Isto não está correto, obriga as pessoas a viver só com esses apoios sociais. Que diferença faz ao Governo alterar isto? Nenhuma. E o país ganha.

Eu sou autarca por gosto e por necessidade, porque gostava que a minha terra evoluísse. Só quero estar de bem com os meus concidadãos. Cá não há festas só para a fotografia, já se acabaram aqui obras e não se fez inauguração nenhuma. É para mostrar que aqui se trabalha e só se deve fazer o que for benéfico para os cidadãos. Por exemplo, relativamente ao Douro ser património da humanidade: a região ganhou com isso, não vou dizer que não. Mas e quem cá vive? Perdeu. Querem fazer uma casa, tem de ser de acordo com certas regras e só pode fazer-se nos locais que eles determinam. O desenvolvimento do concelho faz-se, então, a pensar no que o turista vai ver quando passa no rio de barco. Isso faz algum sentido? Felizmente, eu tenho uma boa equipa a trabalhar comigo. Gente jovem, com

ideias, com vontade, que eu gostava que, no final, não saíssem disto defraudados. Gostava que esta gente olhasse para a sua terra, daqui a meia dúzia de anos, e pensasse que valeu a pena. E o meu receio é que olhem para trás e pensem: “O que é que andámos aqui a fazer, a remar contra a maré?”



entrevista a Pedro Pimpão

Presidente da Câmara
Municipal de Pombal

Pombal é uma cidade portuguesa pertencente ao distrito de Leiria, na província da Beira Litoral, com um território bastante extenso e diverso, que abrange tanto litoral como interior. Conta, atualmente, com cerca de 51 170 habitantes. Nesta entrevista, o presidente da Câmara Municipal de Pombal, Pedro Pimpão, fala-nos das estratégias que têm sido utilizadas para dinamizar o município e atrair investimento.



Gerador: Como é, para os jovens e jovens adultos, viver em Pombal? Sente que os jovens têm mais tendência para sair ou para ficar/regressar ao território?

Pedro Pimpão: A vivência em Pombal, principalmente para os jovens e jovens adultos, está assente numa demonstração de amor e sentimento de pertença, o que facilita o trabalho dos decisores políticos locais. Em Pombal, os jovens podem encontrar um pulsante mundo associativo, desportivo e cultural. Mas para além disso, trabalhamos diariamente para que os nossos jovens consigam encontrar em Pombal cada vez mais razões para se fixarem na sua terra, desde o incremento na oferta educativa, com uma rede educacional que vai do pré-escolar ao ensino superior – campo onde estamos a dar os primeiros passos e no qual estamos a trabalhar com afinco para termos uma oferta mais ampla e atrativa. Para além disso, o nosso foco está centrado na captação de investimentos, de novos empregos, pois temos esse objetivo de tornar o nosso território mais atrativo ao investimento, à fixação de pessoas e de talento.

E isso faz-se com um conjunto de políticas direcionadas às questões do bem-estar, da geração de diferentes ofertas que enriqueçam o nosso concelho e que o tornem num lugar de excelência para viver, crescer, estudar, trabalhar e constituir família, mas, acima de tudo, que seja um concelho preparado para tratar tanto dos mais novos como dos mais idosos.

G: Como podemos atrair pessoas do litoral para trabalhar no interior? Quais são as variáveis fundamentais para essa mudança no município de Pombal?

P: Quando falamos no caso de Pombal, e dadas as características ímpares da sua geografia, da sua história, do seu património e das suas gentes, estamos a falar de um território vasto, com cerca de 630 quilómetros quadrados, que toca as águas do Atlântico, mas que vai mergulhar também pela serra adentro, rumo ao interior. Essa realidade dispar dentro do mesmo território representa uma potencialidade que exploramos, identificando as populações dos diferentes territórios que temos dentro do nosso território, tirando o que de melhor cada um tem para oferecer, seja na promoção de desportos de natureza, na Serra de Sicó, ou na promoção do turismo religioso, no Lourçal, passando pela riqueza da nossa gastronomia, que abarca essas diferentes geografias de Pombal.

Paralelamente a todo este trabalho de promoção e atratividade, estamos continuamente a estreitar distâncias e a aprofundar as nossas relações institucionais com as Juntas de Freguesia e com a Sociedade Civil, levando os nossos serviços municipais a todas as freguesias, aumentando a proximidade, mas também descentralizando o acesso à cultura e ao desporto, pensando também, por exemplo, numa rede escolar que abrange todas as freguesias do concelho, circunstância que serve para atenuar desigualdades e aumentar essa atratividade de que falava.

G: Quais considera serem os maiores obstáculos ao desenvolvimento do interior do país e à batalha contra a despovoação?

P: Nas últimas décadas, o crescimento populacional do país pendeu claramente para o litoral, que concentra, atualmente,



mais serviços e uma oferta maior em diversas áreas, principalmente no que diz respeito a ofertas de trabalho.

Contudo, e penso que a estratégia poderá passar por aí, assistimos, nos últimos anos, a uma movimentação interessante, em que as pessoas preferem a calma das cidades ou vilas afastadas das duas áreas metropolitanas. E isso acontece, porque há algo que o interior tem para oferecer que os grandes centros urbanos não têm: segurança, conforto, calma e serenidade. Poder criar os nossos filhos longe das correrias da urbe e apreciar a calma do espaço mais rural, mais do interior.

Mais do que pensar nos obstáculos, creio que nos devemos focar nas oportunidades e nos bons desafios que temos que incutir na nossa ação política, promovendo o que de bom se pode encontrar nos territórios mais despovoados, aproveitar tudo o que podem dar às pessoas, principalmente quem procura fugir do rodópio da vida nos grandes centros urbanos.

G: Para além de medidas mais estratégicas, que medidas imediatas, que possam ser implementadas no prazo de um ano, podem produzir um efeito relevante no desenvolvimento do interior e, concretamente, de Pombal?

P: Em Pombal, no decorrer do primeiro ano do nosso mandato, temos centrado a nossa atenção em ações concretas, que possibilitem fazermos o nosso caminho em direção a esse nosso objetivo principal de fixar pessoas. A começar pela fixação de novos investimentos, e a pensar nisso, criámos a Via Verde

para o Investimento, um processo simplificado para a fixação de empresas e novos negócios, que nos trarão novas oportunidades para os mais novos e para os que se queiram fixar no nosso concelho. A pensar nos pombalenses que se encontram espalhados pelo mundo, criámos o Conselho da Diáspora e aderimos à Rede de Apoio ao Investidor da Diáspora.

O ensino superior é um foco de desenvolvimento importante para muitos territórios e nesse campo asseguramos, através de um protocolo com o Instituto Politécnico de Leiria, a construção de uma nova residência de estudantes, que facilitará a fixação de novos estudantes, uma população mais nova, que muita falta faz a muitos territórios interiores.

No campo do envelhecimento ativo, Pombal vai ter o primeiro Laboratório Internacional de Estudos Sobre Envelhecimento, uma inovação no nosso país, que tem como objetivo a avaliação e validação de atividades e equipamentos para a comunidade.

Para além disso, é necessário agir de imediato nos mecanismos de gestão territorial, e a revisão dos Planos Diretores Municipais são fundamentais para a adequação dos territórios às novas realidades e dinâmicas, que sejam condizentes com a fixação de pessoas, de empresas e de novos investimentos sociais, académicos, culturais ou comunitários.

G: Qual o papel do acesso à Internet de alta qualidade para estimular o desenvolvimento no interior? Qual a percen-

tagem de território em Pombal que está coberta por fibra ótica e 4G ou 5G?

P: Um dos grandes designios que nos propusemos cumprir foi o de tornar Pombal num concelho mais digital. Mais do que criarmos equipamentos físicos, temos de conceber o desenvolvimento dos nossos territórios através da via digital e a implementação de novas tecnologias afiguram-se como fundamental para o desenvolvimento territorial que preconizamos. E a Internet é hoje um fator de fixação de pessoas, seja através do acolhimento de nómadas digitais, seja através da melhoria das condições de oferta e coberturas das redes de comunicação.

Há sensivelmente três meses, assinámos um protocolo com uma operadora de telecomunicações, no sentido de desenvolvermos a implementação de novas tecnologias de gestão do território, momento que assinalou a cidade de Pombal como uma cidade 5G.

Em esse caminho da implementação dessa “revolução” digital irá conduzir a uma maior atratividade do nosso território, e esse é um dos principais objetivos que o nosso trabalho pretende alcançar.

G: Qual a importância do turismo na criação de valor para o interior de Portugal? Especificamente no caso de Pombal, como acredita que o turismo pode atuar de forma a valorizar esta região?

P: O turismo será um dos fatores de coesão territorial. E não podemos pensar que todos os territórios estarão vocacionados para servir aquele turismo de massas que vemos invadir Lisboa, Porto, Algarve, etc.

Ou seja, as potencialidades únicas que os territórios do interior oferecem em termos de qualidade de vida, de experiências únicas e diferentes são pontos fortes que temos que explorar. Se temos público que procura a serenidade da serra ou a experiência única de praticar desportos de natureza em cenários que não se repetem em mais nenhum território do nosso país, por exemplo, o nosso foco enquanto decisores e parceiros de desenvolvimento tem que estar centrado na promoção dessa atratividade.

No caso de Pombal, podemos-nos orgulhar de termos o único museu monográfico de uma das figuras mais estudadas da nossa história, o Marquês de Pombal, e queremos potenciar cada vez mais essa riqueza. Como também o estamos a fazer com a Serra de Sicó, onde, a breve trecho, iremos abrir um centro de interpretação e de apoio aos desportos de natureza, como a escalada, a espeleologia, o parapente ou o BTT.

No turismo religioso, aproveitando a proximidade a Fátima e o papel pioneiro que Pombal teve na criação da Associação Caminhos de Fátima, mas também a existência do Convento do Louriçal, espaço de clausura que apresenta uma rica história e um local de devoção que se prolonga no tempo.

Mas também com o potencial paleontológico que Pombal tem a nível nacional e internacional, campo onde os especialistas se encontram a estudar o maior fóssil saurópode da Europa; as características de centralidade ímpares que o território apresenta, que fazem de Pombal um centro



atrativo para o desporto nacional e internacional; todas estas oportunidades têm de ser exploradas e potenciadas ao máximo, para que os territórios ganhem uma nova referência, para que possam crescer.

G: Como podem as alterações climáticas afetar este município?

P: Este ano, temos testemunhado o impacto das alterações climáticas no nosso território, onde a seca tem tido um impacto muito grande na gestão dos nossos recursos hídricos, mas também o fenómeno dos incêndios rurais, que, infelizmente, vão acontecendo com maior frequência que há uns anos, mas também o risco de inundações, decorrentes do impacto que os incêndios têm no território.

É precisamente a pensar nos impactos das alterações climáticas no nosso concelho que temos a ambição de tornar Pombal mais verde, num desígnio que queremos que esteja alinhado com as ações dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) das Nações Unidas.

G: Como se relaciona a imigração com o desenvolvimento dos territórios do interior e, especificamente, de Pombal?

P: O fenómeno da imigração pode muito bem ser um balão de oxigénio para os territórios do interior, na medida em que, de forma mais imediata, possa contribuir para desacelerar o envelhecimento da população e ajudar a inverter essa tendência demográfica. Por isso é que essa pode ser uma oportunidade que temos para encarar esse esforço de "repovoar" alguns territórios. Temos massa crítica para trabalhar, que possam fixar-se nos nossos territórios

e consolidar cá os seus projetos de vida é um aspeto que considero muito positivo.

O nosso papel passará por dar as condições para que quem se fixar nos nossos territórios encontre o que necessita para desenvolver os seus projetos e consolidar as suas vidas.

G: Falando agora de cultura, como pode a mesma ser um ativo para o desenvolvimento da região e atrair novas pessoas para viverem e trabalharem em Pombal?

P: A cultura é um dos principais fatores de união dos povos e, apesar de se manifestar de formas tão diversas, acaba por ser uma linguagem universal. Se aliarmos isso ao facto de Pombal ser um concelho com uma vida cultural pulsante, teremos aqui uma das receitas para promovermos o desenvolvimento do nosso território.

O exemplo maior dessa atratividade está no Centro de Experimentação da Casa Varela, um edifício emblemático da cidade de Pombal, que, tendo sido outrora o principal ponto comercial de Pombal no século XX, é hoje um dos principais centros culturais da cidade, que acolhe artistas de vários países, de diferentes formas de expressão artística, desde a dança, ao teatro, passando pela pintura, fotografia, às novas áreas de experimentação e de expressão artística.

Como já tive oportunidade de referir, o nosso principal desafio passa por aumentar a atratividade do nosso território, trabalhando para a fixação de pessoas e de talento. E isso tem sido também conseguido através da cultura. Desde os apoios que o município atribui anualmente à cul-

tural, seja ela popular ou erudita, quer pela promoção de festivais de qualidade reconhecida, como o Festival Sete Sóis, Sete Luas, o Manobras e agora a programação do Gerador, não esquecendo o palco que os artistas de Pombal têm para crescer cá dentro e lá fora. Um exemplo disso mesmo é o facto de se realizar este ano, em novembro, pela primeira vez, o Festival Internacional de Cinema de Comédia, o HaHaArt Film Fest, o único festival dedicado a esse género cinematográfico, promovido por jovens talentos de Pombal, contando já com mais de duas dezenas de filmes, de todo o Mundo, a concurso no festival.

G: Como imagina que será Pombal daqui a 30 anos?

P: As nossas propostas de desenvolvimento, aquelas que os pombalenses sufragaram, representam um compromisso para a década e resultaram já na apresentação do Plano de Desenvolvimento Pombal 2030. Imagino Pombal, em 2030, como um concelho mais jovem, mas onde seja agradável e saudável envelhecer. Imagino um concelho mais feliz, onde as pessoas se sintam realizadas e confortáveis. Espero que Pombal, em 2030, seja o lugar onde é bom ir viver, estudar, trabalhar, crescer e constituir família. Que seja um concelho cada vez mais amigo das crianças, dos idosos, dos trabalhadores, de quem cria e de quem quer promover o seu talento.



entrevista a Tiago Passão Salgueiro

Vice-presidente da Câmara
Municipal de Vila Viçosa



Vila Viçosa, cidade conhecida como a “princesa do Alentejo”, é um município do distrito de Évora, que conta com cerca de 7300 habitantes. Nesta entrevista, a Tiago Passão Salgueiro, vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, o autarca abordou o decréscimo demográfico da cidade, mas falou-nos também do que esta pode fazer para inverter a situação e o papel do turismo e da imigração no desenvolvimento da região.

Gerador: Como é, para os jovens e jovens adultos, viver em Vila Viçosa? Sente que os jovens têm mais tendência para sair ou para ficar/regressar ao território?

Tiago Passão Salgueiro: A vida para os jovens de Vila Viçosa não tem sido fácil, ao longo das últimas décadas. Muitos não tiveram opção que não fosse a procura de trabalho noutros locais, nomeadamente Lisboa e Évora, na sua maioria. Essa “fuga” inicia-se logo no momento em que são concluídos os estudos secundários e depois da universidade, as poucas perspectivas em termos de ocupação profissional no nosso território impedem o regresso. Trata-se de um problema estrutural, que afeta todo o interior do país, com especial incidência no concelho, que perdeu 11 % da população desde 2011 até à atualidade. Vila Viçosa viveu tempos de grande fulgor económico, quando o setor dos mármore estava na sua plenitude, no início dos anos 70 do século XX e que se prolongou até ao início do século XXI. O decréscimo demográfico é o grande problema do Alentejo e trata-se de um fenómeno que estamos a tentar combater, mas que necessita de um apoio por parte do Estado central.

Neste momento, e na sequência da pandemia e do aumento do teletrabalho, prevemos que possa haver uma maior procura por parte de jovens casais com formação superior relativamente ao interior do país. Mas, como referi há pouco, é necessário que se criem boas acessibilidades em termos rodoviários e ferroviários, assim como uma boa cobertura de Internet, para que seja possível desenvolver as fun-

ções laborais exigidas nos nossos dias com qualidade e rapidez. No âmbito da esfera municipal, estamos já a desenvolver uma estratégia relativamente à habitação local, procurando reabilitar imóveis degradados no centro histórico e disponibilizar alojamento com rendas acessíveis, assim como a manutenção de medidas em termos de habitação social. Trata-se de uma estratégia que visa promover a fixação de novos agregados familiares, também através de criação de medidas para a instalação de novas empresas e promoção de emprego.

Neste momento, existe uma janela de oportunidades, que tem que ver com o crescimento dos fluxos turísticos e com a necessidade de mão de obra, especializada e não especializada, a nível do setor da hotelaria e restauração. Pensamos que esta situação pode também promover, a médio prazo, a vinda de mais pessoas para esta região, que sofre graves carências a este nível.

G: Como podemos atrair pessoas do litoral para trabalhar no interior? Quais são as variáveis fundamentais para essa mudança no município de Vila Viçosa?

T: Considero que a única forma que temos para inverter a tendência atual é através da dinamização económica do interior. Como pode ser alcançada? Através de criação de medidas concretas para esse objetivo; a melhoria das acessibilidades é um aspeto fundamental, quer do ponto de vista rodoviário (rede particularmente afetada no nosso concelho), quer a nível da ferrovia. A melhoria dos horários da rede pública de transportes é outro aspeto que merece reflexão, já que a oferta disponível não é de



todo satisfatória, nomeadamente na ligação a Évora. Como sabemos, há muitos fatores que influenciam uma mudança desde os grandes centros até ao interior. Nesse sentido, é necessário que sejam criadas condições do ponto de vista da existência de cuidados de saúde, assim como a nível da área educativa. É necessário que o Governo promova políticas para o efeito, a nível da melhoria das infraestruturas e dos serviços médicos, assim como nos apoios às famílias relativamente ao setor da educação. Vila Viçosa possui um grande potencial em termos patrimoniais, que pode ter um aproveitamento em termos turísticos. Há vários projetos de instalação de unidades hoteleiras, que podem contribuir efetivamente para uma melhoria das condições de vida e da dinamização económica, com a criação de vários postos de emprego.

G: Quais considera serem os maiores obstáculos ao desenvolvimento do interior do país e à batalha contra a despovoação?

T: Penso que o maior obstáculo é o despovoamento. O decréscimo demográfico no Alentejo é preocupante e assume-se como o principal entrave ao desenvolvimento. Somos poucos e temos, por esse motivo, pouco peso político, apesar de a área territorial ser a maior do país. A falta de pessoas tem consequências do ponto de vista socioeconómico, e esta situação só pode ser invertida com a instalação de novas empresas e a consequente criação de melhores condições de empregabilidade. A renovação do tecido empresarial existente é outra das medidas que poderá permitir a transformação da região, de modo a torná-la mais atrativa para quem

aqui se queira instalar. Mas sejamos honestos: este combate ao despovoamento só poderá ser alcançado com a implementação de políticas estruturais que permitam, na prática, a vinda de mais pessoas e mais famílias.

É necessário criar incentivos e o município de Vila Viçosa, nas funções que lhe estão atribuídas, está a desenvolver esse trabalho, através de contactos com empresas, sobretudo na área do turismo, numa estratégia de “diplomacia económica”, demonstrando as potencialidades do concelho, em diversas áreas.

Por outro lado, como já foi salientado, é necessário desbloquear os problemas relacionados com a rede viária e eliminar os constrangimentos atualmente existentes, nas ligações ao Alandroal e a Bencautel. Relativamente à freguesia de Bencautel, estamos a avançar com o projeto da variante, que permitirá uma melhoria na circulação rodoviária de viaturas pesadas de mercadorias. Estamos numa fase de desenvolvimento do projeto, com a revisão do Plano Diretor Municipal.

Consideramos que esta nova ligação vai também estimular o desenvolvimento do concelho, facilitando a circulação entre Vila Viçosa, Bencautel e Évora, e dando um novo incremento, neste sentido, ao setor dos mármore.

G: Para além de medidas mais estratégicas, que medidas imediatas, que possam ser implementadas no prazo de um ano, podem produzir um efeito relevante no desenvolvimento do interior e, concretamente, de Vila Viçosa?

T: Estamos centrados na melhoria das condições de vida para os nossos municípios e com esse objetivo, temos de concentrar os nossos esforços em diferentes áreas. Uma das prioridades tem a ver com a implementação da estratégia local de habitação, permitindo a reabilitação de imóveis no centro histórico e nas freguesias, de modo a aumentar o leque de opções para arrendamento acessível, sobretudo ao nível das famílias mais carenciadas e investindo na reabilitação urbana. A reestruturação da rede de abastecimento de água é outra das medidas que estamos a implementar, de modo a evitar as frequentes ruturas, assim como uma monitorização constante dos pontos de captação. A escassez de água é um problema que requer a maior atenção e a nossa estratégia aponta para a racionalização deste bem e uma preparação técnica mais eficaz face ao futuro. Os projetos das ERPIS, em São Romão e Bencatel, constituem outras das ações prioritárias, às quais prevemos dar sequência com a maior brevidade, de modo a permitir o aumento do número de camas e ajudar a resolver um problema no apoio aos idosos, o grupo mais vulnerável no nosso território e que necessita de uma atenção especial. Também a nível da oferta turística, estão em franco desenvolvimento os projetos de construção e reabilitação do antigo Convento de São Paulo, do Convento dos Capuchos e do Aldeamento de Peixinhos, que irão ser convertidos em unidades hoteleiras, dando assim um incremento substancial no número de camas e o aumento de empregos.

G: Qual o papel do acesso à Internet de

alta qualidade para estimular o desenvolvimento no interior? Qual a percentagem de território em Vila Viçosa que está coberta por fibra ótica e 4G ou 5G?

T: O acesso à Internet é, hoje, absolutamente fundamental, também como elemento de atratividade. Com a promoção do teletrabalho, cada vez mais empresas utilizam esta ferramenta, o que permite que muitas das tarefas diárias possam ser desenvolvidas à distância. A desejável boa cobertura de rede no nosso território, para além de todas as outras condições já existentes em termos de bem-estar, qualidade de vida, acesso à educação e aos serviços de saúde é outro dos critérios que pode estar na base da escolha das famílias, que pretendam deslocar-se para o interior do país. A garantia de um fácil acesso à Internet é, sem dúvida, fundamental para que as mudanças sejam assumidas e concretizadas. A melhoria das condições a este nível tem sido também uma das prioridades do atual executivo e vamos continuar a implementar medidas que permitam densificar a cobertura atualmente existente. Na atualidade, a fibra ótica está instalada na sede do concelho e na freguesia rural de Bencatel. Relativamente ao 4G, estão abrangidas a sede do concelho e as freguesias rurais de Bencatel e Pardais. Vamos, brevemente, iniciar a instalação do projeto WIFI4u, que promove o acesso sem fios gratuito à Internet em espaços públicos, como parques, praças, edifícios públicos, bibliotecas, centros de saúde e museus, em benefício dos cidadãos de toda a Europa. Relativamente ao 5G, neste momento, somente Vila Viçosa está abrangida.



Tendo em conta a conjuntura atual, com a maior disseminação do teletrabalho, o acesso à Internet é fundamental também como fator de atração e é nesse sentido que estamos a dirigir os nossos esforços, promovendo uma melhoria das condições de acesso à Internet.

G: Qual a importância do turismo na criação de valor para o interior de Portugal? Especificamente no caso de Vila Viçosa, como acredita que o turismo pode atuar de forma a valorizar esta região?

T: O turismo é um ativo importantíssimo para a nossa região. O legado patrimonial existente é, sem dúvida, um fator de atração de visitantes e a sua requalificação e posterior possibilidade de fruição pública vai contribuir, de forma decisiva, para um aumento considerável em termos de fluxos turísticos. Vila Viçosa tem uma média de 70 000 visitantes por ano. Pensamos que esse número pode ser facilmente aumentado. E é esse o caminho que estamos a seguir, no âmbito do processo de candidatura de Vila Viçosa a Património Mundial da UNESCO. A nova linha orientadora desta iniciativa, com uma nova coordenação, está já a trabalhar, desde o início de 2022, na elaboração de novos conteúdos e na atualização do Plano de Gestão, ferramenta fundamental para a definição dos métodos e de fases para as intervenções nos monumentos calipolenses.

Neste sentido, é necessário criar condições para que seja prestado um serviço de qualidade a quem nos visita, requalificando o património, melhorando a resposta em termos do número de camas, apostando nos recursos endógenos e nos produtores locais.

A valorização da identidade calipolense, que remete para a “atmosfera do local”, é um fator diferenciador em termos da atratividade turística. Temos um conjunto muito significativo de museus, sob diferentes tutelas e um legado patrimonial excecional, que se assume como elementos diferenciadores do ponto de vista da oferta. Por outro lado, temos uma rica e diversificada gastronomia, potenciado com as semanas gastronómicas que são organizadas anualmente e que valorizam as receitas tradicionais e a doçaria conventual. No âmbito da estratégia que estamos a desenvolver, é fundamental encontrar um equilíbrio entre conservação e fruição e é com esse objetivo que estamos a trabalhar.

G: Como podem as alterações climáticas afetar este município?

T: O problema das alterações climáticas afeta o mundo de forma muito efetiva. Basta acompanhar os fenómenos climáticos, cuja gravidade e duração têm vindo a aumentar, para perceber que a natureza está em mudança, como consequência da intervenção humana. O Alentejo é uma zona particularmente sensível a esta questão, sobretudo no que tem que ver com a escassez de água. Tendo em conta esta realidade, estamos a tomar medidas, de modo a prevenir qualquer eventualidade. Felizmente, Vila Viçosa, sendo uma zona calcária, dispõe de zonas de captação que permitem encarar o futuro com alguma tranquilidade. Estamos a fazer um investimento a nível dos equipamentos e das infraestruturas, de modo a melhorar as respostas em termos do abastecimento e a evitar desperdícios.

G: Como se relaciona a imigração com o desenvolvimento dos territórios do interior e, especificamente, de Vila Viçosa?

T: Consideramos que a imigração pode resolver alguns problemas em termos de mão de obra, sobretudo nos setores do mármore, a nível da extração e transformação, e da hotelaria e restauração. Esta lacuna tem levantado problemas às empresas, que têm dificuldades em assegurar um serviço contínuo. Como referi, a falta de pessoas é um dos maiores problemas do Alentejo, que têm consequências do ponto de vista social e económico, para além da gradual perda de influência política. Nesse sentido, consideramos que a vinda de imigrantes pode colmatar as necessidades, sempre em equilíbrio com a valorização e formação profissional dos recursos humanos existentes. Isto implica um ajuste a nível salarial e a flexibilização dos horários de trabalho, permitindo também uma melhor capacidade das empresas em disponibilizar um serviço de qualidade.

G: Falando agora de cultura, como pode a mesma ser um ativo para o desenvolvimento da região e atrair novas pessoas para viverem e trabalharem em Vila Viçosa?

T: O concelho de Vila Viçosa é, desde há muito, conhecido pela forte componente cultural que lhe está intrinsecamente relacionada. Desde o século XVI que a localidade acolheu, na corte dos Duques de Bragança, um conjunto de notáveis personalidades, algumas delas que tiveram aqui o seu berço. Falamos de poetas, pintores, escritores, filósofos, músicos e cientistas que deram um brilho intelectual a Vila

Viçosa e contribuíram para a difusão das artes e das letras em Portugal, tendo sido equacionada a criação de uma universidade no antigo Mosteiro dos Agostinhos, a instâncias do 5.º duque de Bragança, D. Teodósio I. Apesar de alguns interregnos e de períodos de menor fulgor, esta característica diferenciadora de Vila Viçosa deixou marcas na história, no urbanismo e no papel político da localidade, que queremos recuperar, através de uma nova estratégia de realização de eventos, como colóquios, conferências e *workshops*, diretamente relacionados com a realidade local, nos diferentes espaços patrimoniais do concelho. O trabalho em parceria com as instituições locais, nomeadamente com a Fundação da Casa de Bragança, a Arquidiocese de Évora e Santa Casa da Misericórdia, assim como com algumas entidades privadas e com as associações, no sentido de estabelecer um planeamento em rede que permita uma maior promoção e divulgação dos eventos culturais que vão sendo organizados ao longo do ano, é já uma realidade. A concretização da Agenda Cultural, de carácter trimestral, foi uma medida já implementada, que permite dar uma resposta mais objetiva, quer aos munícipes, quer aos que nos visitam, sobre a calendarização das iniciativas. A dinamização turística pode vir a constituir um meio fundamental para a dinamização económica do concelho e é esse o nosso entendimento.

G: Como imagina que será Vila Viçosa daqui a 30 anos?

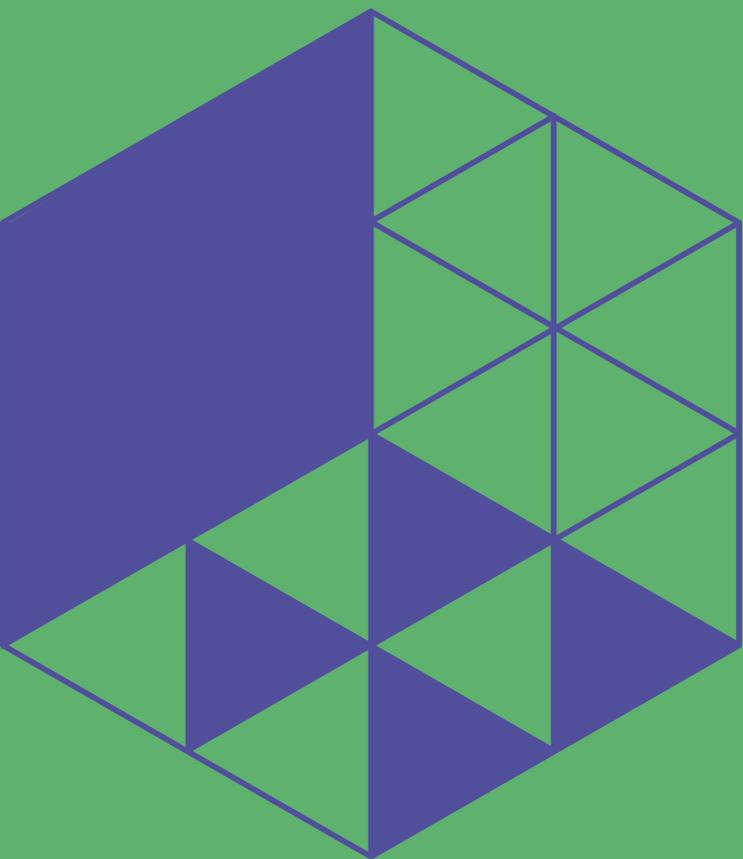
T: Vila Viçosa tem todas as potencialidades para se converter num polo de referência em termos culturais e turísticos. Considero

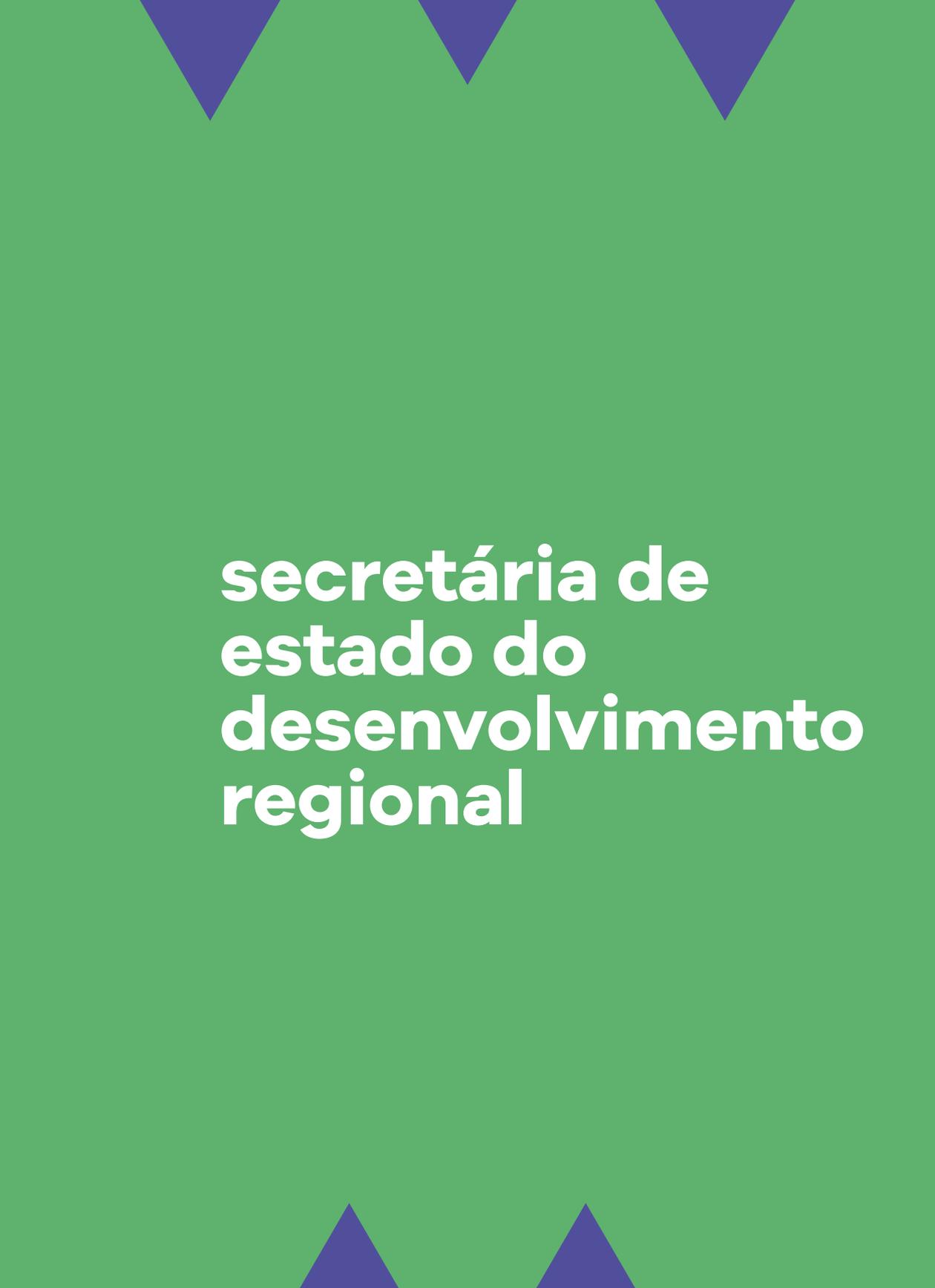


que o nosso património é uma alavanca fundamental para que esse objetivo seja alcançado e é nesse sentido que estamos a trabalhar, lançando as bases para o futuro. A tão desejada classificação como Património Mundial da UNESCO, na qual depositamos grande esperança, e numa lógica de trabalho em rede com a comunidade, pode dar um grande impulso do ponto de vista socioeconómico, permitindo uma maior dinamismo a nível do turismo cultural. Estamos a preparar as bases para o efeito, ajudando os empresários do setor da hotelaria nos projetos que se encontram em curso e que vão seguramente ser fundamentais para o bom acolhimento que pretendemos proporcionar. Os novos hotéis projetados para os antigos Conventos de São Paulo e dos Capuchos, assim como a reabilitação do Aldeamento de Peixinhos vêm complementar a oferta de qualidade já existente e aumentar o número de camas, proporcionando também um prolongamento do período de estadia em Vila Viçosa. A melhoria da rede viária, com a construção da variante a Bencatel, é outro dos projetos estruturantes em termos de acessibilidades, que pode dar um incremento importante no âmbito dos setores de extração e transformação de mármore, também fundamentais para a economia desta região e do país. Nesse sentido, auguramos um futuro mais risinho para os calipolenses, esperando dar um contributo para a melhoria das condições de vida das populações. A construção de dois estabelecimentos residenciais para idosos, em Bencatel e São Romão, processo que já se encontra em desenvolvimento, é outra das prioridades em termos

da estratégia política e que poderá permitir, em parceria com as outras instituições de solidariedade social, colmatar o limitado número de vagas existentes e dar melhores condições de vida aos mais vulneráveis.







**secretária de
estado do
desenvolvimento
regional**

mensagem de Isabel Ferreira

Secretária de Estado do
Desenvolvimento Regional



Os desafios atuais decorrentes de uma convergência de crises (pandémica, político-militar, económica, energética, ambiental e demográfica) e dos níveis de incerteza à medida que a tecnologia e as forças geopolíticas remodelam a ordem económica e política têm vindo a exigir respostas orientadas para o local, que atendam à diversidade dos territórios, aos seus pontos fortes e às suas necessidades individuais. Estes desafios globais representam, também, oportunidades para o interior. Por exemplo, as alterações climáticas são uma das maiores e atuais inquietações e impõem atitudes para diminuir os seus efeitos. Mas os territórios de baixa densidade, com os seus espaços naturais, constituem-se como os pulmões deste planeta a precisar de ar puro para respirar e sobreviver. O interior é um importante e crucial ativo à dupla transição ecológica e digital de Portugal, da Europa e do mundo.

É, pois, imprescindível pensar e desenvolver políticas, que este contexto reclama, direcionadas para o interior, assim como, conceber estratégias que permitam corrigir as assimetrias regionais e aumentar os níveis de competitividade destes territó-



rios, das regiões e, consequentemente, do nosso país. A melhoria das linhas de financiamento, o acesso capacitado a fundos europeus, a diminuição da burocracia e da carga fiscal são medidas que estimularão o investimento empresarial. Ao mesmo tempo, é preciso olhar para os territórios e para os seus recursos endógenos, numa perspetiva inteligente, desde o património histórico, cultural até ao natural, para que partir deles se criem novas dinâmicas que promovam a diversificação da base económica, a competitividade e o bem-estar das populações atuais e futuras.

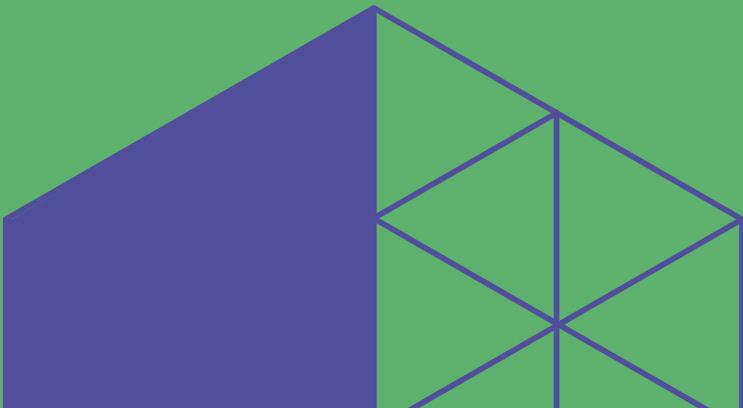
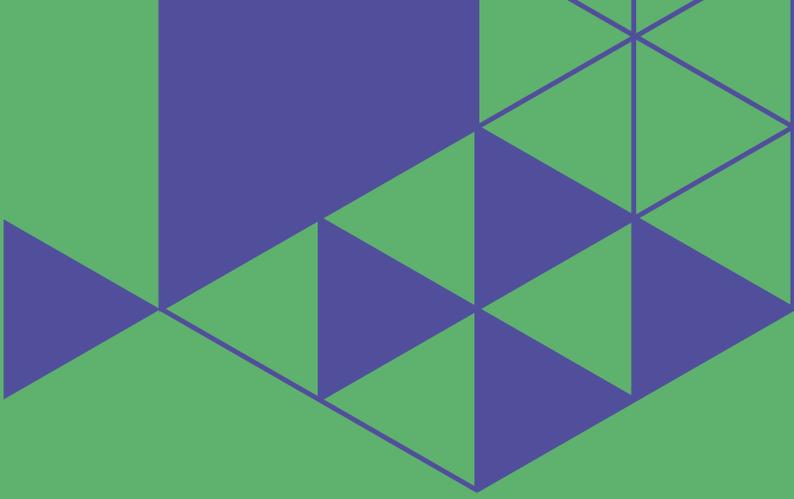
Para a valorização do interior contribuem, desde 2020, novas medidas de apoio direto à criação de emprego qualificado, incentivos ao empreendedorismo, à produção de base local, apoios à modernização de infraestruturas e equipamentos de instituições dedicadas à ciência e à tecnologia, incentivos à atração de pessoas para os territórios do interior e benefícios fiscais para as famílias e empresas destes territórios. A complementaridade entre estas medidas é uma absoluta prioridade.

A inovação e a digitalização são dimensões fulcrais das nossas agendas, através da tecnologia, da conectividade digital, e que permitem quebrar barreiras e ultrapassar obstáculos; permitindo que os trabalhadores, as empresas e os territórios tenham as mesmas ferramentas para criar valor, tornar-se mais competitivos e agarrar novas oportunidades. Só assim, será possível mudar para melhor o nosso mercado de trabalho; a forma como atraímos investimento; as qualificações e a especialização dos trabalhadores;

o modo como reduzimos os custos da tecnologia e da inovação nas empresas; a forma como ajudamos estes negócios a adaptarem-se aos consumidores, atendendo às necessidades e prioridades do consumo futuro.

Acreditamos que a consecução das metas que estabelecemos para a conectividade digital, alinhadas com as metas digitais da União Europeia para 2030, poderá conceber oportunidades de desenvolvimento sustentável nestes territórios do interior que vão além do setor primário, fomentando novas vertentes de crescimento da indústria transformadora e dos serviços, concorrendo para a atração de novas populações, de centros de competências, de investigação que aportarão novas abordagens, como a produção biológica e a economia verde, a produção de energia sustentável, a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade, e especialmente de indústrias e serviços inovadores e criativos, como o turismo rural, que permitam oferecer experiências memoráveis com a natureza e com estes territórios, dotando-os mais e melhores oportunidades.

Estes são os desafios prioritários para a Coesão Territorial. Temos já um conhecimento abrangente sobre quais das nossas iniciativas resultaram em casos de maior sucesso, pelo que continuaremos a trabalhar, obviamente, na implementação de sistemas de incentivos e apoios diferenciados, quer sejam para as pessoas, empresas, ou o próprio território, que em conjunto garantam um futuro mais capaz de suprir as principais necessidades de um desenvolvimento integrado.





**secretário
de estado
do turismo,
comércio
e serviços**

mensagem de Nuno Fazenda

Secretário de Estado
do Turismo, Comércio
e Serviços

Turismo – atividade estratégica para o país e para a coesão territorial

A importância do setor para a economia portuguesa, 21.1 mil milhões de euros em receitas, 15.4% acima de 2019, fizeram de 2022 o melhor ano de sempre, tendência que se mantém nos primeiros meses de 2023. Nos próximos 10 anos o turismo poderá criar 193 mil postos de trabalho, ou seja, uma média de 19 mil novos postos de trabalho por ano, de acordo com o Conselho Mundial de Viagens e Turismo. Mais, cada emprego no turismo gera 1,5 empregos em outros setores, o que demonstra que o turismo é uma atividade catalisadora de outras atividades e dinamizadora das economias locais. Se é um facto que o país é hoje um dos destinos turísticos mais competitivos do mundo, é também verdade que existe maior responsabilidade em alargar horizontes, crescer em valor, diversificar a oferta, internacionalizar, promover as qualificações e apostar no interior. Assim, é essencial prosseguir a ambição de liderar o Turismo do futuro, necessariamente mais sustentável, mais inclusivo, mais digital e mais coeso.





Continuar a crescer e liderar o Turismo do futuro implica responder à emergência climática que vivemos que constitui a maior ameaça ao nosso futuro coletivo. A escassez de recursos, as secas persistentes, a erosão costeira, o aquecimento global e a subida do nível do mar, impactam de forma permanente os territórios e os seus recursos turísticos. É por isso importante que Portugal se mantenha na linha da frente na ação climática e na implementação dos ODS – objetivos do desenvolvimento sustentável –, como é exemplo o roteiro para a neutralidade carbónica que fixa em 2045, cinco anos antes do previsto no Acordo de Paris, o objetivo de alcançar a neutralidade carbónica.

Neste contexto, o turismo do futuro terá de passar pela utilização responsável dos recursos, não só para mitigar os seus impactos ambientais, como ainda para ir mais longe e contribuir positivamente no território, no ambiente e na natureza.

Para a prossecução desta estratégia é premente ter uma maior territorialização nas políticas de Turismo, de inverter tendências, principalmente o facto de 90% da procura turística no Continente se situar no litoral. Cumpre, pois, olhar para o Interior de Portugal como uma oportunidade, uma viagem. Uma viagem pelo nosso interior, onde, para além dos benefícios económicos diretos da atividade turística, poderemos coletivamente cumprir um dos desígnios da Estratégia Turismo 2027, - Alargar a atividade turística a todo o território e promover o turismo como fator de coesão social -, mas também preservar o nosso património cultural e histórico,

promover e difundir a nossa cultura e a conservação da natureza. Um turismo ao serviço do interior, das suas gentes e da genuinidade das nossas regiões, cidades, vilas e aldeias.

Por isso, estamos a desenvolver uma Agenda do Turismo para o Interior, com os agentes do território, concretizando medidas e projetos para valorizar e projetar o turismo no interior. O turismo pode e deve ser uma âncora de desenvolvimento do interior. Através do efeito multiplicador do turismo pretendemos dinamizar as economias locais e, assim, contribuir para a coesão territorial.

Enquanto Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, fica o meu compromisso e empenho para contribuir positivamente para levar ao mundo o potencial turístico do interior de Portugal.

para fechar

Concluímos esta investigação com a sensação de que estamos, por um lado, a consolidar um trabalho já existente, mas, por outro, a dar início a um novo caminho, que pretendemos percorrer de forma a tornar esta reflexão cada vez mais profunda e consequente.

Nesse sentido, renovamos uma vez mais o compromisso do Gerador em se dedicar, de forma transversal, a estas temáticas. Em primeiro lugar, pretendemos dar continuidade ao festival *Descobre o Teu Interior*, uma iniciativa que percorre o país, dando a conhecer, a todos aqueles que nela participem, vários municípios do interior, bem como a diversidade contida nos mesmos.

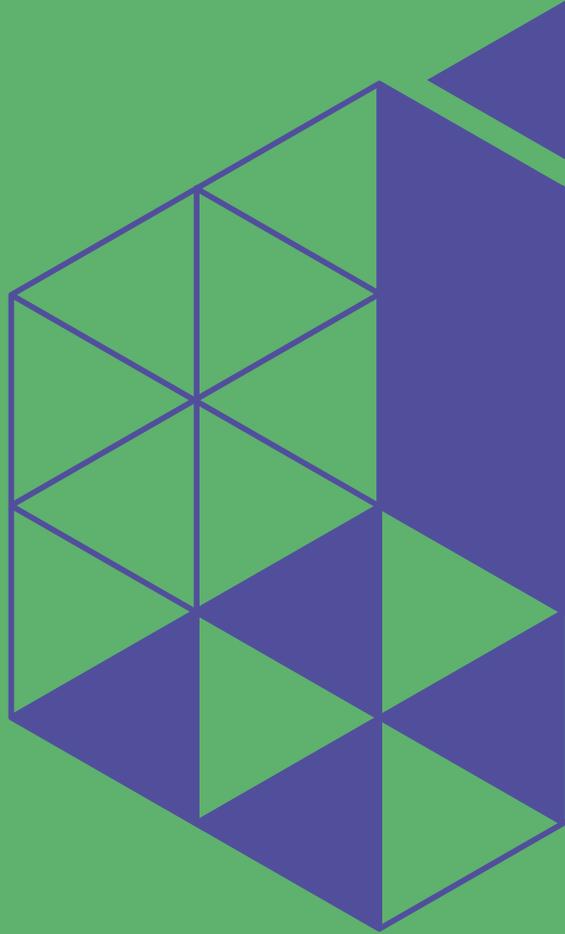
Em segundo lugar, o Gerador compromete-se a ter em conta as assimetrias regionais em todas as suas iniciativas, procurando não ouvir apenas vozes que provenham da grande metrópole, apostando, assim, cada vez mais, num leque de convidados, trabalhadores, artistas e públicos que provenham de outras regiões do país.

Em terceiro lugar, iremos debruçar-nos ao longo deste ano na conceção de um Barómetro do Interior, a ser publicado em 2024. O Gerador realiza, desde 2019, em conjunto com a consultora Qmetrics, o estudo Barómetro da Cultura e, em 2021, promoveu também uma sondagem a nível nacional que abordava temáticas relacionadas com o interior, como a questão do sentimento de pertença e o acesso à cultura e a infraestruturas. Queremos fundamentar as nossas reflexões em bases estatísticas cada vez mais sólidas e, como tal, este novo estudo, representativo da população de Portugal, irá olhar agora para um conjunto maior de variáveis e problemáticas.

Por último, acreditamos que é fundamental que estejamos acompanhados de pessoas que conhecem o interior como ninguém para que, juntamente com elas, possamos pensar as temáticas que são relevantes não só para estas regiões, como para todo o país. Nesse sentido, estamos atualmente a reunir aquilo a que chamámos Conselho de Reflexão e Ação para o Interior, um grupo de pessoas de diferentes faixas etárias e provenientes de diversas zonas do país e de contextos distintos, cujo pensamento quere-



mos ouvir regularmente. Assim, comprometemo-nos a reunir o Conselho, pelo menos uma vez por ano, com o objetivo de debatermos as ideias que estamos a desenvolver relacionadas com o interior. Também iremos convidar frequentemente os seus membros para participar em debates e conversas nas nossas iniciativas, e procurar consultá-los através de entrevistas e questionários. Iremos, naturalmente, contar também com a sua preciosa ajuda para a construção do Barómetro do Interior.





anexo

Concelhos identificados
como sendo do Interior
na Portaria nº208/2017

Alentejo Central

Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vila Viçosa

Alentejo Litoral

Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém

Algarve

Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Monchique, Vila do Bispo

Alto Alentejo

Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre, Sousel

Alto Minho

Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Vila Nova de Cerveira

Alto Tâmega

Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira da Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar

Área Metropolitana do Porto

Arouca

Ave

Cabeceiras de Basto, Fafe, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho

Baixo Alentejo

Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa, Vidigueira

Beira Baixa

Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão

Beiras e Serra da Estrela

Almeida, Belmonte, Celorico da Beira, Covilhã, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Fundão, Gouveia, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso

Cávado

Terras de Bouro, Vila Verde

Douro

Alijó, Armamar, Carraceda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão, Frio, Moimenta da Beira, Murça, Penedono, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Vila Real

Lezíria do Tejo

Chamusca, Coruche

Médio Tejo

Abrantes, Constância, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Sertã, Vila de Rei, Vila Nova da Barquinha

Região de Aveiro

Sever do Vouga

Região de Coimbra

Arganil, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Mortágua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua, Vila Nova de Poiares

Região de Leiria

Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande

Região de Viseu Dão Lafões

Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Vouzela



Tâmega e Sousa

Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Resende

Terras de Trás-os-Montes

Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso, Vinhais

Algarve

Loulé, freguesias de: Alte, Ameixial, Salir, União de freguesias de Querença, Tôr e Benafim
Silves, freguesia de: São Marcos da Serra
Tavira, freguesias de: Cachopo, Santa Catarina da Fonte do Bispo

Alto Minho

Caminha, freguesias de: União das freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João), União das freguesias de Gondar e Orbacém, Dem Ponte de Lima, freguesias de: Anais, Ardegão, Freixo e Mato, Associação de freguesias do Vale do Neiva, Bárrio e Cepões, Beiral do Lima, Boalhosa, Cabaços e Fojo Lobal, Cabração e Moreira do Lima, Calheiros, Estorãos, Friastelas, Gemieira, Gondufe, Labruja, Labrujô, Rendufe e Vilar do Monte, Navió e Vitorino dos Piães, Poiares, Porto de Mós, São Bento, Serdedelo
Valença, freguesias de: Boivão Fontoura União das freguesias de Gondomil e Sanfins União das freguesias de São Julião e Silva
Viana do Castelo, freguesia de: Montaria

Área Metropolitana do Porto

Vale de Cambra, freguesias de: Arões Junqueira

Ave

Guimarães: União das freguesias de Arosa e Castelões

Cávado

Amares, freguesias de: Bouro (Santa Maria), Goães, União das freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos, União das freguesias de Vilela, Seramil e Paredes Secas

Lezíria do Tejo

Santarém, freguesias de: São Marcos da Serra, Silves, União das freguesias de Casével e Vaqueiros

Médio Tejo

Tomar, freguesias de: Olalhas, Sabacheira, União das freguesias de Além da Ribeira e Pedreira, União das freguesias de Casais e Alviobeira, União das freguesias de Serra e Junceira
Ourém, freguesias de: Espite União das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais, União das freguesias de Matas e Cercal, União das freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos

Região de Aveiro

Águeda: União das freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, União das freguesias do Préstimo e Macieira de Alcoba

Região de Coimbra

Condeixa-a-Nova, freguesia de: Furadouro

Região de Leiria

Pombal, freguesia de: Abiul

Região de Viseu Dão Lafões

Viseu, freguesias de: Calde, Cavernães, Cota, Ribafeita, São Pedro de France, União das freguesias de Barreiros e Cepões

Tâmega e Sousa

Amarante, freguesias de: Ansiães, Candemil, Gouveia (São Simão), Jazente Rebordelo, Salvador do Monte, União das freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea, União das freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei, União das freguesias de Olo e Canadelo, Vila Chã do Marão
Castelo de Paiva, freguesia de: Real Marco de Canaveses, Várzea, Aliviada e Folhada

O Gerador é uma plataforma para o jornalismo, cultura e educação, três ramos que procuramos trabalhar de forma complementar, concretizando iniciativas e projetos que garantam a produção de conhecimento e o estímulo a uma participação cívica mais ativa.

A segunda edição do *Livro Aberto sobre o Interior* surge como um aprofundamento da edição que o antecedeu, a qual partia não só do festival *Descobre o Teu Interior*, como também da análise dos resultados de uma sondagem de opinião realizada a nível nacional.

Este livro reúne entrevistas centradas em tópicos que consideramos relevantes serem pensados em relação ao interior (a mobilidade, a juventude, as migrações e a cultura), bem como entrevistas a um conjunto de representantes de câmaras municipais do interior do país. São ainda apresentadas as principais considerações desenvolvidas pelo Gerador na sequência do seu trabalho investigativo, que refletem, sobretudo, acerca da autoestima do interior. Por fim, terminaremos com uma mensagem de Isabel Ferreira, secretária de Estado do Desenvolvimento Regional.

Assim, esta edição distingue-se, por um lado, pelo aprofundamento e continuação de um trabalho já existente, e, por outro, pela apresentação de um novo ângulo pelo qual nos propomos, agora, abordar estas questões.

Mais informação em gerador.eu

investigação 
academia gerador

GERADOR

2023 | P.V.P. (Continente) 10 eur